

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PALOMA DO ROSÁRIO VIDAL E SILVA

CRISE, INOVAÇÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO
CONVERGÊNCIAS E DISCREPÂNCIAS NOS DISCURSOS DO SETOR
INDUSTRIAL

Belo Horizonte
2018

PALOMA DO ROSÁRIO VIDAL E SILVA

**CRISE, INOVAÇÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO
CONVERGÊNCIAS E DISCREPÂNCIAS NOS DISCURSOS DO SETOR
INDUSTRIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ariane Agnes Corradi

Belo Horizonte
2018

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Silva, P. R. V. (2018) *Crise, Inovação e Segurança do Trabalho: convergências e discrepâncias nos discursos do setor industrial* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

150	Silva, Paloma do Rosário Vidal e
S586c	Crise, inovação e segurança do trabalho [manuscrito]:
2018	convergências e discrepâncias nos discursos do setor industrial / Paloma do Rosário Vidal e Silva. - 2018.
	132 f.
	Orientadora: Ariane Agnes Corradi.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1.Psicologia – Teses. 2.Crises - Teses. 3.Segurança do trabalho - Teses. I. Corradi, Ariane Agnes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Crise, Inovação e Segurança do Trabalho: convergências e discrepâncias nos discursos do setor industrial

PALOMA DO ROSÁRIO VIDAL E SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Ariane Agnes Corrêdi - Orientador
UFMG


Prof(a). Livia de Oliveira Borges
UFMG


Prof(a). Alisson Eduardo Maehler
Universidade Federal de Pelotas

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018.

Ao Senhor Jesus,
Autor da vida,
sem O qual, eu nada poderia ter feito.

A todos aqueles que tiveram a coragem de começar essa jornada no mundo da ciência, mas por infinitas razões ficaram á beira do caminho, de onde infelizmente não se retorna. Que possamos aplainar o caminho uns dos outros e mais que isso, caminharmos juntos, para que nenhum de nós se perca.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me conceder Graça e Sabedoria para concluir esse trabalho.

À minha mãe Vandacir, aos meus irmãos Ágatha e Wilson por serem apoiadores do meu sonho. Agradeço à minha Avó Alice, minhas tias Úrsula, Márcia, Marta e Imaculada pelos incentivos e orações que foram meus mantimentos. Aos meus tios, tias, primos e primas e a toda família que partilhou da minha esperança de ser mestra e formada pela UFMG, mesmo nunca tendo pensado que poderia pisar nesse campo fértil do conhecimento.

Aos amigos, Ana Carolina e Wagner, que me apoiaram antes e durante os estudos.

À minha orientadora, Ariane Agnes Corradi, por acreditar que é possível alguém das “exatas” querer ser Mestre em Psicologia. Pela oportunidade e liberdade dada à minha formação como professora-pesquisadora. Minha gratidão.

Aos colegas do grupo de pesquisa POT por me auxiliarem nas etapas da pesquisa. Em especial, agradeço a Ludymilla M. Morais, pois ao ajudá-la em sua Iniciação Científica iniciei o meu aprendizado prático de como orientar meus futuros alunos.

A todos os colegas do Mestrado em Psicologia 2016-2018, Pablo, Emmi, Letícia, Márcia, Ana Paula, Larissa, Bruno, Júnia, Gabriela, Magda e Aline, dedico o meu agradecimento pelas ricas trocas que tivemos durante esse processo. Nossa turma é exemplo de colaboração em um meio onde há tanta competição.

A todos os professores que tive durante o mestrado pelas preciosidades que me ensinaram. Sergio Dias Cirino, Ingrid Faria Giarnordoli-Nascimento (Seminário e Dissertação), Érika Lourenço (História e Teoria em Psicologia Social), Lívia de Oliveira Borges e Marco Aurélio Máximo Prado (Metodologia de Pesquisa), Allan Claudius Queiroz Barbosa (Seminário em Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional), Antônio Del Maestro Filho (Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos), Deborah Rosária

Barbosa (Preparação Pedagógica para Prática Docente), Livia de Oliveira Borges (Seminário de Pesquisa), Cornelis Johannes van Stralen (Avaliação de Políticas Públicas), Márcia Siqueira Rapini e Eduardo da Motta e Albuquerque (Economia da Ciência e da Tecnologia) e Sônia Pimenta, Bruno Machado e Clarice Gualberto (Seminário de Tópico Variável em Linguística do Texto e do Discurso: Análise do discurso: a vertente francesa e a anglo-saxã) muito obrigada por acreditarem que o ensino caminha lado a lado com a pesquisa. Vocês são fontes de inspiração para agora e para o futuro

Aos colegas que conheci em todas as disciplinas que cursei na UFMG o meu agradecimento.

Aos alunos do Estágio em Docência por se disponibilizarem a aprender comigo e ao mesmo tempo me ensinar.

Aos professores Benedito Medrado-Dantas, Maristela de Souza Pereira e Márcia Siqueira Rapini pelas ricas contribuições na qualificação do meu projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor Alisson Eduardo Maehler e mais uma vez a Professora Livia pela gentileza em apreciar o meu trabalho e dividir comigo todo o conhecimento que possuem.

Aos empresários entrevistados que generosamente cederam tempo à minha pesquisa compartilhando suas histórias e conhecimento para que eu pudesse enriquecer meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo incentivo financeiro à pesquisa através da concessão de bolsa de mestrado.

Obrigada a todos que me antecederam na pesquisa.

“Se eu vi mais longe foi por estar sobre os ombros de gigantes”.

Isaac Newton.

Antes de ser criado o mundo, aquele que é a Palavra já existia. Ele estava com Deus e era Deus.

Desde o princípio, a Palavra estava com Deus.

Por meio da Palavra, Deus fez todas as coisas, e nada do que existe foi feito sem ela.

A Palavra era a fonte da vida, e essa vida trouxe a luz para todas as pessoas.

A luz brilha na escuridão, e a escuridão não conseguiu apagá-la.

João 1:1-5 Nova Tradução na Linguagem de Hoje

Resumo

O objetivo desse trabalho é analisar convergências e discrepâncias entre a necessidade de economia de custos, associada ao discurso de Segurança do Trabalho, e a necessidade de investimento, associada ao discurso de Inovação, no contexto de crise econômica, sob a perspectiva do setor industrial. O contexto de crise gera transformações, sejam elas econômicas ou sociais, e é o cenário ideal para identificar mudanças nas práticas sociais originárias dos discursos. A dissertação foi dividida em três artigos, com o intuito de facilitar a divulgação mais eficaz dos resultados e possibilitar aos atores sociais envolvidos no processo ferramentas para entendimento da conjuntura em que estão inseridos. O primeiro artigo analisa o discurso de Crise, Inovação e Segurança do Trabalho apresentado no documento Agenda para o Brasil - 2016-2018 proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Chefe do Executivo Nacional. A relevância desse documento se encontra em seu objetivo de representar um anseio das indústrias em nível nacional. A perspectiva teórico-metodológica escolhida nesse artigo foi a Análise Crítica do Discurso, especialmente a produzida pelo linguista inglês Norman Fairclough. O segundo artigo identifica e analisa a tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho na fala de três empresários do Arranjo Produtivo Local do setor calçadista de Nova Serrana, como representante local dos efeitos da crise. Para analisar o discurso desses empresários, materializado em entrevistas, optou-se pela utilização do Método de Análise de Conteúdo Temática segundo a vertente desenvolvida por Laurence Bardin complementado pelo Método de Interpretação de Sentidos produzido por Maria Cecília de Souza Minayo e outros pesquisadores, que se baseia na interpretação hermenêutico-dialética dos dados. A escolha desses métodos se deu por possibilitarem à necessária comparação dos discursos dos empresários com o discurso da Confederação Nacional da Indústria. O terceiro e último artigo dessa dissertação visa compreender como a CNI atua nos discursos presentes na Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 através da análise desse documento com ênfase em seus aspectos multimodais (presença de imagens, ícones e cores, além de texto escrito) e do gênero discursivo. Para isso foi utilizada a perspectiva de análise da Gramática do Design Visual de Gunther Kress e Theo van Leeuwen. Os resultados mostram que a CNI cumpre seu papel como empreendedora política através da Agenda que se mostrou eficaz na disseminação do Discurso da CNI. Entretanto, pudemos perceber que a despeito de sua representante, as pequenas indústrias do setor calçadista pesquisadas possuem discursos parcialmente alinhados com os da confederação.

Palavras-chave: crise, inovação, segurança do trabalho, análise crítica do discurso, análise de conteúdo

Abstract

The objective of this work is to analyze convergences and discrepancies between the need for cost savings, associated to the discourse of Workplace Safety, and the need for investment, associated to the discourse of Innovation, in the context of economic crisis, from the perspective of the industrial sector. The crisis context generates transformations, be they economic or social, and is the ideal scenario to identify changes in the social practices originating from the discourses. The dissertation was divided into three articles, in order to facilitate the most effective dissemination of results and enable social actors involved in the process to understand the context in which they are inserted. The first article analyzes the discourse of Crisis, Innovation and Workplace Safety presented in the document Agenda for Brazil - 2016-2018 proposed by the National Confederation of Industry (CNI) to the Chief of the National Executive. The relevance of this document lies in its goal of representing a yearning for industries at the national level. The theoretical-methodological perspective chosen in this article was the Critical Discourse Analysis, especially that produced by the English linguist Norman Fairclough. The second article identifies and analyzes the triad discourse Crisis-Innovation-Work Safety in the speech of three entrepreneurs of the Local Productive Arrangement of the footwear sector of Nova Serrana, as local representative of the effects of the crisis. To analyze the discourse of these entrepreneurs, materialized in interviews, we opted for the use of the Thematic Content Analysis Method according to the aspect developed by Laurence Bardin, complemented by the Method of Interpretation of Senses produced by Maria Cecília de Souza Minayo and other researchers, who based on the hermeneutic-dialectical interpretation of the data. The choice of these methods was made possible by the necessary comparison of the discourses of the entrepreneurs with the discourse of the National Confederation of Industry. The third and final article of this dissertation aims to understand how the CNI acts in the discourses present in the Agenda for Brazil to come out of the Crisis - 2016-2018 through the analysis of this document with emphasis on its multimodal aspects (presence of images, icons and colors, besides written text) and the discursive genre. For this we used the perspective of analysis of the Visual Design Grammar of Gunther Kress and Theo van Leeuwen. The results show that the CNI fulfills its role as a political entrepreneur through the Agenda that proved effective in disseminating the CNI Discourse. However, we could see that despite its representative, the small footwear industries surveyed have discourses partially aligned with those of the confederation.

Keywords: crisis, innovation, workplace safety, critical discourse analysis, content analysis

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
1.2 Temática da Dissertação	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Objetivos.....	13
1.5 Delineamento da Pesquisa	14
2. ARTIGOS DA DISSERTAÇÃO	17
2.1 Artigo I	17
Onde há crise, há oportunidade? Uma análise do discurso.....	17
2.2 Artigo II.....	70
Discursos de Crise econômica, de Segurança do Trabalho e de Inovação em indústrias calçadista de Nova Serrana.....	70
2.3 Artigo III	104
Agenda para o Brasil sair da crise: O “Canto” da CNI.....	104
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
4. APÊNDICES	130
Apêndice A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	130
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	131
5. ANEXOS	132
Anexo A - Aprovação de Comunicação Breve de Pesquisa	132

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar as convergências e discrepâncias entre a necessidade de economia de custos, associada ao discurso de Segurança do Trabalho, e a necessidade de investimento, associada ao discurso de Inovação, no contexto de crise econômica, sob a perspectiva do setor industrial.

O interesse por essa temática veio dos questionamentos a respeito da diferença existente entre os Discursos a respeito da Inovação e da Segurança do Trabalho. Como alguém que teve a oportunidade de trabalhar acompanhando micro e pequenas empresas em seus processos de inovação e tendo formação em Engenharia de Segurança do Trabalho pude observar com maior proximidade a existência de assimetrias nos discursos a respeito desses temas.

Nos treinamentos desse Programa de Acompanhamento éramos “bombardeados” com discursos pró-inovação, com falas como: inovar para crescer, inovar para competir, inovar sempre, inovar é bom para o negócio e inovar é simples. Sim, inovar é bom e necessário, mas os benefícios da Inovação não estão contidos no fato da empresa inovar, mas em ser inovadora. Entretanto, outros aspectos como a Segurança do Trabalho eram negligenciados, dados como algo da gestão básica das empresas, situados a um nível menor.

Outra coisa que me intrigava era o fato de que nos discursos de Inovação os colaboradores das empresas eram sempre apontados como sujeitos na implantação da Cultura de Inovação, porém com relação à Segurança do Trabalho os trabalhadores eram por vezes objetos, de soluções implantadas à revelia.

Após a qualificação do meu projeto e de constantes reflexões sobre esses temas que aguçam minha curiosidade, eu resolvi fazer o questionamento se de fato há essa assimetria entre os discursos de Inovação e de Segurança do Trabalho? Se sim, porque ela existe. Dessas indagações baseadas na minha experiência pessoal e nos estudos da Psicologia Social surgiu minha dissertação.

1.2 Temática da Dissertação

Minha pesquisa se enquadra parcialmente dentro dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho do Departamento de Psicologia da UFMG. O grupo de pesquisa estuda primordialmente pequenas empresas na temática aprendizagem e inovação. Analisando alguns resultados e recorrendo à literatura vemos que pequenas empresas das duas áreas estudadas no grupo apresentam perspectivas diferentes a respeito da inovação. As empresas da área tecnológica são consideradas inovadoras, ao passo que a literatura mostra que empresas do setor calçadista não inovam, mas ao mesmo tempo ocupam lugar de destaque na economia do Estado de Minas Gerais, inclusive devido a problemas com a terceirização e com a precarização do trabalho.

Além disso, o contexto econômico brasileiro de crise tem contribuído para que surjam de várias fontes, propostas de solução da crise envolvendo os temas da Inovação e Segurança do Trabalho. É o que ocorreu com a Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 editada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 36 propostas com vistas à melhoria da competitividade e produtividade das indústrias.

Com esse cenário busquei analisar as congruências e discrepâncias do discurso de Crise, Inovação e Segurança do Trabalho tendo como base o Discurso da CNI e também de empresários de indústrias do setor calçadista.

1.3 Justificativa

Essa dissertação possui relevância pessoal, acadêmica e social. Pessoalmente tinha interesse nos temas propostos devido ao trabalho junto a empresários de pequenas empresas. Academicamente são poucos os trabalhos que analisam a dimensão institucional e política relacionada aos discursos industriais. Meu trabalho teve o propósito de auxiliar na diminuição dessa lacuna e a possibilitar outros olhares a respeito das configurações de poder dentro das relações empresariais. Isso se tornou ainda mais relevante pela possibilidade de contribuição da Psicologia Social aos estudos das Organizações e do Trabalho.

Do ponto de vista da relevância social minha dissertação contribui para que sujeitos, grupos de trabalhadores ou empregadores busquem a mudança através de discursos, sendo uma ferramenta de reflexão e transformação.

1.4 Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar convergências e discrepâncias entre a necessidade de economia de custos, associada ao discurso de Segurança do Trabalho, e a necessidade de investimento, associada ao discurso de Inovação, no contexto de crise econômica, sob a perspectiva do setor industrial.

Objetivos específicos

a) Analisar criticamente o discurso da CNI representado pela Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 com foco na tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho;

Com esse objetivo procurei entender os discursos de Crise, Inovação e Segurança do Trabalho presentes no documento da CNI. Como esses discursos são apresentados, se há assimetrias entre eles e porque isso ocorre.

b) Identificar e analisar a tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho na fala de três empresários do Arranjo Produtivo Local (APL) do setor calçadista de Nova Serrana, como representante local dos efeitos da crise;

Através desse objetivo, busquei identificar se, nos discursos de empresários, há relação entre os discursos de Crise, Inovação e Segurança do Trabalho e qual a implicação dessa relação com o contexto social em que estão inseridos;

c) Compreender como a CNI atua nos discursos presentes na Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018, através da análise desse documento, com ênfase em seus aspectos multimodais (presença de imagens, ícones e cores, além de texto escrito) e do gênero

discursivo;

Esse objetivo buscou revelar a forma com que a CNI constrói o seu discurso como representante da Indústria através da Agenda e a função dos elementos multimodais na composição dos referidos discursos, bem como do papel da escolha do tipo de gênero discursivo para compor o discurso e também do suporte a esse gênero.

1.5 Delineamento da Pesquisa

Essa dissertação possui três artigos que juntos habilitaram-me à consecução do Objetivo Geral proposto. Todos os artigos seguem a abordagem qualitativa de pesquisa. Em cada um foram utilizados métodos e perspectivas teóricas condizentes com os objetivos específicos correspondentes.

A abordagem teórico-discursiva escolhida para nortear o Artigo 1 foi a Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD busca analisar os discursos com ênfase na sua capacidade criativa e ao mesmo tempo estruturante, o que possibilitou analisar em profundidade os discursos e as suas entrelinhas.

Foi desafiador trabalhar com Análise de Discurso por não ser da área de linguística e nem nunca ter contato com esse método, apesar de nunca ter trabalhado com nenhum dos métodos utilizados nessa dissertação. Porém, essa era a perspectiva mais adequada ao corpus analisado. Além disso, um dos expoentes da ACD não considera a experiência algo crucial para que um pesquisador seja um Analista Crítico do Discurso.

Embora uma experiência prévia em linguística, em princípio, possa ser pré-requisito para fazer análise de discurso, na verdade a análise de discurso é uma atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande experiência linguística previa de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência previa em sociologia, psicologia ou política. (Fairclough, 2001, p. 120).

A fala de Fairclough além de ser tranquilizadora para os pesquisadores iniciantes

apresenta a perspectiva transdisciplinar necessária à realização da pesquisa crítica. Com isso foi possível adaptar-me ao que o trabalho requisitava.

O corpus analisado foi o documento Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 com foco na tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho, com vistas a entender no discurso do setor industrial as relações de congruência e discrepância materializadas nesse documento. O Artigo 1 foi aceito para ser apresentado na modalidade Comunicação Breve de Pesquisa (Anexo A) no VIII Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CBPOT). A apresentação ocorrerá em julho de 2018.

A Analista Crítica do Discurso, Izabel Magalhães, no prefácio à edição brasileira do livro Discurso e mudança social de Fairclough corrobora a importância da reflexão e pesquisa sobre os discursos e também demonstra a importância de Fairclough para esse campo de estudos, justificando a escolha da sua teoria para o Artigo 1.

E é aí que se encontra a principal contribuição de Fairclough para os leitores brasileiros: até que ponto as transformações propostas nos textos orais e escritos são favoráveis aos cidadãos? (Fairclough, 2001, p. 80).

O segundo artigo dessa dissertação é um estudo exploratório com empresários do setor calçadista do APL de Nova Serrana. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três empresários da cidade sede do APL, Nova Serrana. Essas entrevistas foram analisadas pelo Método da Análise de Conteúdo Temática e pelo Método de Interpretação de Sentidos.

Os casos estudados permitiram analisar a tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho no contexto prático das indústrias calçadistas e com isso permitir a futura comparação com os discursos da CNI materializados na Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018.

O terceiro e último teve como foco de análise os aspectos multimodais (presença de imagens, ícones e cores, além de texto escrito) e do gênero discursivo presentes na mesma

Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 analisada no Artigo 1.

Esse artigo surgiu com o intuito de complementar a análise proposta no primeiro artigo e por notar que não era sem razão a presença de elementos imagéticos na composição da Agenda. Como a ACD utilizada no Artigo 1 não contemplava esse objetivo de análise para além do texto escrito, optei por utilizar a Gramática do Design Visual Kress e van Leeuwen.

A importância da análise multimodal da Agenda da CNI se compara a análise que poderia ser feita da fala dos empresários entrevistados, em termos de pausas, hesitações e outras marcas da oralidade que contribuem para um entendimento mais profundo a respeito das intenções por detrás dos discursos.

A relevância da análise realizada no Artigo 3 reside na possibilidade de ampliar as formas de visualizar o mesmo discurso, já que texto e elementos imagéticos contribuem conjuntamente para a produção de discursos.

2. ARTIGOS DA DISSERTAÇÃO

2.1 Artigo I

Onde há crise, há oportunidade? Uma análise do discurso

Where there is crisis, is there opportunity? A discourse analysis

Paloma do Rosário Vidal e Silva
Ariane Agnes Corradi

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar a tríade discursiva crise-inovação-segurança do trabalho na Agenda para o Brasil sair da Crise. Essa Agenda foi uma das mais marcantes manifestações institucionais em relação à crise econômica no contexto brasileiro. O contexto de crise mundial desde 2008 e no Brasil, mais precisamente, a partir de 2014, no âmbito industrial, abriu a janela de oportunidades para que o setor produtivo propusesse agendas e influenciasse ações governamentais que impactaram mudanças estruturais nas políticas públicas das áreas sociais e econômicas. A Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 apresenta o discurso do setor industrial sobre o papel do governo na economia e foi publicada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2016. Esse documento propõe 36 ações, das quais duas foram alvo de análise nesse trabalho: a) Relações de Trabalho, que apresenta propostas relacionadas à terceirização e sustação de normas de Segurança do Trabalho, dentre outras demandas – analisadas aqui sob a rubrica da Segurança do Trabalho, e b) Inovação. Esses dois setores foram escolhidos por representarem anseios antagônicos em relação à economia de custos (corte de gastos com Segurança do Trabalho) e investimento (em Inovação) como saída para a crise das empresas e, conseqüentemente, do país. Foram analisados fragmentos discursivos de cada uma das ações reivindicadas pela CNI tomando como base as seguintes categorias analíticas: vocabulário, coesão e gramática, de acordo com a Análise Crítica do Discurso (Fairclough). Os resultados mostraram, por exemplo, um discurso pautado pela competitividade e produtividade, no qual as negociações coletivas são apresentadas como estratégias desejáveis de ajuste de interesses entre empregadores e trabalhadores. Há também o foco elevado e desproporcional nas políticas e vantagens da Inovação em detrimento de outros fatores (como investimento em Segurança do Trabalho) além da desconsideração de fatores que diferenciam as empresas, como é o caso do porte das mesmas e a maneira com que isso influencia no impacto que ações de investimento (Inovação) e cortes de custos (Segurança do Trabalho) afetam as mesmas. A análise desse documento contribuiu para o entendimento das relações de poder existentes entre as instituições empresariais e o governo e como isso afeta os rumos da economia como um todo. Essa perspectiva teórico-metodológica para a análise da Agenda permitiu revelar aos profissionais envolvidos e interessados com as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho e Inovação (que afetam diretamente os trabalhadores), através dos resultados obtidos, a existência de ferramenta acessível que permite a mobilização para mudança.

Palavras-chave: crise, inovação, segurança do trabalho, análise crítica do discurso, janela de oportunidade

Abstract

The objective of this work was to analyze the discursive triad crisis-innovation-workplace safety in the Agenda for Brazil to leave the Crisis. This Agenda was one of the most striking institutional manifestations in relation to the economic crisis in the Brazilian context. The context of global crisis since 2008 and in Brazil, more precisely, from 2014, in the industrial sphere, opened the window of opportunity for the productive sector to propose agendas and influences and governmental actions that impacted structural changes in the public policies of the social and economic development. The Agenda for Brazil comes out of the Crisis - 2016-2018 presents the discourse of the industrial sector on the role of government in the economy and was published by the National Confederation of Industry (CNI) in 2016. This document proposes 36 actions, of which two were analyzed in this work: a) Labor Relations, which presents proposals related to the outsourcing and substitution of labor safety standards, among other demands - analyzed here under the heading of Workplace Safety, and b) Innovation. These two sectors were chosen because they represented antagonistic expectations regarding cost savings (cutbacks in Workplace Safety) and investment (in Innovation) as an outlet for the crisis of companies and, consequently, of the country. Discursive fragments of each of the actions claimed by the CNI were analyzed based on the following analytical categories: vocabulary, cohesion and grammar, according to the Critical Discourse Analysis (Fairclough). The results showed, for example, a discourse based on competitiveness and productivity, in which collective bargaining is presented as desirable strategies for adjusting interests between employers and workers. There is also a high and disproportionate focus on the policies and advantages of Innovation over other factors (such as investment in Workplace Safety) and the lack of consideration of factors that differentiate companies, such as their size and the way in which this influence on the impact that investment actions (Innovation) and cost cuts (Labor Security) affect them. The analysis of this paper contributed to the understanding of the power relations between business institutions and government and how this affects the direction of the economy as a whole. This theoretical-methodological perspective for the analysis of the Agenda allowed to reveal to the professionals involved and interested in the areas of Occupational Health and Safety and Innovation (that directly affect the workers), through the obtained results, the existence of an accessible tool that allows the mobilization for change.

Keywords: crisis, innovation, workplace safety, critical discourse analysis, window of opportunity

Onde há crise, há oportunidade? Uma análise do discurso

A crise econômica que se estabeleceu no mundo desde 2008 e no contexto brasileiro, mais precisamente a partir de 2014, é o pano de fundo para inúmeras manifestações institucionais relativas a alguns setores econômicos. No âmbito industrial, esse contexto abriu a janela de oportunidades para mudanças estruturais nas políticas públicas das áreas sociais e econômicas. Com vistas ao aumento da produtividade e da competitividade surgem discursos de austeridade e contenção de gastos. Porém, nem sempre esses discursos são benéficos aos atores envolvidos, por exemplo, empresas e seus colaboradores.

Milton Santos (2001) em seu livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* argumenta que no momento atual de globalização a competição entre as empresas deu lugar à competitividade através de recursos como a inovação que levam ao aumento da produtividade.

O exercício da competitividade torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida. Quando, na universidade, somos solicitados todos os dias a trabalhar para melhorar a produtividade como se fosse algo abstrato e individual, estamos impelidos [...] a encontrar as novas técnicas, os novos materiais, as novas soluções organizacionais e políticas que permitam às empresas fazer crescer a sua produtividade e o seu lucro. A cada avanço de uma empresa, outra do mesmo ramo solicita inovações que lhe permitam passar à frente da que antes era a campeã. (Santos, 2001, p.31).

Para Fairclough (2012), a língua e a semiose exercem um papel fundamental nas mudanças oriundas do reescalonamento do capitalismo. O autor complementa que a globalização não é somente uma ascensão das organizações e dos processos da economia de um nível local para o global, mas tem estreita relação com esse reescalonamento do

capitalismo que por sua vez é realizado, em parte, pela semiose.

Toda aquela ideia de uma economia baseada em conhecimento, na qual conhecimento e informação têm um novo e decisivo significado, é fruto de uma economia baseada no discurso: os conhecimentos são produzidos, circulam e são consumidos como discursos, os quais são operados como novas formas de agir e de interagir (inclusive como novos gêneros) e inculcados como novas formas de ser, novas identidades (inclusive com novos estilos). Um exemplo disso seria o conhecimento das novas maneiras de administrar organizações. A reestruturação e o reescalonamento do capitalismo é em parte um processo semiótico [...]. (Fairclough, 2012, p.315).

Um exemplo dessa relação que estruturou a análise feita nesse artigo é o discurso do setor industrial da economia, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNI, conforme seu site institucional é “a representante da indústria brasileira. É o órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria [...] defende os interesses da indústria nacional e atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, [...]” (CNI, s.d.d). Nesse papel de “representante da indústria brasileira” e de defensora dos interesses dela, a confederação publicou em 2016 um documento intitulado Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018, com o intuito de ser uma agenda de reivindicações políticas na articulação entre a CNI e o governo.

Entende-se como agenda “a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades” (Kingdon, 2006a, p. 222). Essa definição vem da teoria do Múltiplos Fluxos do pesquisador Jonh W. Kingdon. Embora existam outras teorias que procuram explicar o processo de agendamento de políticas públicas, a Teoria de Kingdon é a que mais se aproxima do objetivos do presente trabalho.

Para a formação da agenda política uma confluência entre os três fluxos (de

problemas, de soluções e político) propostos por Kingdon, deve acontecer. Isso representa a abertura de uma janela de oportunidade para inserção de determinado problema ou tema na agenda. (Baptista & Rezende, 2015).

O ano de 2016 foi marcado pela transição política devido ao Impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff e da assunção ao poder do seu vice Michel Temer. Logo, esse fato influenciou a abertura de uma janela de oportunidade para mudanças políticas e estruturais.

A Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 aponta sete principais áreas que necessitam urgentemente de atenção para que as indústrias brasileiras voltem a crescer e apresentar lucratividade. A necessidade de respostas a esses itens é colocada como imperiosa e a superação à crise é vista como dependente dessas propostas.

São oito os setores contemplados no documento: 1. Eficiência do Estado; 2. Tributação; 3. Relações de Trabalho; 4. Infraestrutura; 5. Financiamento; 6. Comércio Exterior; 7. Segurança Jurídica e Regulação e 8. Inovação. No total o documento apresenta 36 ações divididas nesses oito setores. Dois desses setores foram alvo de análise nesse artigo: Relações de Trabalho, que apresenta propostas relacionadas à terceirização, sustação de normas de Segurança do Trabalho, dentre outras demandas, que serão aqui analisadas pela rubrica da Segurança do Trabalho, e a Inovação. Essas duas áreas foram escolhidas por representarem anseios antagônicos em relação à economia de custos e ao investimento, já que o texto da Agenda para o Brasil sair da Crise vê no corte de gastos com Segurança do Trabalho e no investimento em Inovação uma das saídas para a crise das empresas e, consequentemente, do país.

Percebemos que o resultado almejado pela CNI ao propor a Agenda é a mudança do cenário econômico brasileiro que favoreça seus representados. Entretanto, a concretização desse planejamento não acontecerá sem que grandes mudanças aconteçam no âmbito legislativo e consequentemente social.

Devido ao caráter essencialmente semiótico da Agenda, a perspectiva teórico-metodológica escolhida para embasar o trabalho foi a Análise Crítica do Discurso (ACD). Segundo Fairclough (2012) a ACD “preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea [...] no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança [...]. (p.309)”.

A Análise Crítica do Discurso trabalha com a perspectiva das práticas sociais e das mudanças que ocorrem na economia e na cultura realizados nos textos. Magalhães (2004, p.113) argumenta que “algumas dessas transformações econômicas e culturais se materializam textualmente em leis que determinam a perda de direitos trabalhistas consagrados, como por exemplo, a Reforma da Previdência e a flexibilização das leis que regem o trabalho formal.”

Como em última instância, o propósito da Agenda é interferir na legislação brasileira e que a função da semiose nas práticas sociais precisa ser determinada através de análise (Fairclough, 2012); o objetivo desse trabalho foi analisar criticamente o discurso da CNI representado pela Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 com foco na tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho.

Referencial Teórico

Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) se configura em uma abordagem teórica e metodológica cujo foco é promover a análise crítica das relações existentes entre a linguagem, a ideologia, o poder e a sociedade. (Brent, 2009; Magalhães, 2001).

O início da rede de pesquisadores dentro da Análise Crítica do Discurso foi marcado pela publicação do primeiro volume da revista *Discourse and Society* (1990), editada por Teun A. van Dijk e vários livros como *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989), *Language, Power and Ideology*, de Ruth Wodak (1989).

Além disso, em 1991 em um simpósio em Amsterdã os pesquisadores Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo A. van Leeuwen e Ruth Wodak, que hoje são os expoentes da área, passaram dois dias refinando e confrontando suas propostas teóricas e metodológicas, dando origem ao que hoje é encontrado dentro do campo. (Wodak, 2004).

A ACD pode ser considerada uma continuidade e ampliação dos estudos da Linguística Crítica. (Brent, 2009; Wodak, 2004). A ACD é influenciada pelas teorias sociais de Foucault, Bordieu, Althusser e Habermas e pela Teoria Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday. (Caldas-Coulthard, 2008; Silveira, 2009). Existem cinco principais abordagens pertencentes ao campo denominado ACD. (Brent, 2009; Wodak, 2004).

São exemplos dessas vertentes: a Linguística Crítica Sistêmica encabeçada por Fowler, Kress e Hodge; A Semiótica Social desenvolvida por Kress e van Leeuwen com ênfase na análise de textos imagéticos; O método histórico-discursivo de Ruth Wodak, cujo contexto histórico tem grande relevância na análise; O exame sociocognitivo feito por van Dijk, com ênfase na relação entre cognição, sociedade e discurso; por fim, A mudança sociocultural e mudança no discurso de Norman Fairclough com primazia pela análise da influência do poder, hegemonia e ideologia nos discursos. (Silveira, 2009).

A perspectiva dialética de Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Fairclough considera tanto a linguagem como sendo moldada pela sociedade como a moldando. (Melo, 2009). Dessa forma, será possível identificar no discurso da Agenda para o Brasil sair da Crise os aspectos de mudança e manutenção social, já que nenhum discurso pode ser considerado neutro. (Silva, 2009).

A ACD não é simplesmente um tipo de Análise do Discurso e sim algo diferenciado. Muito dessa diferença vem do papel do analista crítico do discurso que vê a teoria como um leque de possibilidades para abordagem do objeto alvo de estudo, devido à proximidade que o pesquisador tem daquilo que estuda. (Iñiguez, 2002).

O analista do discurso é um pesquisador comprometido com sua posição e papel dentro da sociedade. O trabalho de investigação e análise crítica sempre é revestido de implicação sociopolítica, independentemente da vontade do analista. (van Dijk, 2009).

Teun A. van Dijk (2009) em seu livro *Discurso y Poder*, enfatiza essa responsabilidade que o analista possui em seu posicionamento social.

Crucial para analistas críticos do discurso é a consciência explícita de seu papel na sociedade. Prolongando uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência "livre de valor", eles argumentam que a ciência, e especialmente o discurso acadêmico, são inerentemente parte da estrutura social, pela qual eles são influenciados e que ocorrem na interação social. (p. 150, Tradução nossa).

Devido a essa característica de preocupação social e política da ACD e levando em conta que o uso da linguagem em contextos reais é permeado por questões emocionais, culturais, políticas, sociais e cognitivas, a forma mais adequada de pesquisa deve se apoiar em orientações que se utilizam de desenvolvimentos de outras disciplinas e teorias, o que Fairclough e Chouliaraki (2010) chamam de transdisciplinariedade, ou seja, a ACD pode ser utilizada de forma conjunta a qualquer tipo de abordagem ou área das ciências sociais e humanas. (van Dijk, 2013).

O alvo de investigação da ACD está focado nas ações sociais que se realizam através do discurso. O discurso para esse campo de pesquisa é entendido como prática social. (Iñiguez, 2004). Van Dijk (2009, p. 153) cita a sintetização feita por Fairclough e Wodak (1994, pp. 241-270) das características e princípios basilares da ACD:

- a) A ACD trata de problemas sociais;
- b) As relações de poder são discursivas;
- c) O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- d) O discurso faz um trabalho ideológico;

- e) O discurso é histórico;
- f) A ligação entre o texto e a sociedade é mediada;
- g) A análise do discurso é interpretativa e explicativa;
- h) O discurso é uma forma de ação social.

Dessa lista apresentada por van Dijk, podemos depreender os conceitos mais relevantes para a ACD de Fairclough que são a noção de discurso, texto, prática discursiva, ordens de discurso, prática social, ideologia e hegemonia. (Magalhães, 2001). Esses conceitos serão esclarecidos com base no entendimento do próprio Fairclough e de leituras do autor.

De acordo com os estudos de Fairclough o discurso é um modo de agir e de representar a sociedade, (Magalhães, 2001) transformando-a de forma criativa (Fairclough, 2001b), sendo um “conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados ‘por detrás’ do texto. [...] O discurso é a linguagem em uso.” (Meurer, 2007, p. 87). Os discursos contribuem para a construção das posições de sujeito, das relações sociais e para os sistemas de conhecimento e crença. (Fairclough, 2001a).

De forma simplificada, o discurso é o evento discursivo (Meurer, 2007). “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva, e um exemplo de prática social. (Fairclough, 2001b, p. 22)”.

Para Fairclough (2001a) existem ainda os discursos (no plural) que são formas de dar significado às áreas da experiência através de uma perspectiva particular. Exemplos de discursos são os discursos políticos, educacionais e médicos.

O texto é resultado da produção linguística dos indivíduos ou grupos. (Meurer, 2007). As práticas discursivas são a dimensão relacionada à produção, distribuição e consumo de textos (Fairclough, 2001b). Elas são “elementos das ordens do discurso.” (Fairclough, 2001a, p. 34). As ordens de discurso compreendem todas as práticas discursivas existentes em uma

instituição e sociedade, bem como o relacionamento entre essas ordens. (Magalhães, 2001). Prática social é uma das dimensões do evento discursivo da mesma forma que o texto. (Resende & Ramalho, 2006).

Na teoria social do discurso de Fairclough os conceitos de Ideologia e Hegemonia são oriundos da sociologia. “Todo o Discurso é investido de ideologia, i. é, maneiras específicas de conceber a realidade. Além disso, todo o discurso é também reflexo de certa hegemonia, i. é, exercício de poder e domínio de uns sobre outros.” (Meurer, 2007, p.87).

Na Figura 1 apresentamos o modelo analítico da ACD de Fairclough, que envolve a prática social, a prática discursiva e o discurso em uma perspectiva tridimensional. (Magalhães, 2001).

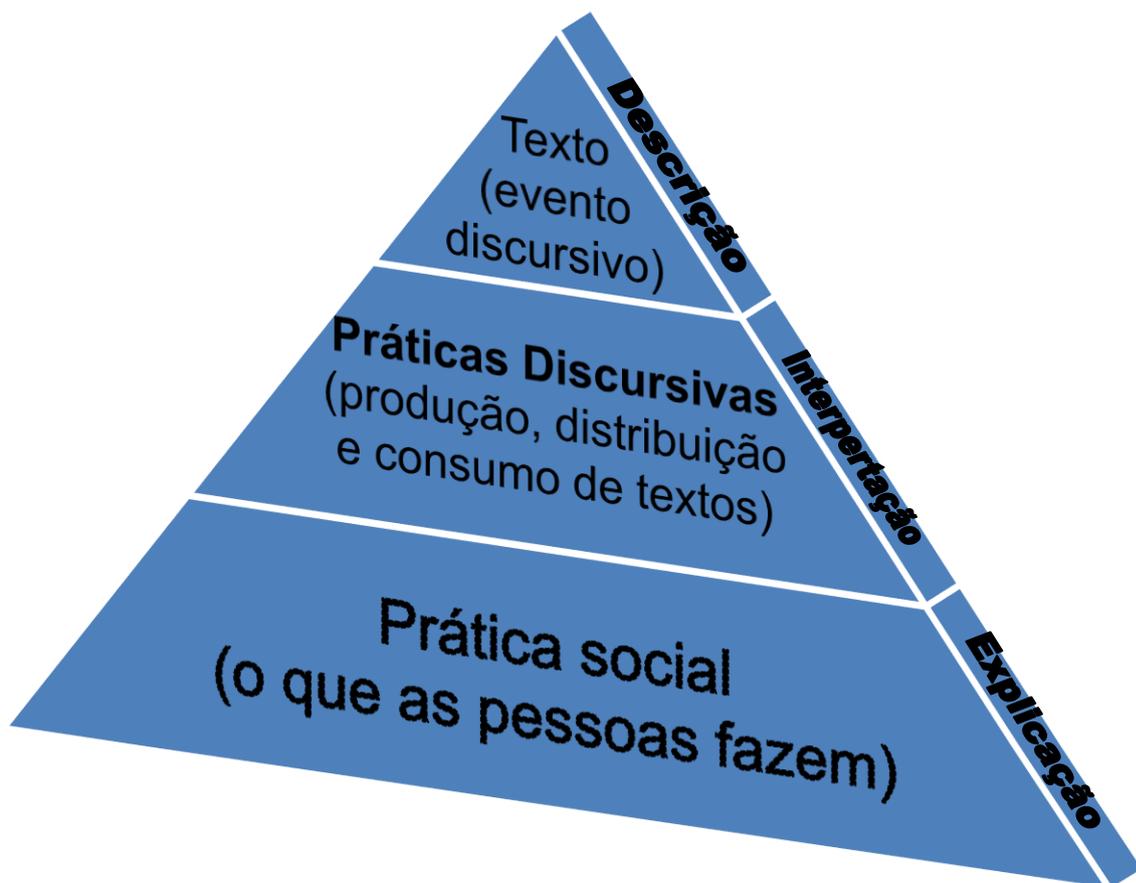


Figura 1. Modelo tridimensional de Fairclough

Complementamos as informações da Figura 1 o Quadro 1 com as categorias analíticas da ACD.

Texto	Prática Discursiva	Prática social
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura	Força Coerência Intertextualidade Interdiscursividade	<i>Ideologia</i> Sentidos Pressuposições Metáforas <i>Hegemonia</i> Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Quadro 01. Categorias analíticas da ACD. Adaptado de Resende e Ramalho, 2006, p.29.

Vemos que Interdiscursividade e Intertextualidade são também conceitos relevantes para a ACD. Para Fairclough (2001b), a interdiscursividade tem relação com as ordens de discurso. Ele conceitua a interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva como “a constituição de um texto com base numa configuração de tipos de texto ou convenções discursivas.” Já a interdiscursividade manifesta ou simplesmente intertextualidade é “a presença explícita de outros textos em um texto.” (p. 29).

Com base nesse modelo, realizamos a análise da Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 cobrindo primordialmente os aspectos textuais que levaram ao descortinamento das práticas discursivas e sociais.

A CNI

A CNI foi fundada em 12 de agosto de 1938, originária da Confederação Industrial do Brasil, criada em 1933 como uma proposição de quatro federações dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. (CNI, s.d.b). Conforme seu estatuto, a CNI tem foro e sede na Capital da República e atuação nacional. Sua missão é “Defender e representar a Indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil” (CNI, 2016b, p.3).

Atualmente a instituição congrega 27 federações estaduais, 1250 sindicatos patronais das indústrias, nos quais estão filiadas mais de 700 mil empresas industriais. Integram o chamado Sistema Indústria, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), sendo esse

último criado pela própria CNI. Esse Sistema é um braço de transformação social da indústria que tem como foco a “formação profissional, inovação tecnológica, responsabilidade social, capacitação empresarial e inserção internacional” (CNI, s.d.c). O Sistema Indústria “também desenvolve programas socioeducativos que contribuem de maneira efetiva para melhorar as condições de segurança e de saúde no ambiente de trabalho.” (CNI, s.d.g).

Com a visão de “Consolidar-se como a organização empresarial líder na promoção do crescimento e da competitividade da indústria brasileira, atuando como agente fundamental para o desenvolvimento do Brasil” (CNI, s.d.f), a CNI intermedia os interesses das indústrias perante os três poderes federais: executivo, legislativo e judiciário, além de organizações e entidades brasileiras e estrangeiras, oferecendo propostas de interesse de seus representados, assegurando que a Constituição seja respeitada, e também garantindo a participação industrial na formação de políticas públicas de impacto para o setor. (CNI, s.d.d)

A sua atuação é pautada na concepção de que mesmo aquelas empresas mais bem preparadas internamente necessitam de representação, já que estão sob o efeito do ambiente externo (políticas públicas, mudanças legislativas).

Sem modéstia, a CNI se apóia nos dados referentes à sua participação no setor e complementa sua autoanálise apontando não só o aspecto quantitativo, mas também o caráter qualitativo de sua legitimidade como líder das indústrias, como é possível identificar no excerto recuperado da página que apresenta a atuação da CNI: “Os números falam por si só: a CNI é a voz da indústria brasileira. Mais importante que a abrangência é o **perfil atuante** da entidade, que se dedica a defender os interesses de suas associadas nas mais diversas frentes.” (CNI, s.d.a, grifo original). Uma das materializações dessa ‘missão’ da instituição é a Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 apresentada a seguir.

Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018

A Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 é um documento com 45 páginas em

forma de Agenda criado pela CNI em parceria com Federações Estaduais da Indústria e de Associações Setoriais para apresentar ao Governo Federal propostas para mudanças políticas visando à extinção da Crise Econômica. O próprio documento possui informação quanto à autoria institucional logo na página dois. O formato do documento, Agenda, possui ao mesmo tempo sentidos denotativos e conotativos. Como uma lista de atividades ou compromissos de alguém (no caso, os compromissos presentes na Agenda para o Brasil sair da crise que o Chefe do Executivo deve assumir no período de 2016 a 2018) e também como um suporte ou recipiente que contém esses compromissos (o próprio livro onde as propostas da CNI estão descritas). Há também a possibilidade de entendimento da agenda como uma pauta para reuniões ou eventos. O documento está acessível no site da Confederação à disposição para download gratuito. Junto ao link para acesso ao arquivo existe também um pequeno resumo sobre o material. Nesse texto que reproduzimos abaixo, vemos não somente a CNI se colocando como responsável intelectual pela autoria da Agenda, mas também como representante do empresariado brasileiro. Além disso, é enfatizado que somente com a implantação das ações propostas no documento, o Brasil ganhará novamente a confiança dos empresários.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) ouviu empresários e reuniu 36 medidas fundamentais que devem ser implementadas pelo governo federal imediatamente após país [sic] solucionar a questão política. As ações passam pelo ajuste fiscal, por reformas na legislação trabalhista e de tributação, pelo aumento das concessões em infraestrutura, por avanços na área de comércio exterior, por melhores condições de crédito para as empresas e pela suspensão de novas obrigações acessórias que aumentam o custo e a burocracia para as empresas. A Confederação reforça que, apenas com a adoção dessas iniciativas, os empresários vão recuperar a confiança e voltar a investir. (CNI, s.d.h).

Sobre a necessidade de atuação frente à crise, a ‘Apresentação’ do documento mostra um resumo das principais reivindicações da CNI e do que a instituição considera primordial para o sucesso da Agenda. Logo na página dois há quatro parágrafos com períodos curtos que têm como objetivo sintetizar o propósito da Agenda com o uso de expressões como ‘dramática’ para qualificar a crise, ‘roteiro da saída’ fazendo menção às medidas apresentadas no documento como solucionadoras da crise, ‘recuperar a confiança’ tratando da postura dos empresários frente à economia, ‘ações de correção’ e a oração ‘é preciso evitar atalhos’ tratando das 36 ações que vão direto à causa da crise e não aos seus efeitos. Essa apresentação e o texto de resumo da agenda transcrito acima mostram a postura incisiva da CNI como a única capaz de traçar o plano de trabalho perfeito para a economia brasileira.

Na página seis ‘O Roteiro’ da agenda trabalha três linhas gerais para o posicionamento governamental, quais sejam: Recuperar a confiança, Evitar atalhos e enfrentar o que precisa ser feito e Explorar as fontes de crescimento (importante para a própria agenda fiscal). Essas linhas de ação são colocadas como interdependentes e cada uma é definida por três orações que explicam o que os posicionamentos querem dizer. ‘O Roteiro’ é um desdobramento do que foi introduzido na apresentação.

Com o título ‘O Estado da Economia’, são apresentados, a partir da página três até a cinco, gráficos a respeito da conjuntura econômica. Inicialmente esses gráficos estão voltados para o setor industrial e depois para outras áreas que ajudam a montar a base argumentativa a respeito do cenário de crise. Aqui o enunciador optou por lançar mão de fontes estatísticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Banco Central do Brasil e a própria CNI) oriundas de outros discursos, com o intuito de gerar confiança e convencer a respeito de um momento carente por ações que visem à reversão do “grave” quadro. Além de ilustrar com dados estatísticos, os gráficos complementam a argumentação iniciada na apresentação.

Já na página sete encontram-se ‘7 ações fundamentais’, quadros que resumem as

ações que precisam ser tomadas. Na página oito e nove as 36 ações são dispostas junto aos seus respectivos setores. A partir da página dez são apresentadas as 36 propostas com suas respectivas justificativas.

Precisamos destacar o aspecto intertextual da Agenda já que a mesma possui em seu texto outros textos, como mostra a Figura 2.



Figura 2. Genealogia da Agenda para o Brasil Sair da Crise – 2016-2018

A Agenda para o Brasil Sair da Crise – 2016-2018 é um documento originário de vários outros. No Fragmento discursivo 1 analisado nesse artigo, vimos que o documento foi elaborado com base em outro também elaborado pela CNI: Regulação e Desburocratização: propostas para a melhoria do ambiente de negócios 2015.

A publicação Regulação e Desburocratização: propostas para a melhoria do ambiente de negócios 2015 foi elaborado em novembro de 2015 como um desenvolvimento das propostas do setor industrial para as eleições de 2014. Ela é composta por 94 propostas de ação destinadas ao Governo Federal divididas em nove setores. Esse documento por sua vez teve sua origem em outro material: Regulação e Desburocratização: desdobramentos das propostas da indústria para as eleições 2014.

O documento Regulação e Desburocratização: desdobramentos das propostas da indústria para as eleições 2014 é uma compilação com acréscimos, realizada pela CNI no ano de 2015 das 42 Propostas da Indústria para as Eleições 2014 feitas aos eleitores e candidatos à presidência da República no pleito que se realizou no ano de 2014 da qual a ex-presidenta Dilma Rousseff saiu vencedora. As propostas, cujo foco principal é a competitividade e a produtividade, apresentam a CNI novamente como uma Agente capaz de apresentar soluções aos problemas brasileiros.

Todas as propostas feitas nesses documentos estão em conformidade com as diretrizes elaboradas pela CNI para o período de 2013-2022 no Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022. Esse mapa foi “desenhado” em 2013 e segundo a CNI “aponta o caminho que a indústria e o Brasil devem percorrer para aumentar os níveis de produtividade e eficiência e alcançar um elevado grau de competitividade, respeitando os critérios de sustentabilidade.” (CNI, 2016c, p.4).

A Figura 3 mostra os pontos que são considerados cruciais pela instituição para aumento da competitividade do setor industrial.

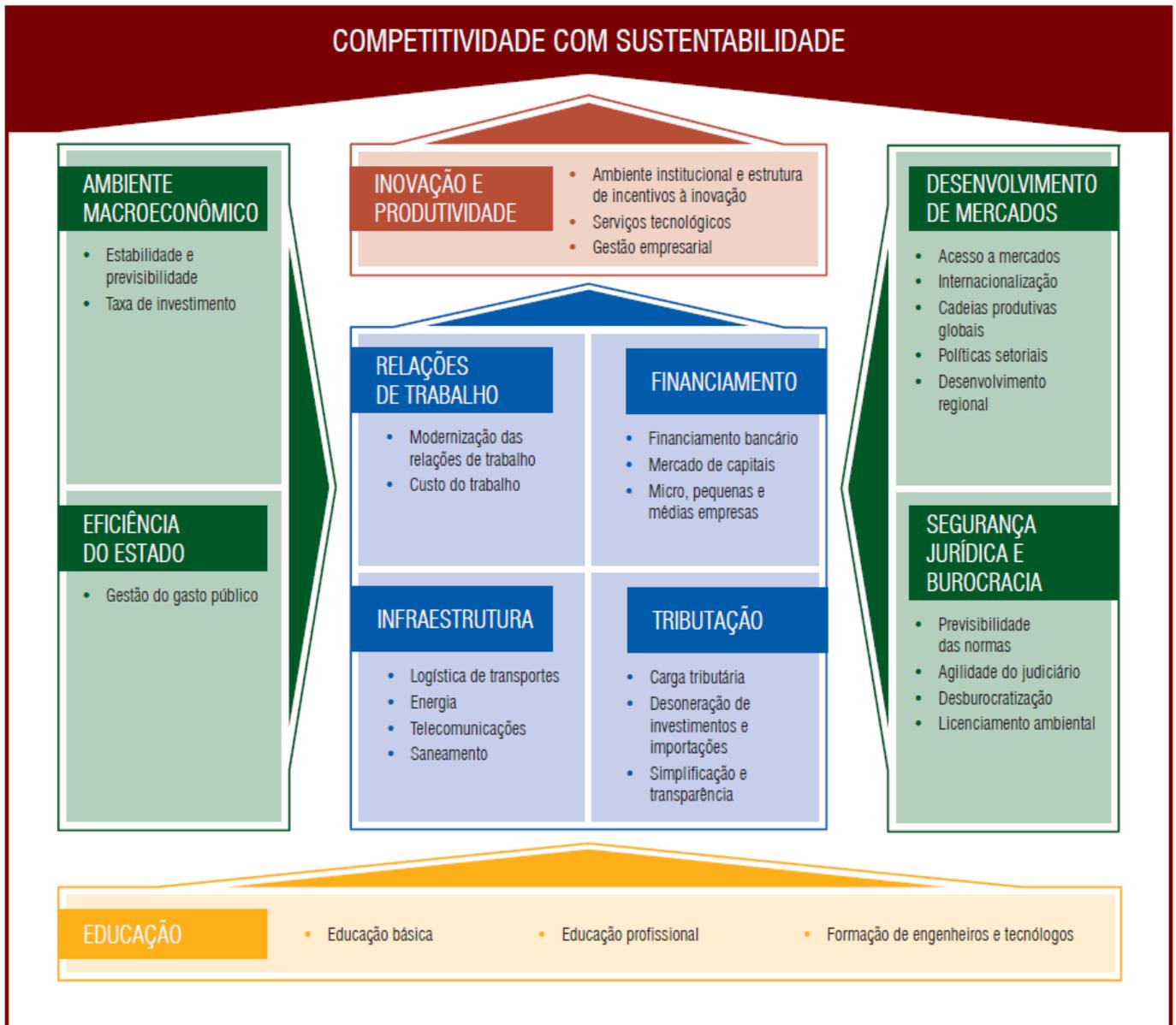


Figura 3. Diagrama do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 – CNI, 2013, p. 26.

Observando a genealogia do documento Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 percebemos que, ao mesmo tempo em que se propõe a ser o solucionador de todas as demandas econômicas do país, ele não é totalmente inédito. Assim como os filhos herdam características genéticas dos pais, avós, tataravós etc., a Agenda herdou propostas e ações dos documentos que são seus antepassados assim como não apresenta reivindicações comuns, como a Educação, por exemplo.

Na Agenda, o setor de ações relativo à educação que é alicerce no Plano Estratégico da CNI (Figura 3), nem é mencionado. Isso em parte é explicado pelo caráter de planejamento de curto prazo que a Agenda adquiriu, pois o horizonte temporal das propostas é de apenas

dois anos. Por outro lado, essa é também uma fonte de incoerência da atuação/discurso da CNI na Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018, pois é sabido que a Educação é fator preponderante no crescimento de um país e deve ser tratada a pequeno, médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo, como é comum das novas gerações, a Agenda é uma proposta que se mostra renovada, mesmo que somente no tipo de língua (mais midiática) e na editoração gráfica, já que a Agenda possui um prazo (dois anos), elementos como estatísticas e a lista das ações propostas.

Podemos considerar a Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 como o gênero discursivo agenda. Tanto devido ao fato do documento reunir características textuais que o identifiquem como tal, como também pela particularidade de sua produção, distribuição e consumo. Os gêneros, segundo Fairclough (2001b, p. 161) têm correspondência particular com as práticas sociais, ou seja, aquilo que as pessoas fazem. Para ele um gênero textual ou discursivo é “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa um tipo de atividade socialmente aprovado, como [...] um poema ou um artigo científico.” O gênero tem relação com a produção, a distribuição e o consumo de textos e não somente com uma categoria específica deles (Fairclough, 2001b).

Método

Nesse trabalho escolhemos o documento Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018, elaborado pela Confederação Nacional das Indústrias, como representante do discurso do setor industrial a respeito da crise econômica. A seleção desse documento entre vários outros elaborados pela CNI se deu mediante o uso de alguns critérios elencados adiante. Primeiro, o destacado papel desempenhado pela CNI como empreendedora política representando os interesses das indústrias como um todo, no cenário político brasileiro. Essa função cumprida pela CNI é atestada inclusive pela classe política em meio a discursos proferidos no Congresso Nacional, principalmente no ano de 2017, no qual ocorreu a escolha

do documento;

Segundo, o momento político vivido pelo Brasil caracterizado por alta instabilidade relativa às leis vigentes propiciou o surgimento dessa Agenda que se propõe (o verbo propor utilizado aqui se encontra no presente do modo indicativo para enfatizar o caráter atemporal da Agenda) a pautar as decisões do Legislativo Nacional. Logo, analisá-la criticamente buscando as incongruências do discurso de Crise, Segurança do Trabalho e Inovação se faz relevante. A escolha desse documento e não outro dentre os documentos da CNI sobre a crise, se deu principalmente pelo fato de que esse é um documento que compila vários outros, como apresentado na seção anterior. Além disso, analisar um único documento promoveu um aprofundamento maior na temática que por natureza é ampla. Ao mesmo tempo, essa delimitação não impediu que outros textos e documentos complementassem a análise.

Terceiro, a Agenda para o Brasil Sair da Crise – 2016-2018 possui 36 medidas ou ações propostas como solucionadoras da crise. Dentre essas reivindicações, sete foram analisadas. Essas sete propostas se encontram originalmente nos setores relativos a Relações de Trabalho (aqui chamadas de Segurança do Trabalho) e Inovação. As quatro medidas do setor de Segurança do Trabalho foram analisadas já que todas elas permitem relacionar os construtos analisados no trabalho. Essas medidas são Valorizar a negociação coletiva, Regulamentar a terceirização, Sustar ou alterar o texto da NR (Norma Regulamentadora) 12 e Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP (Fator Acidentário de Prevenção). Das cinco medidas relativas à Inovação que são Regulamentar o Código Nacional de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), Aprimorar a Lei do Bem, Assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas, Regulamentar o acesso ao patrimônio genético e Promover a melhoria operacional do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), duas foram excluídas da análise por não conter elementos que se relacionem ao mesmo tempo com os construtos Crise e Segurança do Trabalho. A parte introdutória do documento também foi analisada para

contemplar a tríade discursiva: Crise-Inovação-Segurança do Trabalho.

Para proceder à análise crítica do discurso da Agenda para o Brasil Sair da Crise – 2016-2018 escolhemos Fragmentos discursivos que contemplavam as propostas da CNI e os argumentos a favor de cada tese defendida pela confederação. Esses Fragmentos foram retirados da apresentação do documento, das propostas relativas à Segurança do Trabalho e Inovação e também de outros setores. Ao todo foram analisados 21 Fragmentos.

Através da análise desses Fragmentos procuramos esclarecer aspectos ligados às três dimensões alvo da ACD: as práticas sociais, as práticas discursivas e o texto, que de fato é onde podem ser visualizadas as práticas sociais que são discursivas.

Ao analisar a dimensão textual dos Fragmentos procuramos descrever aspectos ligados ao vocabulário utilizado, à gramática e a coesão. Levando em conta como os Fragmentos são produzidos, distribuídos e consumidos nós pudemos verificar a coerência que é construída no texto, bem como a intertextualidade e a interdiscursividade. Por fim, levando em conta a presença de aspectos relacionados à ideologia e às formas hegemônicas no texto. Isso nos possibilitou sistematizar as informações e relacionar os diversos fragmentos entre si.

Resultados e Discussão

A CNI e o discurso de crise

Sendo a primeira instituição de representação do setor produtivo brasileiro, a CNI atualmente “defende as reformas institucionais para que a economia brasileira cresça de forma sustentada, competitiva e inovadora e com alta produtividade.” (CNI, n.d.e), como pode ser observado no breve histórico de atuação da instituição, presente em seu site institucional.

A competitividade é uma preocupação materializada nos relatórios específicos da CNI, como o Relatório Competitividade Brasil – Comparação com países selecionados. Desde 2010, a Confederação vem, apresentando indicadores que mostram em que patamar o país se encontra perante a economia global. Os relatórios também servem para reafirmar que

“a prioridade da agenda da CNI é a elevação da competitividade da indústria e, conseqüentemente, da economia brasileira.” (CNI, 2016d, p.9).

Percebe-se que o intuito não é somente influir na agenda governamental, mas empreender sob o processo de modificação do cenário. Com isso, a CNI se coloca no centro das negociações políticas, para extinguir a crise brasileira, contrária ao almejado crescimento econômico, que por sua vez precisa ser sustentável, competitivo, inovador e produtivo.

Como apresentamos anteriormente, com a mudança do Presidente do Executivo Nacional no ano de 2016, abriu-se a janela de oportunidades para a definição de problemas e soluções como propostas para políticas públicas. A CNI como empreendedora política, aguardava por esse acontecimento para defender suas propostas, já que pela rapidez com que tais janelas se abrem e fecham era necessário estar preparada para apresentar os problemas que afligem as indústrias. (Kingdon, 2006b).

Vimos que as propostas apresentadas pela CNI no ano de 2016 não são novas, porém isso é extremamente importante dentro do processo de proposição de soluções ou de apresentação de problemas. As propostas de resolução de problemas feita por determinado empreendedor político, precisam passar por uma espécie de gestação, ou seja, precisam amadurecer antes de serem trazidas aos tomadores de decisão política. Entende-se que a apresentação dos documentos antepassados da Agenda, sem aparente sucesso, foram oportunidades que a CNI aproveitou para que as propostas fossem lapidadas e estivessem prontas até a abertura da janela de oportunidade de 2016. (Kingdon, 2006b).

Logo na sua apresentação, o documento Agenda para o Brasil sair da Crise - 2016 – 2018 expõe ao enunciatório o cenário de crise, a justificativa maior para a elaboração da Agenda, contendo sete pontos principais e 36 propostas. O texto é marcado pela impessoalidade, já que o enunciador assinala seu distanciamento ao apresentar a responsável intelectual pela elaboração do documento, a CNI, utilizando a terceira pessoa do singular.

No Fragmento discursivo 1, é possível observar o papel institucional da CNI de representante da indústria brasileira e articuladora política, já que o documento analisado se configura como uma ação conjunta das federações estaduais, da qual a confederação é a mediadora e porta-voz. Isso reforça a ideia implícita de que a necessidade de mudanças é da indústria brasileira como um todo.

[Fragmento discursivo 1] Este documento foi desenvolvido tendo como referência a publicação Regulação e Desburocratização: propostas para a melhoria do ambiente de negócios 2015. Ele contempla exclusões, novas propostas e ajustes no texto original. A CNI agradece a colaboração das federações estaduais de indústria e das associações setoriais participantes do Fórum Nacional da Indústria. (CNI, 2016a, p.2).

No Fragmento discursivo 2 nota-se a relação de dependência entre o ‘aumento da produtividade e competitividade’ e a ‘revisão das políticas públicas’ justificadas pelo contexto de crise. Crise que juntamente com a ocorrência da troca de governo, influenciou a abertura da janela de oportunidades.

[Fragmento discursivo 2] Junto com o ajuste fiscal de longo prazo, o centro norteador da revisão de políticas deve ser o aumento da produtividade e competitividade da economia. (CNI, 2016a, p.2).

Analisando o Fragmento discursivo 2 percebemos que um dos objetivos centrais da Agenda é a revisão das políticas públicas, tendo o contexto de crise como um pano de fundo para isso. Popularmente falando, a CNI quer demonstrar que a crise é a “gota d’água” que faltava para que o oceano da economia transbordasse e essas revisões enfim, comesçassem a ser feitas.

Partiremos para a análise de outros Fragmentos que demonstram como a crise econômica é apresentada na Agenda. O Fragmento discursivo 3 faz parte da Proposta 2 da Agenda, no setor de Eficiência do Estado. Essa proposta apresenta a ação que consiste em

Implementar mecanismos de controle do gasto público. Esse Fragmento corrobora com uma das formas com que a Agenda trata o discurso de crise. O enunciador apresenta a crise como sendo um problema que tem o Estado como responsável pela resolução. Ao utilizar a oração ‘A superação da crise econômica e o retorno ao crescimento dependem crucialmente de um ajuste fiscal de curto e longo prazo’ fica claro que é imperativo que o Estado resolva o problema, mas não de qualquer maneira, a forma correta de superar a crise é procedendo ao ajuste fiscal. Ao longo de toda a Agenda, vemos o enunciador descrevendo as propostas de maneira propositiva, como se não houvesse alternativa diferente das descritas na Agenda.

[Fragmento discursivo 3] A superação da crise econômica e o retorno ao crescimento dependem crucialmente de um ajuste fiscal de curto e longo prazo que assegure o controle das contas públicas, promova maior eficiência na aplicação dos recursos e recupere a capacidade de investimento do Estado. (CNI, 2016a, p.11).

O Fragmento discursivo 4 demonstra esse imediatismo na realização de ações para eliminar os efeitos da crise. Retomando a alegoria da “gota d’água” vemos que nesse Fragmento fica claro que a crise até então era tolerável e passou a não ser. O uso do verbo aprofundar evidencia isso. A intenção é demonstrar que o país se encontra em uma espécie de buraco, que antes não era tão profundo, mas agora ganhou proporções maiores. A corda para o Brasil sair desse “buraco”, segundo a Agenda, são ações fiscais e de competitividade.

[Fragmento discursivo 4] A crise brasileira aprofundou-se de forma dramática. A saída da crise exige um conjunto de ações nas áreas fiscal e de competitividade. (CNI, 2016a, p.2).

No Fragmento discursivo 5 a CNI utiliza argumento semelhante ao visto no Fragmento 4. Ao escolher o verbo ‘exacerbou’ para demonstrar o efeito da crise nas empresas a mensagem é de que as dificuldades empresariais existiam antes, porém estavam sob controle, talvez pelas próprias empresas. Como agora isso não é mais possível, a solução é

pedir ou providenciar ajuda.

[Fragmento discursivo 5] - A crise econômica atual exacerbou as dificuldades financeiras das empresas. (CNI, 2016a, p.30).

Essa requisição de auxílio frente aos efeitos da crise fica claro pela ação requerida na Proposta 21, setor de Financiamento, de onde foi retirado o Fragmento discursivo 5. O nome escolhido para a proposta foi Melhorar as condições de capital de giro às empresas. Embora não esteja explícito quem realizará a ação de ‘melhorar as condições de capital de giro das empresas’ é claro que as empresas serão as beneficiadas.

O que ocorre nos Fragmentos discursivos 6 e 7 são marcas do discurso da Agenda como um todo e também do discurso de crise. Nos dois Fragmentos que são oriundos do setor de Propostas voltadas ao Comércio Exterior há uma repetição de orações.

[Fragmento discursivo 6] - No cenário de grave crise econômica e retração do mercado interno, a expansão dos mercados externos é fundamental para que o Brasil possa crescer apoiado na demanda externa para sua produção industrial. (CNI, 2016a, p.32).

[Fragmento discursivo 7] - No cenário de grave crise econômica e retração do mercado interno, o apoio oficial à exportação e aos investimentos é fundamental para que o Brasil possa crescer apoiado na demanda externa para sua produção industrial. (CNI, 2016a, p.33).

O que difere um Fragmento do outro é somente elementos textuais que ligam o Fragmento à sua respectiva Proposta. A ideia aqui é que existe um discurso padrão no caso representado pelo período ‘No cenário de grave crise econômica e retração do mercado interno, [...] é fundamental para que o Brasil possa crescer apoiado na demanda externa para sua produção industrial’, considerado como incontestável, no qual serão encaixadas

informações conforme a necessidade argumentativa. Dentro desse discurso padrão a crise é novamente apresentada como algo crítico, haja vista o uso do adjetivo ‘grave’ para qualificar o substantivo ‘crise’, caracterizando-o como preocupante e sério.

No caso do Fragmento discursivo 6 cuja ação é Negociar acordos comerciais a informação nova acrescentada ao “discurso padrão” é ‘a expansão dos mercados externos’. Esse acréscimo é condizente com a reivindicação feita. No Fragmento discursivo 7 a parte acrescentada foi ‘o apoio oficial à exportação e aos investimentos’. Esse acréscimo serve para justificar a proposição da ação presente na Agenda de onde o Fragmento discursivo 07 foi retirado. A referida ação foi intitulada Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento de comércio exterior.

Essa estratégia de repetição de palavras, que no caso da Agenda é levada a sério, é utilizada para obter a ligação entre elementos das orações em frases e dessas em partes maiores de texto. A maneira como a ligação entre os textos é feita entende-se como coesão. A coesão contribui para uma leitura coerente do texto e é produzida de maneira consciente e intencional pelos produtores dos mesmos. (Fairclough, 2012). O trabalho ideológico pode ser feito através da maneira como um texto é estruturado. A própria Agenda usa o termo coesão ao tratar da Negociação Coletiva.

Após essas análises podemos concluir que o discurso de crise na Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 tem várias facetas e isso é exatamente o que contribui para a aceitação do mesmo. A crise é apresentada como um contexto que exacerbou as dificuldades econômico-financeiras do país e conseqüentemente das empresas. Com isso se torna uma oportunidade ideal para apresentação das propostas descritas na Agenda. Essa oportunidade é tão grande que proporciona espaço à apresentação de ações que não tem relação direta com o contexto de crise, ou seja, não foram causadoras do evento e nem são capazes de evitar que outra crise aconteça, como é o caso das propostas de Segurança do Trabalho. Como a crise é

colocada como um evento externo às empresas o governo como responsável pelo ambiente de negócios do país é quem deve resolvê-la.

O Discurso da Segurança do Trabalho

Nessa seção analisaremos Fragmentos discursivos oriundos de quatro propostas que tratam do discurso de Segurança do Trabalho presente na Agenda. Essas propostas são: Proposta 08 - Valorizar a negociação coletiva, Proposta 09 – Regularizar a terceirização, Proposta 10 – Sustar ou alterar o texto da NR 12 e Proposta 11– Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP.

Proposta 08 - Valorizar a negociação coletiva

Como parte da proposta que visa assegurar a segurança jurídica nas relações de trabalho, a Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 apresenta a valorização da negociação coletiva como uma das maneiras de ajustar as condições de trabalho à realidade das empresas e aos anseios das categorias trabalhistas e patronais, através dos seus respectivos sindicatos.

A negociação coletiva é estimulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é matéria da Convenção 154-Incentivo à Negociação Coletiva, redigida pelo órgão em 1981 com vigência no Brasil desde 1994, ano de sua promulgação pelo Presidente da República através do Decreto nº 1.256, de 29/09/1994.

No Artigo 2º da referida convenção está expresso o que é e qual a finalidade da negociação coletiva:

Art. 2 — Para efeito da presente Convenção, a expressão ‘negociação coletiva’ compreende todas as negociações que tenham lugar entre, de uma parte, um empregador, um grupo de empregadores ou uma organização ou várias organizações de empregadores, e, de outra parte, uma ou várias organizações de trabalhadores, com fim de:

- a) fixar as condições de trabalho e emprego; ou
- b) regular as relações entre empregadores e trabalhadores; ou
- c) regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou várias organizações de trabalhadores, ou alcançar todos estes objetivos de uma só vez. (OIT, 1981)

Complementa essa definição o entendimento de Barros (2008) para a qual “negociação coletiva é modalidade de autocomposição de conflitos advinda do entendimento entre os interlocutores sociais”. (p.1204)

Podemos notar nessas definições que a negociação coletiva é uma modalidade de solução de conflitos que depende a interlocução entre atores coletivos, no caso, empregadores ou organizações de empregadores e grupo de empregados, ou seja, os sindicatos exercem papel chave nesse processo, pois visa garantir a equidade entre as partes. É importante ressaltar que a taxa de sindicalização no Brasil é baixa. Em 2015, resultados da PNAD mostraram que 19,5% de um total de 94,4 milhões de trabalhadores acima de 16 anos eram sindicalizados. Com isso, podemos perceber uma perda de poder e voz dos sindicatos e consequente característica coletiva. (IBGE, 2017).

O Fragmento discursivo 8 apresenta o argumento para a adoção de medidas que estimulem, reconheçam e valorizem a negociação coletiva.

[Fragmento discursivo 8] - A negociação coletiva é a principal forma de ajuste dos interesses entre sindicatos dos trabalhadores e as empresas ou sindicatos dos empregadores. Ela é um meio que propicia adequar as condições de trabalho à dinâmica do mundo moderno e a realidades específicas, compondo os diversos interesses e anseios das partes envolvidas. (CNI, 2016a, p.17).

Aqui vemos que o enunciatório se utiliza de diversas expressões para transparecer somente as vantagens da negociação coletiva, por exemplo, o ‘ajuste dos interesses’ e ‘anseios

entre as partes' (trabalhadores e empresas). Essa forma de solução de conflitos é apresentada como uma das melhores soluções para questões como adequar as condições de trabalho ao mundo cada vez mais moderno e também às idiossincrasias dos setores industriais.

Segundo o Dicionário Online Michaelis a palavra ajuste é um substantivo masculino que possui quatro acepções, mas a primeira delas, ajustamento, traduz melhor o sentido que essa palavra adquiriu na agenda. São quatro as acepções de ajustamento que mais se encaixam: 2 Colaboração mútua; combinação, contrato, convenção, pacto. 4 Reacomodação entre pessoas que se desentenderam; congraçamento, pacificação, reconciliação. 5 Posição preestabelecida de uma peça em relação a outra; ajustagem, regulagem. 6 SOCIOL, PSICOL. Todo processo que tende a estabelecer relações de equilíbrio entre pessoas, grupos, pessoas e grupos, elementos de uma cultura, pessoas e elementos culturais, a fim de alcançar um equilíbrio harmonioso com as exigências ambientais e cognitivas. Percebemos que o entendimento de ajuste presente na agenda traz congruência com o entendimento dicionarizado.

Ainda com relação ao Fragmento discursivo 8 ao citar a expressão 'partes envolvidas' o enunciador faz menção aos interesses dos empregados e empregadores como componentes de uma mesma engrenagem que precisam ser regulados para trabalharem corretamente, sem fadiga ou quebra. Caso essa "fadiga", ou seja, conflito de interesses ocorra a negociação é apontada como a solução para que novamente o equilíbrio dinâmico volte a ocorrer.

Expressões como 'dinâmica do mundo moderno' e 'realidades específicas' sugerem mais do que a combinação das palavras pode externar ou transparecer. Ao depararmos com o substantivo mundo, uma das possibilidades para sua interpretação é a de universo, totalidade de astros e planetas. Em um sentido mais restrito, porém igualmente abrangente, mundo, se referiria ao planeta Terra e às coisas que acontecem nele. Assim como o planeta Terra que está em constante movimento ao redor de si mesmo e também do Sol, as relações econômicas,

especificamente as que ocorrem no setor industrial, estão em constante evolução, algo que é enfatizado pelo enunciatório que se utiliza da expressão “dinâmica” para dar essa ideia de movimentação. Logo, ao analisar a expressão “dinâmica do mundo”, nos é transmitida a sensação de pertencimento, ou coisas que acontecem tanto no Brasil quanto em qualquer outro setor industrial ao redor do planeta. Estando no mundo que se movimenta (planeta Terra), todos estão igualmente em movimento, mas é imprescindível não ficar parado no tempo.

Para que não haja dúvida a respeito da intenção que o Fragmento discursivo 08 produz ao apresentar as vantagens da negociação coletiva, nesse cenário de mudanças, a palavra ‘moderno’ se agrega à expressão “dinâmica do mundo”, com a função de adjetivo, ao qualificá-lo como atual, novo, recente, que necessariamente está em oposição ao modelo que vigora ou vigorava, mas precisa ser substituído.

Porém, ao mesmo tempo em que a Proposta 08 da Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 trata da valorização das negociações coletivas, é possível observar no Fragmento discursivo 9 que fazer acordos entre trabalhadores e empresas seria uma forma de relegar a necessidade de leis que regem o trabalho, a segundo plano.

[Fragmento discursivo 9] - É preciso fomentar o ajuste de condições de trabalho por meio da negociação coletiva, ultrapassando-se o modelo atual em que quase tudo é definido por lei e quase nada por negociação. (CNI, 2016a, p.17).

Ainda em relação ao Fragmento discursivo 09 percebe-se que ao trazer a necessidade de ajustar as condições de trabalho através da negociação coletiva, faz-se uma depreciação do ‘modelo atual’ que determina as condições mínimas de trabalho através, mas não exaustivamente, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Essa necessidade é realizada através da expressão ‘é preciso’. Na CLT, está a maioria das leis relativas à proteção do trabalho, embora essa matéria também seja contemplada na Constituição Federal, com maior

destaque para os artigos 7º ao 11º. Porém, os artigos da CLT que tratam sobre as modalidades de negociação coletiva estão presentes no TÍTULO VI - DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO a partir do artigo 611. (Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943).

Através da análise do Fragmento discursivo 10 notamos que novamente um dos objetivos centrais da Agenda é retomado, ou seja, a obtenção do crescimento econômico por meio da produtividade.

A capacidade de solução de conflitos da negociação coletiva é expressa tanto pelo adjetivo “amplo” que qualifica o ajuste feito pela negociação, quanto pela presença das expressões “coesão” e “social”.

[Fragmento discursivo 10] - Com o reconhecimento da negociação coletiva como meio de ajuste amplo das condições de trabalho, é possível obter benefícios mútuos, para trabalhadores e empresas, além de maior produtividade, coesão e crescimento econômico e social. (CNI, 2016a, p.17).

No Fragmento acima, a expressão ‘com o reconhecimento da negociação coletiva’ equivale em sentido à expressão ‘valorizar a negociação coletiva’ presente no título da Proposta 08. Esse entendimento ganha ainda mais força ao percebermos que a valorização da negociação coletiva só pode ocorrer quando ela é reconhecida como lei. Porém, as próprias leis vigentes são colocadas como entraves para que patrões e empregados desfrutem de liberdade de leis e normas externas. Ao utilizar o verbo ultrapassar no gerúndio ‘ultrapassando’ juntamente com a partícula apassivadora ‘se’ o enunciador sugere que o efeito da negociação trabalhista é deixar para trás as barreiras legislativas que atrapalham as empresas. Entretanto, se o mundo real em que ‘quase tudo é definido por lei e quase nada por negociação’ é um mundo que deve ser deixado para trás, porque a proposta faz parte de uma agenda voltada prioritariamente ao Poder Executivo e, de maneira secundária, ao Legislativo, os responsáveis por apresentar as normas que devem ser ultrapassadas?

Observando as propostas da Agenda nós formulamos uma hipótese que pode responder a esse questionamento. A primeira delas tem relação com a hierarquia das normas jurídicas e fontes do Direito do Trabalho. As fontes do Direito do Trabalho no Brasil podem ser consideradas como heterônomas e autônomas. As fontes heterônomas advêm do papel do Estado em exercer sua atividade normativa, já as fontes autônomas surgem do relacionamento entre as partes envolvidas. Há de se frisar, que as fontes autônomas do Direito do Trabalho são complementares às fontes heterônomas, na medida em que podem aprimorar o ordenamento jurídico. Com relação à hierarquia das normas jurídicas, os frutos de negociação coletiva, não equivalem à lei, ou seja, não podem ser contrários à legislação vigente, por exemplo, a CLT, nem se sobrepor a ela. (Frediani, 2011).

Podemos entender que quando a CNI apresenta a proposta de estimular, valorizar e reconhecer a negociação coletiva não há somente um interesse de que os conflitos sejam solucionados, mas que o acordado seja equivalente ou ainda supere o legislado. Para que seja assim, a garantia de que a negociação coletiva se sobreponha à lei, mesmo em casos onde não traz maior benefício aos trabalhadores, deve estar expressa em lei. Caso contrário, continuará ‘quase tudo é definido por lei e quase nada por negociação’. Nesse cenário, estaria configurada uma inversão na hierarquia das normas jurídicas, onde a legislação teria menos valor e abrangência do que acordos entre as partes envolvidas e que valem para uma realidade específica.

Proposta 09 – Regulamentar a terceirização

Na proposta a respeito da terceirização, o documento da CNI apresenta uma defesa à sua regulamentação. Com isso, novamente aparece o argumento da segurança jurídica como justificativa básica para mudanças que impactariam positivamente a competitividade e a produtividade das empresas.

Lembramos que as expressões, “segurança jurídica”, “competitividade” e

“produtividade” são chave da argumentação ao longo de toda a Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018. São lemas político-econômicos e legais, e também, em certa medida, publicitários, que caberiam tanto em uma campanha institucional da CNI, de algum partido político ou até mesmo como manchete do jornal do dia. (Iasbeck, 2002) L. C. A.,

No Fragmento discursivo 11 encontra-se a ligação entre a terceirização e a estratégia da empresa representada pela frase ‘Assim, as empresas podem se dedicar à atividade em que realmente são produtivas’.

[Fragmento discursivo 11] - A terceirização cresceu em todo o mundo, impulsionada pelo ganho de competitividade resultante da especialização. Assim, as empresas podem se dedicar à atividade em que realmente são produtivas, aumentando a competitividade de toda a sua cadeia. O resultado é mais produção e mais emprego. (CNI, 2016a, p.18).

No Fragmento discursivo 12 vemos o enunciatório expor os motivos pelos quais a regulamentação é requerida.

[Fragmento discursivo 12] - Regular a terceirização, com uma legislação que permita à empresa escolher o que terceirizar, de acordo com a sua estratégia de negócio, mas que assegure o cumprimento dos direitos dos trabalhadores. (CNI, 2016a, p.17).

O Fragmento discursivo 12 ilustra a ação requerida na Proposta 09. A construção do período traz uma série de enumerações. Essas enumerações foram encadeadas de forma a apresentar a ideia de um ordenamento em que o elemento principal é expresso pela oração ‘regular a terceirização’. Com isso, o enunciatório deixa claro que, embora, seja importante que a regulamentação da terceirização seja alcançada isso não é suficiente sem que:

- a) A nova lei dê liberdade às empresas para escolher o que será terceirizado;

b) A nova lei permita às empresas escolher o que será terceirizado de acordo com a estratégia empresarial de cada uma;

c) A nova lei permita às empresas escolher o que será terceirizado sem que a terceirização represente uma ameaça aos direitos dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, como já dissemos e o Fragmento discursivo 12 apresenta, está a necessidade de uma lei que regulamente a terceirização dando liberdade às empresas. A princípio, há uma inconsistência entre requisitar uma regulamentação e ao mesmo tempo buscar algo que seja libertador, já que a legislação traz em si uma contenção, ou delimitação de algo que é possível ou permitido. Essa incoerência se desfaz quando nos voltamos para a situação a respeito da terceirização quando da proposição da Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018: somente as atividades-meio, aquelas que não são as principais das empresas poderiam ser terceirizadas, de acordo com Súmulas da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho (TST) número 331-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE, como mostra o inciso III do referido dispositivo.

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

As súmulas são resumos de decisões recorrentes de tribunais a respeito de matéria que apresenta divergência com o objetivo de tornar uniforme a jurisprudência e facilitar a interpretação e apreciação sobre os assuntos. (Pereira & Souza, 2014).

Entretanto a referida súmula não especifica qual é o significado de atividade-fim e atividade meio, devendo para tanto o juiz apreciar o contrato social da tomadora de serviço, considerando atividade-fim o que coincide com seu objeto social. (Pereira & Souza, 2014).

Podemos notar também que na oração ‘mas que assegure o cumprimento dos direitos

dos trabalhadores' existe o reconhecimento, mesmo que implícito de que a terceirização pode ser usada de forma a trazer malefícios para os trabalhadores, significando a precarização das condições de trabalho. A proposta da Agenda trás a visão de que somente a criação de uma lei que dê liberdade as empresas de terceirizar atividades como bem lhe aprouver é que garantirá a observância dos direitos dos trabalhadores, especialmente os concernentes à Saúde e Segurança do Trabalho. Uma lei que amplie as regras consequentemente traria maior liberdade para as empresas, sob a proteção e segurança garantidos pela regulamentação legal de qualquer terceirização.

Proposta 10 – Sustar ou alterar o texto da NR 12

O Fragmento discurso 13 traz a Proposta 10 da Agenda da CNI. Essa proposta visa sustar ou alterar o texto da NR 12. A Norma Regulamentadora do Trabalho de número 12 é umas das 36 normas editadas pelo Ministério do Trabalho, através da Portaria N.º 3.214, 08 de junho de 1978, para cumprimento do exposto no art. 200 do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho que trata da Segurança e Medicina do Trabalho.

A NR 12 que trata de aspectos relacionados aSegurança no Trabalho em máquinas e equipamentos, foi editada pela primeira vez em 1978 e desde então sua atualização mais substancial ocorreu em 2010, já que houve acréscimo de muitos itens ao texto original, e exatamente essa ampliação de deveres que está sendo questionada pela Proposta 10 da Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018.

Com essa reivindicação a representante dos anseios das indústrias elenca a ação que o Ministério do Trabalho deve tomar para equalizar os requisitos da referida norma regulamentadora com o que as empresas estão dispostas a cumprir. O Ministério do Trabalho figura aqui como possível enunciatário da proposta em específico, já que é a instância responsável por elaborar o regulamento a respeito da matéria Saúde e Segurança do Trabalho.

[Fragmento discursivo 13] - Sustar a NR 12 ou alterar seu texto para que suas exigências observem o necessário equilíbrio entre a proteção aos trabalhadores e às obrigações impostas às empresas e os impactos econômicos. (CNI, 2016a, p.19).

O uso dos verbos sustar e alterar, no modo infinitivo, sugere a urgência da proposta, pois enquanto a norma regulamentadora estiver em vigor, as empresas que não cumprirem seus requisitos ficam sujeitas a multas, interdições no caso de risco grave e iminente para os trabalhadores, de acordo com a Norma Regulamentadora do Trabalho de número 28, que instrui sobre procedimentos de fiscalização e penalidades. Há casos de descumprimento de normas regulamentadoras que levaram a prisão do responsável pela empresa.

No Fragmento discursivo 13 encontramos também quatro expressões-chave para o entendimento da proposta: ‘proteção aos trabalhadores’, ‘obrigações impostas às empresas’, ‘impactos econômicos’ e ‘necessário equilíbrio’. Essas expressões se destacam, pois em princípio, sugerem que ao solicitar a modificação na Norma, a intenção é que as empresas obtenham êxito ao cumprir a regulamentação, garantam a segurança e saúde dos seus trabalhadores, e ainda não tenham impactos sobre seus custos, já que em um ambiente de crise isso não seria adequado.

A palavra equilíbrio remete à imagem de uma balança, cujos pratos precisam estar nivelados para que haja uma medição justa. Logo, ao apresentar a expressão ‘necessário equilíbrio’ na Agenda é reforçada a disposição em cumprir a norma, desde que ela seja condizente com a realidade financeira das empresas.

Além da questão financeira, algo que impele o cumprimento das normas é o fato de que as empresas passaram a ser valoradas por outros quesitos, um deles é a responsabilidade social corporativa. Isso afeta significativamente em como a empresa será vista e avaliada pela sociedade, e é fato que nenhuma empresa quer ter sua imagem associada a acidentes e até mesmo mortes.

[Fragmento discursivo 14] - A mudança reduzirá custos, dará segurança jurídica e condições mais viáveis para a operação das empresas, mantendo a segurança dos trabalhadores. (CNI, 2016a, p.19).

Ainda na analogia da balança, é possível enxergar no Fragmento discursivo 14, mais especificamente quando ele relaciona a mudança almejada com a manutenção da segurança dos trabalhadores, que frente à possibilidade de fracasso da Proposta 10 junto ao MT, haveria um desequilíbrio. As empresas teriam que desequilibrar a relação entre os impactos econômicos do cumprimento da norma sobre seus custos e as obrigações de proteção aos trabalhadores. É possível concluir que o lado mais fraco da relação, capital-trabalho, o trabalhador, seria o prejudicado.

Isso toma grandes proporções quando lembramos que o direito à saúde e segurança do trabalho, embora garantidos na Constituição Federal, e regulamentados pelas normas do MT, não se resumem ao cumprimento de instrumentos jurídicos.

Ao longo de toda a Agenda, as expressões segurança jurídica, insegurança jurídica, assim como as palavras segurança e seu antônimo, insegurança, associadas a questões regulatórias e legislativas ocorrem 24 vezes. O que traz o entendimento que o principal argumento das reivindicações relacionadas a mudanças ou aperfeiçoamentos das leis e normas que regem as organizações industriais é proporcionar segurança, no sentido de evitar surpresas relacionadas à obrigação de fazer algo, impostas por esses instrumentos jurídicos.

Logo, associando a frequência da ocorrência da ideia de segurança jurídica, com a valorização da negociação coletiva, especialmente no contexto apresentado na Proposta 08, percebe-se que há mais uma incoerência nas propostas da Agenda.

A segurança jurídica é fundamental para o Estado Democrático de Direito, sendo um princípio jurídico. A confiança de que os direitos e obrigações não serão modificados de maneira inesperada faz parte da essência do conceito de segurança jurídica. Com isso

podemos perceber que no caso da Proposta 10 da Agenda, em sustar ou modificar a Norma Regulamentadora se acatado acarretaria o oposto da tão almejada segurança.

Utilizando o mesmo argumento de economia de custos presente na Agenda, entendemos que nesse cenário, aquelas empresas que já procederam a adequação de seus maquinários teriam prejuízo. Além disso, sustar a norma abriria um vácuo normativo causando a ausência de proteção aos trabalhadores contra esse tipo de risco.

Proposta 11 – Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP

A Proposta 11 da Agenda versa sobre outra questão importante a respeito da promoção da Saúde e Segurança do Trabalho, o FAP.

O FAP foi normalizado pelo Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto N° 3.048, de 6 de maio e 1999 e atualizado por outros dispositivos legais, que tem o objetivo de estimular o investimento em Saúde e Segurança do Trabalho. De maneira simples, as empresas que registrarem um maior número de acidentes no período base, são penalizadas com aumento do imposto, já as que não registrarem acidentes, são bonificadas podendo obter um desconto de até 50%. Trata-se de disposição que envolve os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e também da Fazenda.

[Fragmento discursivo 15] - Nesse sentido, é preciso alterar o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/99), para adequar o cálculo do FAP à Lei nº 10.666/2003, dispondo que nele não sejam contabilizados acidentes de trajeto, pois essas ocorrências não podem ser gerenciadas pelas empresas e integram o índice desse cálculo que tem por objetivo incentivar a prevenção no ambiente de trabalho. (CNI, 2016a, p.20).

No Fragmento discursivo 15 ao propor a ação de revisão do método de cálculo do FAP, a Agenda descreve a forma que considera mais adequada de realização dessa modificação, pois são especificados os dispositivos legais que demandam mudança.

Vemos também que o problema não é a existência do FAP considerado uma vantagem, mesmo que de maneira implícita, já que o dispositivo como um todo não foi rechaçado e sim a exclusão dos acidentes de trajeto no seu cálculo.

Para justificar essa exclusão, o enunciador utiliza as orações ‘essas ocorrências não podem ser gerenciadas pelas empresas’, ‘integram o índice desse cálculo’ e ‘tem por objetivo incentivar a prevenção no ambiente de trabalho’ ligadas por conjunções, no caso ‘e’ e ‘que’.

As duas primeiras orações tratam dos acidentes de trajeto, do papel que esses acidentes têm na gestão de Saúde e Segurança do Trabalho e no segundo caso, no peso que eles têm sobre os tributos das empresas. A última oração versa sobre o objetivo geral do FAP.

Tratando das implicações da caracterização dos acidentes de trajeto, observamos que a justificativa elencada pelo enunciador para exclusão dos mesmos devido à impossibilidade de ingerência das empresas depende o entendimento do que é considerado acidente para fins previdenciários.

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 em seu artigo 19 conceitua acidente e no artigo 21 equipara acidente de trabalho, dentre outros, aos acidentes de trajeto.

Art.19 - Acidente do Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

Portanto, a referida lei, não leva em conta o local de trabalho para definir o que é acidente e sim o fato de o trabalhador estar à disposição da empresa para a qual trabalha.

Mesmo assim, as empresas não chegaram a um patamar de entender que promover a Saúde e Segurança do Trabalho não deve ter somente o objetivo de evitar acidentes relacionados ao trabalho e principalmente agravos devido ao não cumprimento da legislação relacionada, mas pensar as relações de trabalho como algo abrangente, que impactam não somente a pessoa do trabalhador individualmente, mas também sua família, e porque não dizer, a sociedade. (Oliveira, 2003),

Com isso, podemos observar que o argumento de impossibilidade de gestão ou impedimento dos acidentes de trabalho só ganharia força se a gestão dos ditos acidentes externos fosse completa, com isso abrindo espaço para contestação de uma possível injustiça ao acrescentar o acidente de trajeto no cálculo do FAP. O justo como apresentado na Proposta 11 é as empresas serem penalizadas por acidentes e doenças que ocorrem dentro do local de trabalho, mas fora não, mesmo que tendo relação com o vínculo de emprego.

Mesmo na hipótese de haver a retirada do acidente de trajeto do cálculo do FAP, com vistas a diminuição de custos, ele não deixa de ser contabilizado como acidente, de gerar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e outras consequências. Com isso, o argumento da segurança jurídica, tão utilizado durante toda a Agenda se mostra contrária à Proposta 11.

Além disso, esquece-se que o bônus proposto pelas empresas é algo da ordem do incentivo, ou seja, “aquela forcinha” para que as empresas façam o que devem fazer, no caso, garantir o mínimo de condições de Saúde e Segurança do Trabalho a seus trabalhadores, por meio do cumprimento da lei.

O Discurso da Inovação

A parte da Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 destinada a ações pró-Inovação é a que mais possui repetição de orações e por vezes parágrafos inteiros. Em parte

isso aparentemente pode ser explicado pelo fato das reivindicações a respeito da Inovação versarem sobre assuntos que, embora separados por tópicos, ou propostas, são relativos a leis como a Lei do Bem ou o Código Nacional de CT&I.

Os **Fragmentos Discursivos** 16 e 17 são exemplos de Fragmentos que estão presentes em duas propostas distintas, a saber, Proposta 32 – Regularizar o Código Nacional de CT&I e Proposta 33 – Aprimorar a Lei do Bem.

[Fragmento discursivo 16] - A inovação é essencial para o aumento de produtividade e da competitividade das empresas. (CNI, 2016a, p.41).

[Fragmento discursivo 17] - O Brasil tem diversos instrumentos de incentivo à inovação, mas o marco regulatório atual ainda não foi capaz de construir um ambiente verdadeiramente favorável ao investimento em inovação. (CNI, 2016a, p.41).

O Fragmento discursivo 17 está presente tanto na Proposta 32 quanto foi repetido de forma literal na Proposta 33. O Fragmento discursivo 16 foi repetido na Proposta 33 com a supressão da referência à produtividade, isso se deu com a retirada da expressão ‘de produtividade e’.

A estratégia de repetir elementos discursivos, como expressões ou até parágrafos inteiros, pode ser observada por diversas perspectivas. Um motivo para utilizar essa estratégia seria enfatizar e reiterar uma ideia que está sendo apresentada, cujo teor o enunciador tem interesse que o enunciatário retenha na memória. Outro motivo da repetição acontece com maior frequência em textos cujo enunciatário não está familiarizado com o assunto abordado no texto, ou seja, não possui recursos linguísticos para expor suas ideias.

Há ainda duas hipóteses para explicar a repetição: a primeira delas é que o texto não foi revisado por um editor antes da sua publicação, isso possibilitaria encontrar tais expressões idênticas e eliminá-las ou buscar outras formas de escrita; a segunda hipótese recai na repetição proposital pelo motivo de formatação textual, ou seja, obrigação de alcançar um

número mínimo de palavras para que o texto possa ser publicado.

Analisamos a agenda como um todo e chegamos à conclusão de que o possível motivo para as repetições seria fazer com que o enunciatório guarde na memória os argumentos apresentados nos trechos reiterados, já que uma das ideias reforçadas é a do aumento da competitividade, tema central presente ao longo da Agenda. Porém, vê-se novamente a materialização da ideologia no texto.

Além disso, por se tratar de um texto oriundo de compilação de outros textos da própria CNI e tendo sido feito com a participação de várias federações estaduais, como já apresentado no Fragmento discursivo 01, é possível também que esses trechos tenham vindo cada um de um documento distinto, mas fruto dos mesmos anseios.

No Fragmento discursivo 17 vemos a apresentação da necessidade de mudança nas legislações voltadas à inovação sendo uma justificativa para as Propostas 32 e 33.

Ao admitir que a ‘O Brasil tem diversos instrumentos de incentivo à inovação’ o enunciador constrói no enunciatório uma abertura para o próximo período que segue à conjunção adversativa ‘mas’, que trás a ideia de contraste entre o que está expresso nas orações.

É exatamente essa ideia de que falta alguma coisa que fundamenta as propostas 32 e 33. Mesmo existindo uma vasta legislação a respeito de inovação, ‘o marco regulatório atual ainda não foi capaz de construir um ambiente verdadeiramente favorável ao investimento em inovação’, logo as ações demandadas se cumpridas resolverão o problema.

Proposta 32 – Regulamentar o Código Nacional de CT&I

Ao fazermos a análise da Proposta 32 a respeito da Regulamentação do Código Nacional de CT&I percebemos que para falar da necessidade de um estatuto que regule a Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, o Enunciador precisou relacionar a inovação, que é a pauta da lei, com dois dos lemas da Agenda: a competitividade e a produtividade, como

aparece no Fragmento discursivo 16.

[Fragmento discursivo 16] - A inovação é essencial para o aumento de produtividade e da competitividade das empresas. (CNI, 2016a, p.41).

Ainda atentas ao Fragmento discursivo 16, verificamos que a inovação não somente é colocada como parte dos esforços para que as empresas se tornem mais produtivas e competitivas, mas como o fundamento sobre o qual todos os outros esforços devem se basear. No Fragmento a palavra ‘essencial’ funciona como adjetivo e caracteriza a palavra ‘inovação’, o que traz para ela esse caráter basilar, por nós já referido.

O enunciador poderia ter utilizado várias definições para explicar o que é a inovação e sua importância, como a contida no Manual de Oslo, uma das obras da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) que “apresenta parâmetros para a coleta de dados sobre inovação e diretrizes para aferir e comparar as atividades tecnológicas em indústrias de diferentes países”, (FAPESP, 2007) ou mesmo a usada na Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, mas optou por apresentar ao enunciatório a função da inovação, ou seja, suas “1001 utilidades”.

Essa estratégia funcionalista é reiterada mais uma vez pelo enunciador no Fragmento discursivo 18.

[Fragmento discursivo 18] - O Brasil precisa fazer o ajuste fiscal, mas não pode abrir mão do estímulo à inovação. Ela é a solução para o aumento da competitividade e o crescimento econômico mais rápido pós-ajuste. (CNI, 2016a, p.19).

O enunciador deixa claro que o estímulo à inovação deve ser feito mesmo em um ambiente de crise, que demanda o ajuste fiscal, como já dito na introdução da agenda. No Fragmento, o pronome pessoal do caso reto “Ela”, é um exemplo de anáfora, pois retoma o substantivo ‘inovação’ e com isso, apresenta mais uma função para o mesmo: solucionar os problemas que a agenda se propõe a resolver, dentre eles, ‘o aumento da competitividade e o

crescimento econômico mais rápido pós-ajuste’.

Com isso verifica-se novamente que o objetivo da Agenda é impulsionar o ajuste fiscal. A competitividade e a produtividade são metas menores que ganharão destaque assim que o ajuste for implementado. É possível perceber também que há uma relação direta entre a crise econômica, representada pelas suas causas ou soluções, no caso o ajuste fiscal e a inovação. Essa relação não se evidencia entre crise e Segurança do Trabalho.

Proposta 33 – Aprimorar a lei do bem

Analisando o Fragmento discursivo 19 oriundo da Proposta 33 vemos que ele se assemelha ao Fragmento discursivo 20 que vem da Proposta 32. A semelhança é tamanha que é possível considerar o Fragmento 19 uma paráfrase do outro.

[Fragmento discursivo 19] - Os efeitos positivos da inovação sobre as empresas e a população faz com que os governos estimulem a inovação por meio de financiamento subsidiado, isenções fiscais e subvenções. (CNI, 2016a, p.42).

[Fragmento discursivo 20] - No mundo inteiro, parte significativa dos recursos para inovação provêm dos governos em razão das externalidades positivas que ela produz. (CNI, 2016a, p.41).

Além do reforço do argumento a favor das propostas os Fragmentos discursivos acima têm novamente o Estado como o precursor das mudanças requisitadas pela Agenda.

Proposta 34 – Assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas

A proposta 34 apresenta a ação que requer que os recursos sejam disponibilizados às empresas. A Proposta em si se configura em uma queixa já que deixa claro que como as coisas se apresentam as empresas não tem acesso ao dinheiro. Mas analisando o Fragmento discursivo 21, pertencente a essa Proposta, percebemos que não se trata de ausência de recursos e sim uma demanda por mais do que já é destinado às empresas.

[Fragmento discursivo 21] - Há necessidade de repensar a estrutura de financiamento à inovação vigente, para que se destinem montantes mais expressivos e sustentáveis às empresas, que são o foco da inovação. (CNI, 2016a, p.43).

O Fragmento discursivo 21 aponta a necessidade explícita em relação à estrutura de financiamento à inovação que hoje é realizada majoritariamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela empresa pública Financiador de Estudos e Projetos (FINEP). As principais reivindicações são a destinação de montantes mais expressivos e sustentáveis às empresas.

O uso da expressão ‘montantes mais expressivos’ remete ao discurso financeiro, já que essa parte da Agenda trata do tema, embora com foco na Inovação. Um possível sinônimo de ‘montantes mais expressivos’ é a expressão *quantia relevante* ou *significante*. A preferência por uma expressão e não um possível sinônimo pode ter sido dada para causar a impressão de confiabilidade do discurso. Porém, nenhum dado quantitativo foi apresentado para efeito de comparação, já que a demanda é por mais do que as empresas já recebem.

A reivindicação da Proposta se refere também a ‘montantes mais sustentáveis’. Ao qualificar a *quantia* requerida como sustentável o objetivo é demonstrar que além da quantidade de recursos financeiros destinados às empresas ser maior ele deve ser capaz de se autorrenovar, ou seja, a fonte não pode esgotar.

Além disso, nessa proposta de ação é expresso o entendimento hegemônico de que as empresas são o foco da inovação. Sendo que esse entendimento é utilizado como argumento para requisição de um financiamento maior.

De fato as empresas são em parte responsáveis pelas inovações, já que segundo o Manual de Oslo (2005) só é considerado inovação aquilo que é implementado. Entretanto, esse argumento falha ao ignorar tanto o papel das atividades de inovação, que em grande parte são realizadas em ICT e também a interação entre Universidade-empresa.

Vemos que praticamente todas as Propostas do setor Inovação da Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 versam sobre fontes de financiamento. A importância de pessoal qualificado, mestres e doutores e também de engenheiros é ignorada, como se somente o fato de haver financiamento transformasse ideias em inovação. Ou se todas essas coisas estivessem resolvidas e tudo o que faltasse fosse dinheiro. As micro e pequenas empresas também não foram mencionadas como beneficiárias diretas dos mecanismos de financiamento almejado.

Conclusão

Após esse percurso de análise crítica do Discurso da CNI presente na Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 percebemos que ela não é um trabalho novo e sim uma republicação de outros documentos que já foram publicados pela CNI em outros momentos. Usando uma metáfora da inovação, entendemos que a Agenda é uma Inovação Incremental, uma melhoria realizada em algo já existente, no caso um documento institucional, transformado em uma agenda de compromissos pela confederação em um momento de oportunidade.

A CNI por ser a representante das indústrias (posição que ocupa de forma hegemônica), não poupou esforços para que a oportunidade de transição governamental fosse aproveitada apresentando ao novo presidente algo que também era novo para ele, a Agenda. Tal documento tanto era da CNI quanto poderia se tornar a Agenda do País, algo inclusive sugerido estrategicamente no próprio título (Ver Artigo III, nesse volume).

A oportunidade da mudança política não seria influente caso o discurso de crise não fosse tão enfatizado. Tal discurso não se configurou apenas como um momento onde a Agenda poderia ser mais bem recebida, tal qual uma agenda de compromissos no começo do ano civil, mas também como algo que é responsabilidade do Governo resolver. Além disso, vimos que a crise como a justificativa maior para todas as ações apresentadas na Agenda.

Mesmo aquelas que não foram causadas pela crise, ou não exercem efeito algum sobre o restabelecimento da economia. Com isso vemos que o Discurso de Crise dentro da Agenda trata-se de oportunismo da empreendedora política.

A Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 é permeada por verbos que expressam ordem, algo comum em documentos dessa natureza constituídos de ações imperativas. Tais ações são enunciadas de forma a não abrir espaço para alternativas ao que é indicado no documento. Dessa forma impositiva, as ações são encadeadas conforme os setores mais importantes para o momento de curto prazo, especificamente 2016-2018, já que, após esse período, nova transição política acontecerá e outras estratégias serão necessárias.

Esse encadeamento das Propostas é realizado sem demonstração explícita de autoria, para que qualquer um que leia o documento possa sentir-se no papel do realizador das ações, no caso específico o Presidente da República e também membros das Casas Legislativas, quanto daqueles que aprovam tais feitos, as empresas, a mídia e talvez a sociedade.

Não ocorre de maneira diferente com os Discursos de Inovação e Segurança do Trabalho dentro do contexto da Agenda. As Propostas relativas à Inovação versam quase que exclusivamente a respeito de financiamento governamental para a Inovação, porém em nenhuma reivindicação é mencionado o necessário investimento em Inovações que redunde em melhorias na Saúde e Segurança do Trabalho para os trabalhadores, algo que não é totalmente admirável visto que a Segurança do Trabalho no Brasil ainda é feita através de cumprimento de legislação, ou seja, das obrigações de fazer e não fazer geradas pela lei.

Essa se configura em uma das muitas incongruências presentes na Agenda. Outro fato se deve ao uso da Segurança Jurídica como um lema para as mudanças legislativas, sendo que algumas propostas inclusive relativas à Segurança do Trabalho, se implementadas, tem potencial para gerar mais insegurança, no caso de forma dupla, na legislação e na prática dos trabalhadores.

Concluimos que os três elementos da tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho, embora pertencentes ao mesmo documento, que a princípio tem o mesmo objetivo de promover a saída do Brasil da Crise, não possuem afinidade ou relação direta entre si.

O Discurso de Crise não se relaciona diretamente aos outros dois. Ao passo que o argumento de justificativa do Discurso de Inovação contraria o que é utilizado no Discurso de Segurança do Trabalho. Enquanto o Discurso de Inovação é de pró-investimento o de Segurança do Trabalho é de corte de custos.

Essa incongruência entre os discursos não leva em conta o porte das empresas que a princípio se beneficiariam das conquistas da Agenda. As micro e pequenas empresas mesmo sendo aquelas que têm menos condição de promover investimentos financeiros em compra de maquinários para promover a Segurança do Trabalho são as mesmas que mesmo investindo em Inovação obtém pouco proveito. Com isso vemos que os discursos estão envolvidos ideologicamente para a manutenção das hegemonias presentes nas instituições, tendo a CNI como porta voz das empresas.

Esse trabalho foi realizado em plena realização política das ações propostas pela CNI. Logo há uma necessidade de pesquisas que aprofundem a busca por relações entre as ações propostas e aquelas efetivamente realizadas com os ganhos associados apresentados na Agenda. Uma análise que se faz necessária é a de outras Propostas dos setores não contemplados por esse artigo para identificar se os pontos elencados nesse trabalho se aplicam também ao restante do discurso. A identificação dos temas omitidos na Agenda, como a Educação, por exemplo, e a Análise Crítica do Discurso a respeito deles, se são prioritários ou não e como se relacionam com a conjuntura econômica é um avanço dessa pesquisa.

Por fim, sugerimos também a realização da Análise Crítica do Discurso de outros atores políticos como agenda para futuras pesquisas. A CNI é a representante nacional dos anseios das indústrias, porém a nível estadual e municipal também existem instâncias de

poder e representatividade setorial. A pesquisa com essas fontes poderia ser uma oportunidade de comparação entre os discursos para saber se eles se comportam de forma semelhante, ou seja, se todos os atores se mostram “afinados”.

Referências

- Ajuste (2017). Em: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. [online] Melhoramentos. Recuperado em, 04 agosto, 2017 de, <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ajuste/>.
- Ajustamento (2017). Em: *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. [online] Melhoramentos. Recuperado em, 04 agosto, 2017 de, <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ajustamento/>.
- Baptista, T. W. F. & Rezende, M. (2015). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. Em: T. W. F. Baptista, & R. A., Mattos (Orgs.). *Caminhos para análise das políticas de saúde* (1ª ed., pp. 221-272) (Série INTERLOCUÇÕES. Práticas, experiências e pesquisas em saúde). Porto Alegre: Rede UNIDA.
- Barros, A. M. (2008). *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr.
- Brent, G. R. (2009). Análise Crítica do Discurso. Em: C. H. P., Lima; S. M. O., Pimenta; A. M. T., Azevedo (Orgs.). *Incursoes semióticas: teoria e prática de gramática sistêmico-funcional, multimodalidade, semiótica social e análise crítica do discurso*. (1ª ed., pp. 118-136). Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- Caldas-Coulthard, C. R. (2008). Da análise do discurso à análise crítica do discurso: introduzindo conceitos. Em C. R. Caldas-Coulthard & L. Scliar-Cabral (Orgs.). *Desvendando discursos: conceitos básicos*. (pp. 19-44). Florianópolis: Editora da UFSC.
- CNI (2016a). *Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018*. Brasília: CNI. Recuperado em 20 fevereiro, 2017 de, http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/04/29/10989/AgendaparaoBrasilsairdaCrise2016-2018final-28abril.pdf
- CNI (2016b). *Estatuto da CNI*. Brasília: CNI. Recuperado em 13 junho, 2017 de, https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/uploads/arquivos/Estatuto_CNI_251017.pdf
- CNI (2016c). *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022: caderno de indicadores*. Brasília: CNI. Recuperado em 19 maio, 2017 de, https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/02/51/02517dd1-7cab-4318-bfd8-8867085025fb/caderno_indicadores_2016.pdf
- CNI (2016d). *Relatório Competitividade Brasil 2016: comparação com países selecionados*. Brasília: CNI. Recuperado em 15 junho, 2017 de https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/70/23/70233c45-50ea-4897-9346-55ba24cb78d8/competitividadebrasil_2016.pdf
- CNI (2013). *Mapa estratégico da indústria 2013-2022*. Brasília: CNI. Recuperado em 16 junho, 2017 de, <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/09/mapa-estrategico-da-industria-2013-2022/#mapa-estrategico-da-industria-2013-2022>
- CNI (s.d.a). *Conheça a CNI: atuação da CNI*. Brasília: Autor. Recuperado em 17 julho, 2017

de,
<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C10944719.htm>

CNI (s.d.b). *Conheça a CNI: origem da CNI*. Brasília: Autor. Recuperado em 05 maio, 2017 de,
<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C10AF4721.htm>

CNI (s.d.c). *Conheça a CNI: o sistema indústria*. Brasília: Autor. Recuperado em 05 maio, 2017 de,
<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C10BD4725.htm>

CNI (s.d.d). *Institucional: conheça a CNI*. Brasília: Autor. Recuperado em 30 maio, 2017 de,
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/conheca-cni/>.

CNI (s.d.e). *Institucional: História*. Brasília: Autor. Recuperado em 17 julho, 2017 de,
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/historia/>

CNI (s.d.f). *Institucional: missão e visão*. Brasília: Autor. Recuperado em 17 julho, 2017 de,
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/missao-e-visao/>

CNI (s.d.g). *Institucional: sistema indústria*. Brasília: Autor. Recuperado em 05 maio, 2017 de,
<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/>

CNI (s.d.h). *Publicações: Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018*. Brasília: Autor. Recuperado em 17 julho, 2017 de,
<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018-evolucao-apos-um-ano>

Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (2010). Critical discourse analysis in organizational studies: towards an integrationist methodology. *Journal of Management Studies*, 47, 1213–1218. doi:10.1111/j.1467-6486.2009.00883.x

Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

Decreto n.º 1.256, de 29 de setembro de 1994. Promulga a Convenção n.º 154, da Organização Internacional do Trabalho, sobre o Incentivo à Negociação Coletiva, concluída em Genebra, em 19 de junho de 1981. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1256.htm

Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm

Fairclough, N. (2001a). Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. Em: C. M., Magalhães (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. (pp. 31-82). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG

Fairclough, N. (2001b). *Discurso e Mudança Social*. (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>
- FAPESP (2007). Nova Versão do Manual de Oslo. *Pesquisa Fapesp*, 131. Recuperado de http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2007/01/estrat%C3%A9gias_13118.pdf
- Frediani, Y. (2011). *Direito do Trabalho*. Barueri: Manole.
- Heberle, V. M. (2008). Análise crítica do discurso e estudos de gênero (gender): subsídios para a leitura e interpretação de textos. Em: M. B. M., Fortkamp & L. M. B., Tomitch. (Orgs.). *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn*. (2ª ed., pp. 289-316). Florianópolis: Insular.
- Iasbeck, L. C. A. (2002). *A arte dos slogans: as técnicas de construção das frases de efeito do texto publicitário*. São Paulo: Annablume.
- IBGE (2017). *PNAD 2015: Dívida com empregador impedia 1,5 milhão de trabalhadores de sair do emprego*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=3418&t=pnad-2015-divida-empregador-impedia-1-5-milhao-trabalhadores-sair-emprego&view=noticia>.
- Iñiguez, L. (2004). Análise do Discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. Em: L., Iñiguez (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 105-160). (V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm
- Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016*. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm
- Kingdon, J. (2006a). Como chega a hora de uma ideia? Em: E., Saravia & E., Ferrarezi (Orgs.). *Políticas Públicas: coletânea* (v. 1., pp. 219-224). Brasília: ENAP.
- Kingdon, J. (2006b). Juntando as coisas? Em: E., Saravia & E., Ferrarezi (Orgs.). *Políticas Públicas: coletânea* (v. 1., pp. 225-246). Brasília: ENAP.
- Magalhães, C. M. (2001). Análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. Em: C. M., Magalhães (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. (pp. 15-30). Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.

- Magalhães, I. (2004). Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, p. 113-132. Recuperado de http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293
- Melo, I. F. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Letra Magna*, 5(11), 1-18. Recuperado de <http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>
- Meurer, J. L. (2005). Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. Em: J. L., Meurer; A. Bonini; D. Motta-Roth (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. (2ª ed., pp. 81- 107). São Paulo: Parábola Editorial.
- OECD (2005). *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dado sobre inovação*. (3ª ed.) (F. Gouveia, Trad.) Rio de Janeiro: FINEP. Recuperado em 21 outubro, 2017 de <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>
- OIT (1981). Convenção n. 154- Fomento à negociação coletiva. Recuperado de <http://www.oitbrasil.org.br/node/503>
- Pereira, A. P. B. & Souza, L. M. (2014). Acerca da Dicotomia Atividade-Fim e Atividade-Meio e suas Implicações na Licidade da Terceirização Trabalhista. *Revista de Informação Legislativa*, 201, p. 175-192. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502957/001002789.pdf>
- Portaria N.º 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Recuperado de <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/MTE/1978/3214.htm>
- Resende, V. M & Ramalho, V. (2006). *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (6ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- Silva, F. C. O. (2009). O uso de metáforas e a construção de identidades étnicas. Em: J. A. Vieira. (Ed.). *Olhares em análise de discurso crítica*. (pp. 39-58). Brasília: CEPADIC.
- Silveira, R. C. P. (2009). Apresentação. Em: J. A. Vieira. (Ed.). *Olhares em análise de discurso crítica*. (pp. 7-14). Brasília: CEPADIC.
- Súmula nº 331 do TST* (2011). CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. Recuperado de http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331
- van Dijk, T. A., (2009). *Discurso y poder: contribuciones a los estudios críticos del discurso*. (1ª ed.). (A. Bixio, Trad.). Barcelona: Editorial Gedisa.

van Dijk, T. A., Medeiros, B., & Andrade, M. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, 26(2), 351-381. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>

Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, p. 223-243. Recuperado de http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297

2.2 Artigo II

Discursos de Crise econômica, de Segurança do Trabalho e de Inovação em indústrias calçadista de Nova Serrana

Discourses of Economic Crisis, Workplace Safety and Innovation in the footwear industry of Nova Serrana

Paloma do Rosário Vidal e Silva
Ariane Agnes Corradi

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo identificar e analisar a tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho em empresas pertencentes ao Arranjo Produtivo Local (APL) calçadista de Nova Serrana com o intento de entender os efeitos do discurso de Crise sobre os discursos de Inovação e Segurança do Trabalho em um contexto local. Nesse estudo de caso foram entrevistadas três empresas pertencentes ao APL calçadista. As entrevistas semiestruturadas versaram sobre a tríade discursiva Crise, Inovação e Segurança do Trabalho. Para análise dessas entrevistas foi utilizado o Método da Análise de Conteúdo Temática complementada pelo Método de Interpretação de Sentidos. Com isso identificou-se que as empresas percebem a crise como fonte de oportunidade e também como risco para as pequenas empresas. Que a Inovação pode ser uma ferramenta de enfrentamento da Crise e que em meio à crise o investimento em Segurança do Trabalho fica comprometido. Sugerimos como agenda de pesquisa a realização de entrevistas com uma amostra maior de empresas que permita generalização das conclusões e utilização de técnicas quantitativas de análise de dados.

Palavras-chave: Crise; Inovação; Segurança do Trabalho; APL, Nova Serrana

Abstract

This work had the objective of identifying and analyzing the discursive triad-Crisis-Innovation-Workplace Safety in companies belonging to the Local Productive Arrangement (APL) in Nova Serrana with the aim of understanding the effects of the discourse of Crisis on the discourses of Innovation and Workplace Safety in a context local. In this case study, three companies belonging to the shoe industry were interviewed. The semi-structured interviews focused on the discursive triad Crisis, Innovation and Workplace Safety. For the analysis of these interviews, the Thematic Content Analysis Method was used, complemented by the Meaning Interpretation Method. This has identified that companies perceive the crisis as a source of opportunity and also as a risk to small businesses. That Innovation can be a tool to cope with the Crisis and that in the midst of the crisis the investment in Workplace Safety is compromised. We suggest as a research agenda the conduction of interviews with a larger sample of companies that allows generalization of the conclusions and use of quantitative techniques of data analysis.

Keywords: Crisis; Innovation; Workplace safety; APL, Nova Serrana

Discursos de Crise econômica, de Segurança do Trabalho e de Inovação no APL calçadista de Nova Serrana

O atual cenário de crise econômica mundial e conseqüentemente brasileira é um ambiente propulsor de mudanças, em todas as áreas. Isso ocorre especialmente com as empresas, com ênfase nas de micro e pequeno porte. Em 2012, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representavam 95% do total de estabelecimentos no Brasil (Santos, Krein & Calixtre, 2012). O Estado de Minas Gerais é o segundo na média nacional em termos de número de empresas (11%), de pessoal ocupado (11,2%) e também em relação à remuneração paga ao pessoal (9,3%) (SEBRAE, 2015).

Mesmo representando o segmento empresarial com maior propensão a sofrer com esse período de incerteza (Confederação Nacional da Indústria - CNI, 2006), as MPEs apresentaram saldo positivo de geração de empregos formais, em comparação com as Médias e Grandes. Em maio de 2017, elas superaram em mais de 15 vezes a quantidade de empregos formais abertos pelas Médias e Grandes, um saldo de 31.257 novas vagas, equivalente a 91% de todos os postos de trabalho abertos no País. (SEBRAE, 2017a).

De acordo com dados do estudo o Empreendedorismo e o Mercado de Trabalho do SEBRAE (2017b) “As MPE são as que mais contratam quando a economia cresce, demoram mais tempo a demitir na desaceleração da economia e são as que menos demitem na retração da economia (‘colchão social’)” (p. 10), ou seja, essas empresas são apontadas como capazes de absorver os impactos negativos advindos da conjuntura econômica desfavorável.

A análise desse fenômeno revela a importância de estudos que tenham como campo as MPEs, para que seja possível entender como elas se estruturam e o que de fato acontece dentro das suas paredes que as fazem resistir aos dias maus representados pela Crise.

Segundo dados do Sebrae (2014), os empresários de Micro e Pequenas Empresas, para viabilizar as inovações realizadas, precisaram fazer investimentos. Tanto no Brasil quanto em

Minas Gerais, eles investiram um montante maior em aquisição de máquinas e equipamentos, seguida por treinamento de pessoal.

A pesquisa do Sebrae (2014) sobre Inovação nos Pequenos Negócios também apontou que houve o reconhecimento por parte dos empresários da melhoria na Qualidade de Vida no Trabalho pela adoção de Inovações. Entretanto o relatório especial da pesquisa sobre os Indicadores de Competitividade na Indústria Brasileira (CNI, 2006) focalizado nas Micro e Pequenas Empresas já mostrava que, mesmo com o crescimento de bons índices que demonstram aumento da inovação, frequência de treinamento de colaboradores, investimento em máquinas e equipamentos, design, pesquisa e desenvolvimento, além do aumento na qualidade dos produtos e da produtividade, os acidentes de trabalho também cresceram.

O Anuário Brasileiro de Proteção (2017) apresentou dados mostrando que em 2013 os estabelecimentos mineiros ocupavam a 2º posição no ranqueamento nacional tanto em termo de pessoal ocupado, quanto do número de acidentes de trabalho e óbitos. Esse estudo mostrou que em termos líquidos os acidentes diminuíram no Brasil nos últimos dois anos, porém não é algo a ser comemorado, pois as estatísticas oficiais apenas contabilizam os dados relativos a empregados com carteira assinada, o que em tempos de crise e empregos informais pode ajudar a dar uma falsa sensação de melhora do panorama de acidentes.

Em relação ao Panorama da Segurança do Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas, o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade de Campinas - UNICAMP aponta que

Como estratégia de sobrevivência, uma grande parcela do setor funciona baseada no descumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, impondo, conseqüentemente, condições precárias de trabalho a uma parcela expressiva da sociedade. Na década de 90, essa situação se acentuou com a intensificação do processo de reestruturação produtiva e a introdução de políticas de flexibilização de

direitos, acompanhadas pelo aumento da informalidade no trabalho e pelo processo de terceirização e de subcontratação, que degradaram ainda mais as condições de trabalho nas MPE. Essas empresas foram obrigadas a suportar o ônus do processo de transferência dos riscos laborais impostos pelas empresas de maior porte, além de expor a saúde e a integridade física de seus trabalhadores, em muitos casos, a condições de trabalho mais degradantes. (UNICAMP, 2004, p. 2-3)

Um setor produtivo em que as Micro e Pequenas Empresas apresentam relevância é o setor Calçadista. (ABICALÇADOS, 2016). Isso se deve ao fato desse setor requerer baixa sofisticação tecnológica, gerando o surgimento de MPEs especializadas e aglomeradas espacialmente. (FIEMG, 2011). Segundo relatório da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, em 2014, (ABICALÇADOS, 2016) o Brasil ocupava a terceira posição dos países produtores de calçados com um montante de 998 milhões de pares, atrás apenas da China e Índia. Em 2015 houve uma ligeira queda da quantidade de pares, passando a 924 milhões. A estimativa era de que a produção brasileira entre 2015 e 2016 tenha subido ao patamar de 954 milhões, o que colocou o setor calçadista em melhores condições se comparado ao panorama da economia nacional à época. (ABICALÇADOS, 2017).

Em Minas Gerais há um predomínio de MPEs nesse setor. (ABICALÇADOS, 2016). Nesse Estado, existem três APLs do Setor Calçadista, são eles: o APL Calçados de Segurança de Guaxupé, abrangendo o município de Guaxupé, o APL Calçados e Bolsas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, composto pelas cidades de Belo Horizonte e Contagem, também chamado de APL de Calçados e Bolsas de Belo Horizonte, e o APL Calçados do Centro-Oeste de Minas, mais conhecido como APL de Calçados de Nova Serrana. (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais [GTP APL], 2015).

Esses dados são oriundos de listagem oficial contendo todos os Arranjos reconhecidos no País. Os responsáveis pela elaboração da lista é o Grupo de Trabalho Permanente para

Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. O GTP APL foi instituído pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004 e atualmente conta com 33 instituições públicas e privadas com o objetivo de apoiar os APLs e auxiliar na conexão de ações governamentais.

Existem muitos conceitos para caracterizar o que seriam Arranjos Produtivos Locais. A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhando esse tema há aproximadamente 20 anos, entende que o surgimento de Arranjos Produtivos Locais se deve a fatores históricos e compartilhamento de aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos (Cassiolo & Lastres, 2003). Um Arranjo Produtivo Local, para esses pesquisadores,

Refere-se àquelas aglomerações produtivas cujas interações entre os agentes locais não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-los como sistemas.

Fundamentais para tais interações são as relações técnicas entre os diferentes agentes visando o aprendizado. Estas são essenciais para garantir a competitividade dos agentes individual e coletivamente e apresentam forte especificidade local. Os arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo agentes localizados no mesmo território; por sua vez, as interações se referem não apenas a empresas (produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços, comercializadoras, etc.) e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também a diversas outras instituições públicas e privadas (voltadas à: formação e treinamento de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; consultoria; promoção e financiamento, etc.) (Cassiolo & Szapiro, 2002, p. 12).

Ações dos Governos Federal, dos Estados e Municípios, como no caso de Minas Gerais, que criou a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, Lei Nº 16.296 de 01 de agosto de 2006 foram propostas para organizar um ecossistema de auxílio a esses pólos, com vistas à inovação, cooperação e colaboração horizontal dos diversos atores e deles

com instituições públicas e privadas. Há também ações do Legislativo Mineiro propositor da Lei 22451, de 22/12/2016 que instituiu o Pólo de Calçados na Microrregião de Divinópolis, com sede em Nova Serrana. Essas leis intentam levar para o âmbito jurídico as proposições existentes na prática.

Neste projeto, o foco está no APL de Nova Serrana. Diferentemente dos outros APLs calçadistas mineiros, esse APL é constituído por dez municípios (Araújos, Bom Despacho, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Leandro Ferreira, Pará de Minas, Perdigoão, Pitangui e São Gonçalo do Pará) além da cidade pólo, Nova Serrana (GTP APL, 2015). Em relação a quantidade de pares de calçados produzidos, é o maior do estado e o 3º mais importante pólo calçadista do Brasil.

Segundo Azevedo, Pardini e Simão (2015) no APL de Nova Serrana existiam em 2013, 3.187 empresas aplicadas à fabricação de calçados, dessas 2.552 estavam no município de Nova Serrana. Nova Serrana é um município do Centro Oeste mineiro com 84.550 habitantes e 76% da população economicamente ativa. Estão ocupados em Micro e Pequenas Empresas 21.199 pessoas e 43% das empresas são do setor industrial. A cidade ocupa a 64ª posição no ranking do Índice de Competitividade dos Municípios Mineiros. Esse índice se relaciona com o suporte em diversas áreas que a cidade é capaz de oferecer à manutenção das atividades empresariais. Porém, os pólos produtivos formados por MPEs, como o calçadista, são citados por Santos, Krein e Calixtre (2012) como exemplos de degradação das condições de trabalho.

Somente observando a cidade sede do APL percebemos o quanto esse arranjo é importante para o desenvolvimento da economia local e regional. Vemos também a clara necessidade de relacionar de maneira orgânica a Inovação e a Segurança do Trabalho em pesquisas nas empresas calçadistas pertencentes ao APL de Nova Serrana, com ênfase ao contexto de crise econômica vigente no Brasil desde o ano de 2014.

Com isso o objetivo desse artigo é identificar e analisar a tríade discursiva Crise-Inovação-Segurança do Trabalho em empresas pertencentes o APL calçadista de Nova Serrana com o intento de entender os efeitos do discurso de Crise sobre os discursos de Inovação e Segurança do Trabalho em um contexto local.

Inovação

“Inovação é uma palavra derivada da palavra latina —innovātus, —in, significando —movimento para dentro mais o adjetivo —novus, significando novo. “Assim, inovação é o movimento em busca do novo.” (Grizendi, 2011)

Tratando a respeito do que é considerado Inovação, o Manual de Oslo (2005), publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entendeu que inovação pode ser um produto (bem ou serviço), processo, marketing ou método de negócio interno ou externo ao ambiente da empresa. Essa inovação deve ser nova ou com significativo melhoramento para a empresa (OCDE, 2005).

Ainda pelas definições do Manual de Oslo, as atividades de inovação também podem ser contadas como inovação:

As atividades de inovação são etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, à implementação de inovações. Algumas atividades de inovação são em si inovadoras outras não são atividades novas, mas são necessárias para a implementação de inovações. As atividades de inovação também inserem a P&D que não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma inovação específica. (2005, p.56).

Reichert, Camboim e Zawislak (2015) entenderam que, ao conceber a inovação dessa maneira, é possível enxergar as empresas com outros olhos e abrir espaço para captar movimentos e resultados de inovação não percebidos por outras lentes. “Em vez de se pressupor que a inovação deveria advir de uma capacidade tecnológica identificada por

intermédio de uma estrutura de P&D ou pelo pessoal científico ali empregado, passa-se a considerar que a inovação pode emergir de qualquer uma de suas funções básicas.” (p. 166).

Desse modo, na indústria de calçados há oportunidades de realização de atividades inovadoras, como design de marca e de produtos, novos canais de comercialização, informatização, implantação de normas, dentre muitas outras. A participação no APL é uma oportunidade para que as empresas reduzam custos e aumentem a efetividade na realização de atividades inovadoras.

Segundo o Sebrae (s.d.), a inovação tem efeitos na competitividade das MPEs, diferenciação entre empresas e é o símbolo do século XXI. Em alguns casos, vejo que a inovação ou o uso do termo deixou de caracterizar a empresa para virar apenas um slogan e, nesse sentido, o efeito para a competitividade é quase nulo. Corrobora com essa afirmação o entendimento publicado no Manual de Oslo que o requisito mínimo para a caracterização da inovação é que ela tenha sido colocada em prática. Para produtos ou serviços inovadores a implantação ocorre quando eles vão para o mercado; para inovação de marketing e organizacionais, a implantação acontece quando são efetivamente realizados nas empresas. (OCDE, 2005).

A inovação tem a característica de requerer cooperação para ser realizada. Além disso, as organizações inseridas em redes são palco para aprendizagem coletiva, entre outros objetivos comuns. A interação e trocas que acontecem nas redes são de naturezas econômicas e também sociais, e permitem às empresas aumentar o nível de projetos que realizam ao longo do tempo (Nascimento & Silvestre, 2011). O ambiente do APL é lugar propício a essas trocas, pois mantém relação com as características de redes e através disso facilita os processos de aprendizagem para as organizações que dele participam.

Segurança do Trabalho

A Segurança do Trabalho é ciência que trata da gestão de riscos para a Segurança,

Saúde e Preservação da Vida Humana em condições de trabalho. Contudo, assim como a preocupação com a conduta ética dos cientistas em contexto de pesquisa só se materializou em forma de normas no século XX, após inúmeras barbaridades em nome do progresso, muitos trabalhadores precisaram morrer em contexto de trabalho até que diretrizes para oferecer condições de trabalho saudáveis fossem criadas.

Bernardino Ramazzini, um médico italiano, publicou em 1700 um livro contendo várias ocupações da época e suas respectivas doenças associadas. Ramazzini também relacionava as condições de trabalho ao aparecimento de futuras doenças. Com a Revolução Industrial e o uso de máquinas para a realização do trabalho houve o incremento das doenças e acidentes e também da preocupação dos efeitos desses na vida dos trabalhadores (Bitencourt & Quelhas, 1998; Oliveira, 2007).

No Brasil, a legislação relacionada à prescrição de medidas preventivas de acidentes e doenças está presente em leis trabalhistas, previdenciárias e outras, mas principalmente nas Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Tais dispositivos vieram para complementar o que dispõe o Capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas ao tratar da Segurança e Medicina do Trabalho (Oliveira, 2007).

A Organização Internacional do Trabalho (1996) afirmou que nos países em desenvolvimento ocorre um número superior de acidentes que culminam em morte por conta da ineficácia da área de Saúde e Segurança Trabalho em prevenir esses acidentes, além de Serviços de Medicina do Trabalho e Primeiros Socorros ruins, além da falta de atuação dos trabalhadores nas decisões a respeito de saúde e segurança.

O SEBRAE aponta que, em matéria de Segurança e Saúde do Trabalhador, as MPes apresentam dificuldades na aplicação da legislação, tais como falta de conhecimento da lei, da estrutura, do ambiente produtivo e seus problemas e também fatores de ordem econômica.

Essa dificuldade sofrida pelos empresários acaba expondo os trabalhadores a riscos (SEBRAE, s. d.).

O setor de calçados no Brasil tem a particularidade de uso do trabalho “vivo” que é o alto emprego de mão-de-obra humana e com baixo emprego de tecnologia (Serviço Social da Indústria -SESI, 2002). Nas MPEs, as máquinas mais utilizadas na produção são: blanqueadeira, rex, máquina balancim, esteira, injetoras, lixadeira, fresa, etc. (SEBRAE, s. d.).

Outro fator que contribui para acidentes é a terceirização, estratégia frequente na indústria calçadista do país. A produção é subcontratada pelas empresas maiores para as microempresas, e também há as “bancas”, uma forma de terceirização onde parte do processo de produção é realizado em casa, em ambiente inapropriado e expondo também a família do trabalhador aos riscos. (Serviço Social da Indústria -SESI, 2002)

Em uma pesquisa realizada na indústria de calçados, Inácio e Salim (2010) apontaram que nas MPEs os acidentes ocorrem nos membros superiores e que a causa encontrada em 73,9% dos registros foi equipamento, acessório ou ferramentas. E as máquinas que causaram mais acidentes nesse setor foram prensas, injetoras e balancins de corte e costura.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, em seu Programa de Competitividade Industrial Regional, tratando do setor de calçados e bolsas, que ela classifica como um dos setores dinamizadores das indústrias mineiras identificou pontos críticos e oportunidade de melhoria das indústrias em algumas áreas. As exigências regulatórias é um deles. Um dos pontos críticos das indústrias calçadistas relacionado à legislação é a NR N° 12 (FIEMG, 2006).

A Norma Regulamentadora do Trabalho N° 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, revisada em 2010, trouxe novas diretrizes para a segurança de máquinas e que implicam em modificações diversas no processo produtivo das empresas. O regulamento apresenta inclusive diretrizes sobre as máquinas presentes nas indústrias calçadistas.

O Manual de Oslo, relacionando os objetivos e efeitos da inovação em alguns fatores dentro das empresas, mostra que Inovações em Processos e Inovações Organizacionais têm impacto direto na melhoria das condições de trabalho, na redução de impactos ambientais ou melhoria da Saúde e da Segurança e na execução de exigências regulatórias (Manual de Oslo, 2005).

Stallivieri (s.d.) apresenta o esforço na atualização tecnológica, através da compra de máquinas e equipamentos, e também o esforço de treinamento como importantes para quantificar o esforço de inovação.

APL Nova Serrana

Um arranjo produtivo local se diferencia de outras modalidades de organização coletiva de empresas já que não tem a natureza contratual ou assume personalidade jurídica (Univaldo, Carneiro & Rabelo, 2014).

A atividade calçadista em Nova Serrana iniciou-se aproximadamente em 1950. Anterior a isso existia na cidade a atividade agropecuária, que também foi importante para o desenvolvimento das primeiras empresas produtoras de artigos em couro e botinas (Suzigan et al., 2005).

Após a consolidação como pólo calçadista, o foco da produção na cidade passou a ser tênis (Vidigal & Campos, 2011). A especialização do APL de Nova Serrana é tão evidente se comparado ao resto do Brasil que Lindol e Massuqueti (2014) sugerem a relevância de uma pesquisa nesse arranjo em tempos de crise para avaliar seu impacto.

De acordo com Santos e Romeiro (2012), a contribuição do APL de Nova Serrana para as empresas é a seguinte:

- (i) o treinamento coletivo para a capacitação do pessoal operacional e administrativo;
- (ii) a realização de diagnóstico do setor em relação à sua própria produtividade e em relação à sua concorrência, situação que se tornaria custosa e de difícil acesso para

uma empresa individualmente; (iii) a busca de recursos em órgãos de fomento organizando e apresentando projetos que contribuem com a capacidade organizativa e produtiva das indústrias integrantes do Arranjo Produtivo Local; (iv) a racionalização dos processos produtivos; (v) o desenvolvimento da área de P&D dando importância a variáveis antes irrelevantes nas empresas. (p.48)

Nota-se que ainda é difícil para o APL de Nova Serrana lidar com a gestão da inovação, acesso ao crédito e outros. Existe uma tendência à informalidade dentro do arranjo que ocasiona precarização do trabalho, trabalho domiciliar e terceirização das fases produtivas (Mello & Leonel, 2012).

Vemos que para um APL que se caracteriza pela precariedade das relações de trabalho, há relevância em identificar os discursos relacionados não somente à Segurança do Trabalho, como também a Inovação tendo como norte os discursos de Crise.

Método

Nesse artigo escolhemos trabalhar com três empresas pertencentes ao APL Calçadista de Nova Serrana. Dentre todas as cidades do pólo, Nova Serrana é a que possui mais empresas do setor, somente empresas dessa cidade foram convidadas a participar.

Além de realizar entrevistas com empresários de empresas calçadistas foram realizadas observações nas empresas relatadas em um diário de campo, além de fotografias da cidade a respeito de contextos relacionados ao setor calçadista.

Todos os procedimentos referentes à coleta de dados foram realizados pela primeira autora, com exceção de duas entrevistas que tiveram o auxílio de uma estudante de Iniciação Científica.

Inicialmente foram realizadas buscas na WEB através do buscador do Google. Essas buscas tiveram o objetivo de recolher informações de como contatar as empresas calçadistas para participar do estudo. Foi inserida no buscador a expressão “empresas calçadistas em

Nova Serrana – MG”. Também foi realizada a busca por formas de comunicação com as empresas através do site do Sindicato das Indústrias de Calçados de Nova Serrana (SINDINOVA). O sindicato mantenha em seu site apenas os dados pertencentes a empresas filiadas a ele.

Foi obtido o contato de uma empresa através da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica, já que essa empresa realizou no passado parceria de desenvolvimento tecnológico. Após contato por telefone com o representante da empresa ele aceitou participar do estudo.

Em uma das empresas todas essas etapas de contato foram realizadas por e-mail. Durante a realização da entrevista, esse empresário relatou que por já ter concluído a graduação sabe da importância dessa etapa de coleta de dados para a realização da pesquisa e, por isso, entendeu ser relevante a participação da sua empresa.

Podemos considerar que as empresas foram escolhidas pelo critério de conveniência (Gressler, 2004), já que dos contatos realizados com vistas à realização da pesquisa somente três se dispuseram a participar. Em parte, podemos entender essa recusa pela ausência imediata de vantagem aparente, para as empresas, dos resultados do estudo.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas (Laville & Dionne, 1999; Bauer & Gaskell, 2002) com empresários responsáveis por essas empresas. Como a pesquisa tem caráter exploratório, com estudo de três casos não há a possibilidade de generalização das conclusões.

Todas as entrevistas foram realizadas pela manhã no escritório das empresas. Elas tiveram duração média de 01h05 min. As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas com um gestor por empresa, com exceção de uma das entrevistas realizada com o casal de gestores. Antes da realização das entrevistas, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No Apêndice A disponibilizamos o roteiro que norteou (mas não restringiu) as

entrevistas. O roteiro foi elaborado para que todas as questões relevantes à consecução do objetivo de pesquisa fossem alcançadas, mas ao mesmo tempo os entrevistados tiveram liberdade de conversar sobre as questões relacionadas ao tema sem estar amarrados às perguntas base da entrevista. (Minayo, 2016), já que a entrevista é um “evento dialógico”. (Godoi & Mattos, 2006, p. 314).

Esse roteiro foi elaborado com base no Documento Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 publicado pela Confederação Nacional da Indústria analisado no Artigo I (nesse volume). A intenção de construir um roteiro de entrevistas com base nesse documento foi proporcionar possibilidade de futuramente realizar a comparação entre os dados.

Para a análise das entrevistas foi realizada a Análise de Conteúdo sistematizada por Laurence Bardin. Para Bardin (2016) a Análise de Conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (p. 48).

Com o uso da Análise de Conteúdo é possível ir além do que está na superfície do texto (no caso, a entrevista transcrita), deixando o que é aparente e indo até o profundo do que foi comunicado. (Minayo, 2016). A Análise de Conteúdo Temática (a mais utilizada de todas as formas de Análise de Conteúdo) (Bardin, 2016) foi complementada pelo Método de Interpretação de Sentidos (Minayo, 2016) que se baseia na interpretação hermenêutico-dialética dos dados.

As fases de análise utilizadas nesse artigo foram: 1ª Organização do material ou pré-análise, 2ª Exploração do material onde a categorização das entrevistas foi realizada, 3ª Inferência e 4ª Síntese interpretativa. (Bardin, 2016; Minayo, 2016).

Após a realização das entrevistas elas foram transcritas com auxílio de membros do grupo de pesquisa da qual a primeira autora faz parte, sendo que foram revisadas por ela. Algumas etapas da análise, como a preparação do material, foram realizadas com auxílio do Software para Análise Qualitativa Atlas.ti. Com as entrevistas transcritas o material foi preparado para categorização. Essa categorização foi realizada com base nas perguntas do roteiro de entrevistas, que geraram subcategorias. Os temas principais foram Crise, Inovação e Segurança do Trabalho.

No Apêndice B encontra-se a tabela de códigos utilizada nessa análise. Esses códigos foram utilizados para organização das entrevistas em torno dos temas, com isso conseguimos reconstruir os discursos relacionados aos construtos estudados.

Dentro desses temas foram feitas indagações ao material a respeito de quais ideias os participantes têm sobre cada tema e exemplificadas por trechos das entrevistas. Ao final foi realizada a síntese interpretativa com base nos sentidos identificados na etapa de inferência.

Resultados e Discussão

Para proceder às análises os resultados serão apresentados em função dos temas. Primeiro passaremos às análises do Tema Crise, após isso se segue os resultados relacionados a Inovação e Segurança do Trabalho. Antes dos resultados faremos a contextualização das empresas e do ambiente de entrevista.

Nova Serrana

A atividade calçadista é tão central para a cidade de Nova Serrana que os outros setores se beneficiam disso e de certa forma são influenciados pela vocação da cidade. Observando a cidade foi possível notar fatos curiosos. Uma das concessionárias de veículos automotivos da cidade oferece condições especiais para empresários calçadistas, como é possível notar na foto no Anexo A. Isso é mais um fator caracterizador das relações expressas entre a produção de calçados e a economia da cidade. Como Minas Gerais é caracterizado

pela economia baseada na mineração e na agricultura, ter uma cidade como a de Nova Serrana em que a indústria é o carro-chefe é um indicador da importância desse setor.

Outra coisa que pudemos notar, ao visitar a cidade é o “cheiro de sapato” que o município tem, especialmente nos bairros onde há maior concentração de empresas produtoras de calçados. Esse “cheiro de sapato” se refere ao odor que pode ser sentido ao simples caminhar pelas ruas da cidade. Esse cheiro vem de um adesivo líquido utilizado para juntar materiais de couro ou borracha, mais conhecido como cola de sapateiro. Embora seja um indício subjetivo, pois tanto os trabalhadores quanto pessoas naturais da cidade, provavelmente já se adaptaram ao cheiro, essa peculiaridade mostra a relação da cidade com a profissão que a caracteriza como também as condições do meio ambiente de trabalho presentes nessas empresas.

Caracterização das empresas entrevistadas

Aspectos gerais

Realizamos esse estudo com 3 empresas do setor. Todas as empresas são familiares, administradas por um ou mais membros de uma mesma família. Todas as entrevistas foram realizadas na sala dos empresários (separadas das outras). Na Empresa 1 e na Empresa 3 dessa sala é possível visualizar boa parte da produção. Ao passo que, na Empresa 2 isso não ocorre. A área de produção fica distante da área administrativa. Na Empresa 1 a proximidade com a área de produção é tanta que durante a entrevista foi possível sentir o “cheiro do calçado”. Na Empresa 3 o barulho das máquinas também chegava até a área administrativa.

Todas as entrevistas foram interrompidas em média 4 vezes para que os empresários recebessem ou realizassem chamadas telefônicas. Isso demonstra o papel central que o Empresário de Pequena Empresa tem na sua administração.

As três empresas possuem site institucional no qual a história da empresa é contada e também seus produtos expostos.

Empresa 1

A Empresa 1 tem 24 anos de existência. Possui 110 funcionários que produzem 12 mil pares de sapatos por dia. Ela começou produzindo calçados esportivos, como a maioria das empresas do Pólo, mas em 2014 resolveu migrar para a produção de calçados femininos.

Quando perguntado o motivo da mudança de tipo de produto realizada pela empresa o gestor (Entrevistado 1) relatou que descontinuou a produção de calçados esportivos devido à observação do mercado, como podemos ver no trecho da entrevista transcrita abaixo:

O mercado. O calçado esportivo ele começou a ter uma concorrência maior com os calçados importados. Principalmente, por causa de preço mais baixo. E, além disso, também, a moda de calçado esportivo, é ela caiu um pouco também. As pessoas, ... o consumo per capita de calçados esportivos, ela caiu um pouco. E nós então, direcionamos, começamos a desenvolver uma linha de calçados femininos. Essa linha foi crescendo, crescendo, até que nós resolvemos parar com os esportivos e direcionar toda a produção pro feminino. (Entrevistado 1, §13).

A empresa é administrada por dois irmãos. Um dos responsáveis pela empresa que nos deu a entrevista faz parte da diretoria do SINDINOVA. Embora no momento de realização da entrevista eu já soubesse de antemão que o gestor não somente tem sua empresa associada ao sindicato como faz parte da diretoria devido à preparação para a entrevista, esse fato foi omitido por ele. Porém, em outra empresa participante do estudo, o gestor (Entrevistado 2) que também é diretor do sindicato relatou o fato espontaneamente.

Isso sugere a intenção do Entrevistado 1 de separar suas atividades como empresário das responsabilidades frente ao sindicato. Porém, na prática isso é no mínimo utópico. As informações que foram prestadas pelo entrevistado a respeito da conjuntura econômica do setor calçadista possivelmente são fruto de conhecimento obtido através da participação do mesmo nas atividades de representante sindical.

Empresa 2

A Empresa 2 possui 35 anos de atividade produzindo Calçados Femininos de Couro. No total, a Empresa 2 possui 110 funcionários, dos quais alguns estão a 30 anos contratados e é administrada pela família do Entrevistado 2. Os departamentos dessa empresa são bem segmentadas, não sendo responsabilidade única do gestor Entrevistado 2, que também faz parte da diretoria do SINDINOVA. No início das suas atividades a empresa chegou a produzir calçados masculinos. Tal como a Empresa 1, a Empresa 2 migrou sua produção para calçados femininos por estratégia, mas nesse caso a modificação ocorreu a mais tempo, 25 anos. Além de trabalhar a marca própria há a produção para outras empresas no modelo chamado Private Label¹. Sobre o futuro da produção de calçados das suas empresas associadas ao fortalecimento da marca o Entrevistado 2 fala da necessidade de consolidar um nome forte no mercado.

E, e a gente não, não abriu mão de trabalhar a marca. Porque, eu, eu tenho pra mim que em 5 a 10 anos vai, vão existir 3 tipos de empresas de calçados: as, as que vão trabalhar praticamente com produtos de giro mesmo, de combate e que vão brigar por preço; as empresas que tem marca consolidada que vão ser, que seja uma mini grife neh, um, uma marca consolidada no mercado; ou, ou as empresas que vão trabalhar terceirizando para essas marcas que tem neh, um nome de, no mercado já. É isso ai, a minha visão é essa e eu não quero, eu não quero ter esse... é... ter esse outro tipo de empresa, empresa de combate e que empresa terceirizada. Porque a gente da muito valor na marca que a gente construiu. (Entrevistado 2, §11)

Empresa 3

¹“O **Private Label**, expressão em inglês que significa etiqueta privada, é usada para nomear a prática das empresas que chegam a terceirizar 100% do processo produtivo composto pela: criação, modelagem, corte, montagem e acabamento das peças. Esse repasse total para outra empresa acontece quando a contratada devolve o produto nos padrões exigidos e com a etiqueta do contratante.” Dicionário InFormal (2014). Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/private+label/>

A Empresa 3 iniciou suas atividades em 2006. Produz tênis masculinos, femininos e infantis. A entrevista foi realizada com os dois gestores da empresa, chamados aqui de Entrevistada 3 e Entrevistado 4. A Entrevistada 3 antes de abrir seu negócio próprio já trabalhava em indústrias calçadistas. A empresa possui 55 funcionários e é administrada pelo casal de donos. A empresa tentou ampliar o mix de produtos produzindo sapatênis, porém não obteve sucesso de adaptação da produção e encerrou a produção desse tipo de calçado. Além disso, os produtos fabricados eram cópias de marcas famosas com pequenas adaptações o que atualmente não ocorre. A empresa é associada ao SINDINOVA. A Entrevistada 3 definiu os produtos da empresa como sendo feitos para o trabalhador, inclusive os próprios trabalhadores da fábrica.

Porque a gente faz produto pra pessoas do, igual a eles, igual nós mesmo, é pessoa, é pra, pro trabalhador. Nosso produto ele é feito pra, pra o trabalhador, sabe. Então assim, a pessoa que precisa de um conforto pra ficar com o tênis o dia inteiro. (Entrevistada 3, § 92).

Passaremos a apresentar os resultados das análises das falas com relação aos temas de interesse da pesquisa, Crise, Inovação e Segurança do Trabalho.

Análise dos temas

Os temas utilizados para análise temática foram Crise, Inovação e Segurança do Trabalho. Abaixo vemos a Tabela 1 com a frequência de ocorrência dos vocábulos e de palavras relacionadas.

Percebemos ao analisar a Tabela 1 que as empresas descrevem crise utilizando o mesmo vocábulo. Sendo que para a Empresa 2 a palavra crise possui uma importância relativa menor em comparação às outras empresas. Isso pode ser um indício de que a crise econômica não tenha tanto impacto para essa empresa quanto para as outras.

Optamos por contabilizar a expressão Segurança do Trabalho separadamente,

buscando ocorrências da palavra trabalho e derivados, procedendo da mesma forma com a palavra segurança. Com isso percebemos que a palavra trabalho aparece com frequência desassociada da palavra segurança. O número de vezes que a palavra trabalho aparece é maior do que da palavra segurança, logo notamos que nos discursos das empresas o trabalho aparece com outras conotações além de condições seguras. Pode haver outras formas de expressar o cuidado com a Segurança do Trabalho nos discursos das empresas

Há variação nos vocábulos utilizados para expressar trabalho. Além disso, no discurso da Empresa 1 trabalho tem uma importância, representando quase 0,7% de toda a comunicação. Além disso, crise e inovação têm o mesmo percentual de ocorrências nesse discurso. A Empresa 3 utilizou uma maior variação da palavra inovação.

Ocorrência dos temas chave								
Empresa 1			Empresa 2			Empresa 3		
Crise								
crise	7	0,18%	crise	9	0,11%	crise	13	0,17%
Subtotal	7	0,18%	Subtotal	9	0,11%	Subtotal	13	0,17%
Inovação								
inovação	7	0,18%	inovação	20	0,25%	inovação	6	0,08%
inovações	2	0,05%	inovações	2	0,02%	inovadora	5	0,07%
			inovador	2	0,02%	inovar	3	0,04%
			inovadores	1	0,01%	inovando	2	0,03%
						inove	1	0,01%
Subtotal	9	0,23%	Subtotal	25	0,30%	Subtotal	17	0,23%
Segurança								
			segura	6	0,07%	segura	1	0,01%
segurança	3	0,08%	segurança	5	0,06%	segurança	5	0,07%
Subtotal	3	0,08%	Subtotal	11	0,13%	Subtotal	6	0,08%
Trabalho								
trabalho	26	0,67%	trabalho	21	0,26%	trabalhar	14	0,19%
trabalham	5	0,13%	trabalhar	14	0,17%	trabalho	9	0,12%
trabalha	4	0,10%	trabalha	8	0,10%	trabalha	7	0,09%
trabalhador	3	0,08%	trabalham	4	0,05%	trabalhador	4	0,05%
trabalhar	2	0,05%	trabalhava	3	0,04%	trabalhando	4	0,05%
trabalhista	2	0,05%	trabalhou	3	0,04%	trabalhadores	2	0,03%
trabalhado	1	0,03%	trabalhador	1	0,01%	trabalhava	2	0,03%
trabalhadores	1	0,03%	trabalhamos	1	0,01%			
trabalhando	1	0,03%	trabalhando	1	0,01%			

Ocorrência dos temas chave								
Empresa 1			Empresa 2			Empresa 3		
Trabalho								
			trabalhavam	1	0,01%			
			trabalhei	1	0,01%			
			trabalhos	1	0,01%			
Subtotal	45	1,17%	Subtotal	59	0,72%	Subtotal	42	0,56%
Total geral	3863	100,00%	Total geral	8116	100,00%	Total geral	7492	100,00%

Tabela 1 - Ocorrência dos temas chave – Elaboração Própria

Essa análise descritiva do vocabulário e ocorrências de palavras presente nos discursos das empresas é um primeiro indício da importância relativa de cada tema.

Em outra busca realizada no banco de palavras oriundas das entrevistas verificamos que o vocábulo governo está ausente do discurso da Empresa 1, ao passo que é mencionado nas entrevistas das outras empresas. Essa ausência pode indicar fraco posicionamento político por parte do Entrevistado. Aprofundaremos através da categorização a análise desses discursos.

Discursos de Crise

As empresas entrevistadas ao analisarem os efeitos da crise sobre o setor calçadista entendem que eles são positivos e negativos. O mercado consumidor sofreu retração e as demandas se modificaram com a procura por produtos mais baratos, forçando as empresas, tanto grandes quanto pequenas e médias, a mudarem suas estratégias. O momento de crise foi favorável às pequenas empresas, não sem que elas fossem expostas à concorrência com as grandes. Apresentamos trechos das entrevistas dos empresários que corroboram essa análise.

Bom, o que eu vejo principalmente, falando da crise é ... As grandes empresas brasileiras produtoras de calçados, elas começam a reduzir muito seus preços pra conseguir colocar os produtos no mercado, porque tem produções grandes. E mesmo que não tenham resultado, e tenham prejuízo, elas têm que ‘desovar’ a produção. Então, isso faz com que, o mercado nosso não só da [Empresa 1] como de Nova

Serrana de maneira geral, que são calçados mais populares, eles sofram uma concorrência maior. E normalmente, quando em períodos de crise, a procura é por produtos mais baratos. O consumidor procura produtos mais baratos, que ele tem condição de pagar. Então, o que seria uma oportunidade grande pra Nova Serrana pra aumentar a produção, e produzir mais. Só que aí, os outros produtores nacionais, que tem grandes indústrias, também começam a reduzir os seus preços pra conseguir colocar os produtos no mercado. (Entrevistado 1, § 21).

É, num geral, eu, eu acho que o pólo segurou bem as pontas. É, apesar de, de toda a dificuldade, Nova Serrana conseguiu crescimento, consegui é contratação, inclusive se você pegar alguns dados, Nova Serrana teve contratação positiva, foi a cidade que mais cresceu no estado;...; Então eu não posso dizer que, que a crise é, foi, foi devastadora, não, não foi. Mas se não houvesse né o que, todos esses problemas, todas essa crise, essa desconfiança, e esse medo, generalizado eu acredito que Nova Serrana teria crescido mais do que o dobro do que cresceu nesse tempo. É pra muitas empresas foi muito ruim, como foi pra nossa, foi, foi ruim, mas para outras tantas foram muito ... foi muito positivo. Porque como eu néh, o, o, o Brasil estava passando por uma, entre aspas, uma inflação de consumo, neh. [...] Então, as empresas de Nova Serrana grande parte delas trabalham com produtos populares, então eles viram nisso uma, uma oportunidade, e os olhos do mercado se voltaram a Nova Serrana. Porque eles conseguiam encontrar aqui um produto de qualidade e com o preço baixo, bem abaixo dos outros pólos. E, as vezes produtos de qualidade até similar, mas..é, e ... assim, num, num geral as empresas conseguiram nisso uma oportunidade de crescer, principalmente essas empresas que trabalham com produtos pra classe C e D, porque eles voltaram neh? Então, o que tava aumentando por exemplo, o consumo da classe B, que tava aumentando a quantidade de pessoas nessa classe, voltou tudo pra C e D

de novo. Então o consumo C e D aumentou novamente, e produtos mais baratos. (Entrevistado 2, §26).

A crise exigiu das empresas posturas de enfrentamento da crise e de atendimento às demandas do mercado. O corte de custos foi uma das soluções encontrada pelas Empresas 1 e 2. Sendo que na empresa 2 houve diminuição da produção e demissão de pessoal devido a crise ter afetado o segmento de mercado em que a empresa atua, que são os consumidores de produtos com maior valor agregado e conseqüentemente maior preço. Por outro lado, a Empresa 3 relatou que apresentou crescimento no período.

O que é que o mercado busca? Não é, é, em época de crise. Um pai de família que tem aí, três é, pai, mãe e um filho, por exemplo, uma família básica. Ele não vai dar um par, um, comprar um tênis de 200 reais pra ele não. Mas, ele consegue comprar é, três pares. Com 200 reais ele consegue comprar pros três. Entendeu? Então assim a gente tenta fazer um produto chamativo, um produto bonito, é com qualidade né, que é a, é a obrigação da gente né. Mas que, que cabe no bolso de qualquer pessoa, entendeu? (Entrevistada 3, §56).

Podemos perceber que as empresas que já buscavam a diferenciação por preço obtiveram vantagem nesse processo de adequação à crise, já que o mercado para essas empresas aumentou. Entretanto, como relatado pelo Entrevistado 1 a concorrência vinda das grandes empresas que antes exportavam, na crise passam a brigar pelo mercado interno.

A Inovação é algo apontado como uma das formas de redução de custos para enfrentamento da crise. Analisaremos o discurso de Inovação e suas características.

Discurso de Inovação

Sem inovação meu bem, você não vai a lugar nenhum, tá. (Entrevistada 3, §63)

Essa expressão da Entrevistada 3 demonstra a centralidade que a inovação tem nos discursos das empresas. Todas as empresas se consideram inovadoras. Porém, há divergência

quanto ao entendimento da Inovação no Setor. A Empresa 1 considera o Pólo de Nova Serrana como pouco inovador devido ao fato do setor calçadista não ter o retorno financeiro capaz de permitir os investimentos necessários. A Empresa 3 na fala do Empresário 4 diz que em termos de calçados “Nova Serrana é a, é a cidade mais inovadora que tem no país hoje.” (Entrevistado 4, § 150).

Os tipos mais frequentes de inovação são as Inovações de Produto e Processo, mas também foram citadas Inovações de Marketing e Organizacional, além do design associado aos produtos. Embora as empresas considerem o Design associado a mudanças relacionadas às coleções como inovação o Manual de Oslo não considera como inovação o design associado ao lançamento de produtos sazonais como acontece no setor calçadista.

Percebemos que os empresários enxergam a Inovação como algo que pode ajudar na saída da crise, mas que também tem importância vital para a sobrevivência das empresas. Há também o entendimento entre as empresas do que é inovação para aquela empresa e o que pode ser considerado inovador para o mercado. A compra de máquinas foi descrita como uma inovação por todas as empresas.

Uma das empresas embora se considere mediana em termos de inovação relatou possuir um departamento de P&D. Essa empresa fez uma parceria de transferência de tecnologia com a UFMG no ano de 2007. É previsível que ela esteja familiarizada com os processos de desenvolvimento de novos produtos e processos e a importância da pesquisa para a inovação. Entretanto, o produto fruto da parceria com a Universidade foi descontinuado devido à estratégia de mercado.

Os processos inovativos são descritos como “correr atrás”, “não deixar a peteca cair” e “não ficar parado no tempo”. Vemos a ligação entre uma postura proativa das empresas à inovação. Porém, todas mencionaram o alto custo do investimento em inovação. Embora todas tenham feito melhorias nas instalações e também nas máquinas. O que faz uma das

empresas associar essas mudanças ao cuidado com a Segurança do Trabalhador. Analisaremos então os discursos de Segurança do Trabalho e suas relações.

Discursos de Segurança do Trabalho

O discurso de inovação está centrado no cumprimento da legislação a respeito de Saúde e Segurança do Trabalho. Duas das empresas relataram que oferecer um ambiente seguro aos trabalhadores colabora para aumento da felicidade dos mesmos, o que redundaria em maior qualidade e produtividade para a empresa. Dois empresários relataram que precisam dos trabalhadores com saúde e que tem preocupação com isso.

A Empresa 2 pareceu ser a mais avançada em termos de práticas de Segurança do Trabalho. O auxílio de instituições de apoio foi citado como algo importante na promoção de Saúde e Segurança do Trabalho e adequação às normas. Empresas particulares também foram citadas pelos entrevistados como suporte. Nesse caso, para a Empresa 2 elas foram fonte de transtornos devido à incapacidade de propiciar a correta adequação à NR 12, por exemplo. Para a Empresa 3 a adequação às normas fica totalmente à cargo de empresa especializada, restando aos empresários o controle de Equipamentos de Proteção Individual. Devido às adequações exigidas pelas normas que definem procedimentos a serem adotados pelas empresas, a fim de proporcionar um meio ambiente de trabalho seguro, todas as empresas fizeram adequações em seu maquinário ou compraram máquinas novas.

Para os empresários da Empresa 3 a responsabilidade pela própria segurança é inteiramente dos trabalhadores, com relação a efetivo uso desses equipamentos.

Para a Empresa 2 se os trabalhadores tivessem mais consciência em se proteger, utilizando os equipamentos disponibilizados, sem que fosse necessária a fiscalização intensa por parte dos gestores, as medidas de Saúde e Segurança do Trabalho seriam mais eficazes.

O Empresário 1 citou que na crise os montantes disponíveis para investimento em Segurança do Trabalho ficam comprometidos.

Conclusão

Após a análise dos discursos de Crise, Inovação e Segurança do Trabalho das três empresas do APL Calçadista de Nova Serrana, apesar de não podermos generalizar os achados por se tratar de estudo de caso, podemos entender o contexto do setor na cidade.

A cidade de Nova Serrana no setor calçadista está conseguindo superar a crise, como mostram os discursos de empresários e os dados do setor.

Percebemos que a crise perpassa tanto os Discursos de Inovação quanto os Discursos de Segurança do Trabalho. O elemento que une esses discursos é a necessidade de redução de custos e a insegurança de fazer investimentos nesse período.

Embora a cidade ou o Pólo seja descrito como pouco inovador podemos notar o esforço das empresas de promover a inovação mesmo que essas inovações sejam significativas apenas para as empresas.

Duas das empresas entrevistadas consideram que os investimentos realizados no cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho podem ser considerados Inovação.

Ao mesmo tempo, podemos perceber que as práticas e políticas de Segurança do Trabalho ainda estão atreladas às normas. Que a Inovação tem relação com o custo e a capacidade financeira para o investimento e que a crise econômica em alguns setores pode ser um mecanismo impulsionador.

Como agenda de pesquisa sugerimos a realização de pesquisas em outros setores produtivos com as mesmas características do Pólo Calçadista de Nova Serrana, por exemplo, pólos de vestuário, bolsas e outros.

No Pólo Calçadista de Nova Serrana a realização de entrevistas com maior número de empresas permitiria a análise estatística para verificação de correlação entre as categorias presentes nos discursos e possibilitaria teste de hipóteses.

Referências

- ABICALÇADOS (2016). *Relatório Setorial 2016*. Brasília: Autor. Recuperado em 28 dezembro, 2017 de <http://www.abicalcados.com.br/midia/relatorios/relatorio-setorial-2016.pdf>
- ABICALÇADOS (2017). *Relatório Setorial Indústria de Calçados 2017*. Brasília: Autor. Recuperado em 28 dezembro, 2017 de <https://drive.google.com/file/d/0B0WGSAb1N6BiV0FzZEVsS2FacVE/view>
- Azevedo, A. C., Pardini, D. J., & Simão, G. L. (2015). Capital Social e Relacionamentos Inter e Intra-regionais em Arranjos Produtivos Locais: estudo no APL Calçadista de Nova Serrana/MG. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 4(2), 96-132. Recuperado em 25 outubro, 2017 de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38139/capital-social-e-relacionamentos-inter-e-intra-regionais-em-arranjos-produtivos-locais--estudo-no-apl-calcadista-de-nova-serrana-mg/i/pt-br>
- Bardin, L. (2016) *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70.
- Bauer, M. W.; Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bitencourt, C. L. & Quelhas, O. L. G. (1998, setembro). Histórico da evolução dos conceitos de segurança. *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Florianópolis, RJ, Brasil, 18.
- Cassiolato, J. E & Szapiro, M. (2002). *Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Recuperado em 20 outubro, 2017 de <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20CassioMarina.PDF>
- Cassiolato, J. E & Lastres, H. M. M. (2003). *Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Recuperado em 20 outubro, 2016 de http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/arquivos_noticias/glossario.pdf
- CNI (2006). *Indicadores de competitividade na indústria brasileira: micro e pequenas empresas*. Brasília, DF: SEBRAE. Recuperado em 28 outubro, 2017 de <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>
- FIEMG (2011). *Perfil das empresas de calçados e bolsas da região metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG.
- FIEMG (2016). *Calçados e bolsas: juntos pela competitividade da indústria no estado*. Belo Horizonte: Autor. Recuperado em 06 novembro, 2017 de <http://pcir.fiemg.com.br/setores-dinamizadores/detalhe/calçados-e-bolsas>
- Godoi, C. K & Mattos, P. L. C. L. (2006). Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. Em C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, A. B. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. (pp. 301-

320). São Paulo, SP: Saraiva.

Gressler, L. A. (2004). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. (2ª ed.). São Paulo: Loyola.

Grizendi, E. (2011). *Manual de orientações gerais sobre inovação*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Recuperado em 23 outubro, 2017 de <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/estudos/PUBEstudosManualDaInovacao.pdf>

Laville, C., & Dionne, J (1999). *A construção do saber*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

Lei n. 16. 296 de 01 de agosto de 2006. (2006, 02 de agosto). Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá outras providências. Minas Gerais, coluna 1.

Lei n. 22. 451 de 22 de dezembro de 2016. (2016, 22 de dezembro). Instituiu o Pólo de Calçados na Microrregião de Divinópolis, com sede em Nova Serrana. Minas Gerais, coluna 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Nascimento, D. E & Silvestre, L. Jr. (2011). *Ambientes e dinâmicas de cooperação para inovação*. Curitiba: Aymarâ.

OECD (2005). *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dado sobre inovação*. (3ª. ed.) (F. Gouveia, Trad.). Rio de Janeiro: FINEP. Recuperado em 21 outubro, 2017 de <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>

OLIVEIRA, S. G. (2007). Estrutura normativa da segurança e saúde do trabalhador no Brasil. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, 45(75),107-130

Portaria Interministerial n. 200, de 02 de agosto de 2004. (2006, 03 de agosto). Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. Diário Oficial 22 da União, seção 2

Portaria n 3.214, de 08 de junho de 1978. (1978, 06 de julho). Aprova as Normas Regulamentadoras - NRs - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Diário Oficial da União, seção 2

Proteção (2017). *Anuário Brasileiro de Proteção*. Novo Hamburgo: Autor. Recuperado em 20 dezembro, 2017 de http://www.protecao.com.br/materias/anuario_brasileiro_de_p_r_o_t_e_c_a_o_2017/sudeste/AAjbaQ

Reichert, F. M, Camboim, G. F, & Zawislak, P. A. (2015). As trajetórias de inovação de empresas brasileiras. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 161-194. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p161-194>

Santos, A. L. S., Krein, J. D., & Calixtre, A. B. (Orgs.). (2012). *Micro e pequenas empresas:*

mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento organizadores. Rio de Janeiro: Ipea. Recuperado em 30 outubro, 2017 de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenas_mpresas.pdf

SEBRAE (2014a). *Inovação nos pequenos negócios*. Brasília: Ipea. Recuperado em 28 outubro, 2017 de [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1b7ec4b5cd66b3a2c39e64fa84c403fb/\\$File/5064.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1b7ec4b5cd66b3a2c39e64fa84c403fb/$File/5064.pdf)

SEBRAE (2015). *Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira: região sudeste*. Brasília: Autor. Recuperado em 28 outubro, 2017 de <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/diagnostico/participacao-das-micro-e-pequenas-empresas-na-economia-brasileira---regiao-sudeste>

SEBRAE (2017a). *Análise do Caged*. Brasília: Autor. Recuperado em 28 dezembro, 2017 de <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/caged-maio-2017.pdf>

SEBRAE (2017b). *O empreendedorismo e o mercado de trabalho: estudo especial*. Brasília: Autor. Recuperado em 28 dezembro, 2017 de [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6fd4a23105470a8c7fdf65fbafd21f9a/\\$File/7738.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6fd4a23105470a8c7fdf65fbafd21f9a/$File/7738.pdf)

SEBRAE, (s.d.). *Manual básico de saúde e segurança do trabalho para as micro e pequenas indústrias de calçados*. São Paulo: Autor. Recuperado em 06 novembro, 2017 de http://antigo.sp.sebrae.com.br/topo/pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas/arquivos_politicas_publicas/manual_calçado.pdf

SESI, (2002) *Manual de segurança e saúde no trabalho para indústria calçadista*. São Paulo: Autor. Recuperado em 26 outubro, 2017 de <http://www2.sesisp.org.br/home/2006/saude/manual.asp>

Stallivieri, F. 9s. d.). *Indicadores para Arranjos Produtivos Locais*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Recuperado em 20 outubro, 2016 de http://portalapl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/biblioteca/Nota_Txcnica_5_VF.pdf

UNICAMP. (2004). *Segurança e saúde do trabalhador nas MPE: diagnósticos e proposta para a constituição de Serviços Coletivos de Segurança e Saúde no Trabalho*. (Texto para discussão, Nº 5). Campinas, DF: Autor. p. 2-3. Recuperado em 20 outubro, 2017 de <http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/TextoParaDiscusso05.pdf>

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

Roteiro de entrevista semi-estruturada

Questões para serem feitas após a técnica do rapport e solicitação de permissão para gravar a conversa.

Questões iniciais:

- a) Que tipo de calçados sua empresa produz?
- b) A empresa está no mercado há quanto tempo?
- c) Qual o número de funcionários?
- d) Sua empresa é familiar?
- e) Quem administra a empresa (dono, gestor profissional, outro)?

Questões sobre a crise:

- f) Conte-me sobre os efeitos da crise econômica no setor calçadista.
- g) O seu negócio sofreu ou sofre algum efeito da crise?

Questões sobre Inovação:

- h) Como você vê a inovação no Setor Calçadista?
- i) Você considera sua empresa inovadora? Por quê? (Complementar com as informações sobre parcerias caso surja a universidade ou outro ator);
- j) Quais são as dificuldades e facilidades para inovar nesse setor? Cite.
- k) A crise econômica teve ou tem algum impacto sobre as atividades de inovação da empresa?
- l) Você recebe apoio de alguma instituição para inovar (sindicato, FIEMG, Universidade, etc.)?

Questões sobre Segurança do Trabalho:

- m) Como você vê a Segurança do Trabalho no setor calçadista?
- n) Quais são as políticas e práticas de Saúde e Segurança do Trabalho na sua empresa?
- o) Existe algum entrave para que sua empresa seja mais segura? Cite.
- p) A crise econômica teve ou tem algum impacto nas políticas e práticas de Saúde e Segurança do Trabalho na sua empresa?
- q) Você recebe apoio de alguma instituição para implementar essas políticas (sindicato, FIEMG, Universidade, etc.)

Questões de fechamento:

- r) Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa que considera relevante nesse contexto de crise, inovação e segurança do trabalho?

Apêndice B – Tabela de Códigos

Tabela de Categorização			
Temas	Categorias	Subcategorias	Códigos
Crise	Efeitos	Empresas Grandes	C1a
		Empresas Pequenas	C1b
	Mercado	Baixa demanda externa	C2a
		Demanda Interna Produtos Baratos	C2b
		Aumento concorrência	C2c
	Enfrentamento	Redução de custos	C3a
		Inovação	C3b
		Redução de preços	C3c
	Setor	Bom	C4a
		Ruim	C4b
Empresa	Bom	C5a	
	Ruim	C5c	
Inovação	Setor	Alto	I1a
		Baixo	I1b
	Empresa	Baixo	I2a
		Médio	I2b
		Alto	I2c
	Motivação	Aumentar competitividade	I3a
		Produtividade	I3b
	Formas	Investimento em maquinário	I4c
		Mudança de processos	I4b
	Fonte	Fornecedores	I5a
		Colaboradores	I5b
		Feiras do Setor	I5c
	Tipos	Produto	I6a
		Processo	I6b
		Organizacional	I6c
		Marketing	I6d
Segurança do Trabalho	Motivo do Investimento em Segurança do Trabalho	Cuidar	ST1a
		Exigência do Ministério do Trabalho	ST1b
		Exigência de Cliente	ST1c
	Acidentes	Trajeto	ST2a
		Típico	ST2b
	Terceirização	Atividade Fim	ST3a
	Fiscalização	Fiscalização	ST4a
		Adequação	ST4b
		Autuação	ST4c
	Investimento	Alto	ST5a
Apoio externo	Instituição	ST6a	
	Consultoria empresarial	ST6b	

		Nenhum	ST7c
	Tipo de Proteção mais frequente	Equipamento de Proteção	ST7d
		Climatização	ST7e

Anexo A – Panorama da Atividade calçadista de Nova Serrana em Fotos



Foto 1 – Condições de veículos para o setor calçadista – Ludymilla M. Morais, 2017.



Foto 2 – Painel sobre o setor calçadista no passado na parede da Rodoviária de Nova Serrana – Ludymilla M. Morais, 2017.

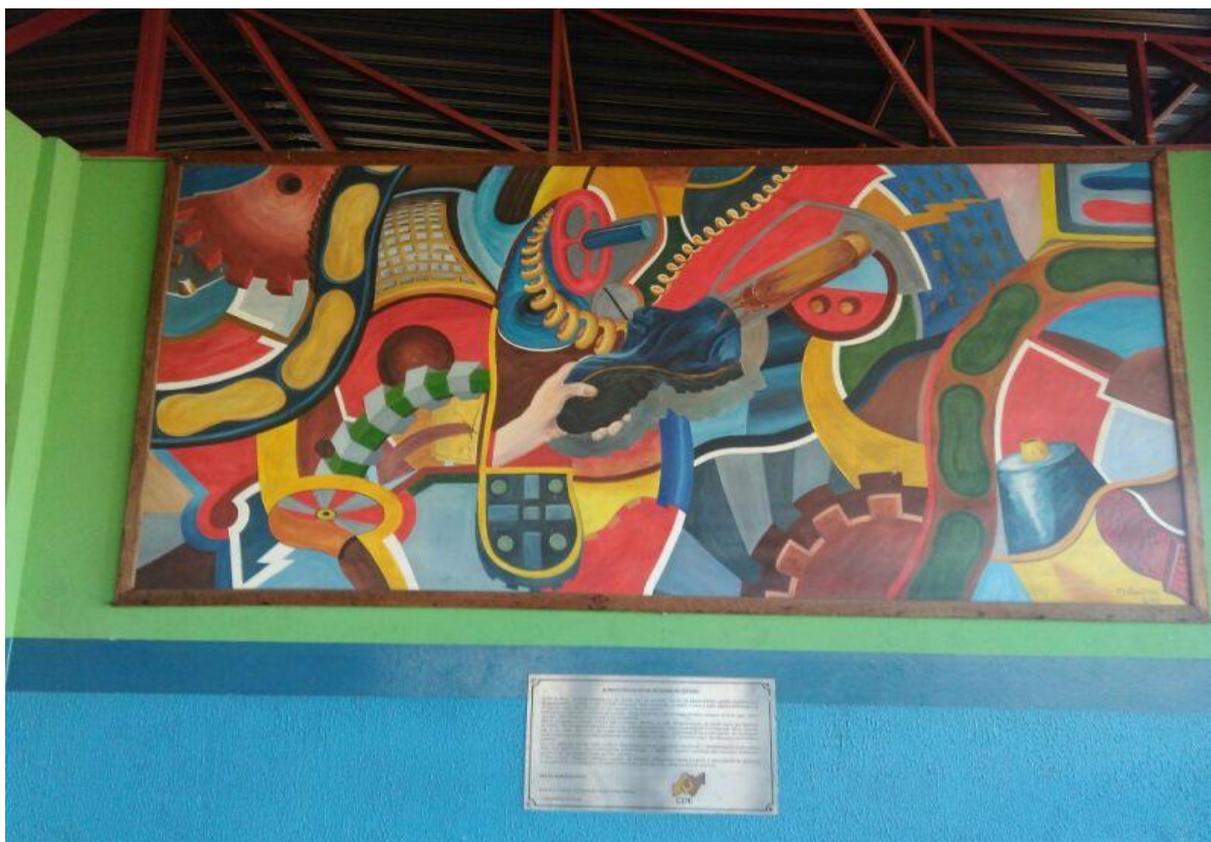


Foto 3 – Painel sobre o setor calçadista na atualidade na parede da Rodoviária de Nova Serrana – Ludymilla M. Morais, 2017.

2.3 Artigo III

Agenda para o Brasil sair da crise: O “Canto” da CNI

Agenda for Brazil out of the crisis: The "Song" of CNI

Paloma do Rosário Vidal e Silva
Ariane Agnes Corradi

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Esse trabalho apresenta uma reflexão a respeito do caráter multidiscursivo do documento apresentado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em maio de 2016 ao Executivo Federal, a Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018, através da comparação da primeira versão com a segunda. A segunda versão da Agenda foi lançada pela instituição dez meses após a primeira (março de 2017) com conteúdo que mostra as ações que deram certo e as que ainda não obtiveram êxito junto aos fazedores/implementadores de políticas alvos das propostas. A CNI se autoproclama “A voz da indústria brasileira”, mas em uma sociedade onde a escrita exerce primazia é importante o questionamento de como essa voz se realiza. Essa reflexão está baseada nos aspectos dos discursos constitutivos da agenda, a saber, o político e o midiático além de abordar o papel da multimodalidade na constituição desses discursos, em especial a utilização de imagens, ícones e uso de esquema de cores e a importância dessa utilização no reforço do caráter propositivo do trabalho da CNI como empreendedor político e também midiático, embora essa não seja parte da sua missão. Será analisado ainda a ‘agenda’ como um gênero discursivo e também como um continente dos discursos político-midiático. Com isso busca-se contribuir para o entendimento da atuação dos empreendedores políticos, especialmente a CNI e da relevância de determinado formato textual na obtenção de êxito nessa empreitada.

Palavras-chave: agenda, discurso político, discurso midiático, multimodalidade

Abstract

This paper presents a reflection on the multidiscursive nature of the document presented by the National Confederation of Industry (CNI) in May 2016 to the Federal Executive, the Agenda for Brazil to exit the crisis - 2016-2018, by comparing the first version with the second. The second version of the Agenda was launched by the institution ten months after the first one (March 2017) with content that shows the actions that have worked and those that have not yet been successful with the proponents / implementers of the policies targeted by the proposals. The CNI proclaims itself "The voice of Brazilian industry", but in a society where writing exercises primacy, it is important to question how this voice is performed. This reflection is based on the aspects of the discourses constituting the agenda, namely, the political and the media, besides addressing the role of multimodality in the constitution of these discourses, especially the use of images, icons and use of color scheme and the importance of this the CNI's work as a political and media entrepreneur, although this is not part of its mission. The 'agenda' will also be analyzed as a discursive genre and also as a continent of political-media discourse. The aim is to contribute to the understanding of the performance of political entrepreneurs, especially the CNI and the relevance of a certain textual format in achieving success in this endeavor.

Keywords: agenda, political discourse, media discourse, multimodality

Agenda para o Brasil sair da crise: O “Canto” da CNI

Desde a invenção da escrita até a sua tecnologização, com o surgimento da imprensa, a história, os fatos e feitos da humanidade puderam ser contados de forma mais efetiva, sem que o uso da memória e da oralidade fosse indispensável. (Pozo, 2002). Assim, nos nossos tempos, temos fácil acesso desde os Textos Sagrados contidos na Bíblia a obras clássicas, como a *Odisséia* de Homero, de onde veio a inspiração para o título deste trabalho, o Canto XII em que o personagem Ulisses ou Odisseu consegue passar pela ilha das sereias sem sucumbir ao seu canto arrebatador.

Na atualidade o “canto da sereia” tem relação com algo ou alguém que possui grande atratividade. Não é difícil atribuir esse efeito às mídias de massa e suas comunicações ou a setores que se utilizam desses atributos.

Nesse trabalho o foco recai sobre o “canto da sereia” em forma de Agenda produzido pela CNI que embora não seja uma instituição midiática se utiliza desses recursos, como a existência de uma página institucional da Confederação. Nessa página são veiculadas notícias, vídeos, estatísticas, eventos da área, sites de parceiros e associados, assim como publicações de vários tipos de documentos relativos ao setor, inclusive por meio da *Revista Indústria Brasileira*, editada pela própria instituição, que além de ser impressa tem sua versão disponível eletronicamente. A CNI também está presente em redes sociais de alcance mundial.

Possuindo mais de 700 mil industriais, 1250 sindicatos patronais e 27 federações indústrias filiadas, a representatividade no setor proporcionou à CNI a oportunidade de se declarar a “voz da indústria brasileira”. (CNI, s.d.a). A Confederação com 79 anos de atuação, busca cumprir seu papel de discutir e apresentar “sugestões para a construção e o aperfeiçoamento de políticas e leis que fortaleçam o setor produtivo e modernizem o país.” (CNI, s.d.b).

Nesse contexto, surge a questão motivadora desse artigo: como a voz da indústria brasileira, ‘personificada’ na atuação da CNI, se realiza, ou seja, como essa voz encontra eco e produz efeitos.

Para que esse trabalho seja exequível foi escolhido um documento representativo do esforço da CNI como representante dos interesses das indústrias, especialmente junto ao Executivo e Legislativo Nacional, a Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018. Aqui, esse documento possibilita a análise, em termos homéricos, de um dos ‘cantos’ da sereia CNI.

O texto que se segue está dividido em partes essenciais para a consecução do objetivo. A seguir será apresentada a agenda e sua origem (O Canto), considerando agenda tanto uma plataforma onde informações são depositadas quanto um gênero discursivo em si. Após isso, segue-se a apresentação de como esse gênero agenda se constitui em multidiscursos (Harmonia), especialmente o político e o midiático. Será feita uma análise em termos multimodais da capa e de outros elementos da Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018, tanto a lançada no ano de 2016 quanto a ‘atualização’ feita em 2017 (Melodia). Por fim, será apresentada a análise de uma proposta da Agenda que já se encontra concluída com vistas ao entendimento das mudanças sociais oriundas do discurso (Ritmo). Seguindo a analogia homérica, em que a CNI é a representação da sereia, a voz seria o trabalho da Confederação para defender os interesses do setor, a agenda significaria o canto da sereia. Como os elementos formais mais básicos de uma composição musical são harmonia, melodia e ritmo, os multidiscursos representam nessa composição textual a harmonia, a comparação entre as versões da agenda representa a melodia e a análise da proposta concluída da agenda pode ser comparada ao ritmo.

O Canto

A Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 é um documento com 45 páginas, em formato de Agenda criado pela CNI em parceria com Federações Estaduais da Indústria e

de Associações Setoriais para apresentar ao Governo Federal propostas para mudanças políticas visando à extinção da Crise Econômica.

Esse documento contempla propostas para reformas em diversos setores, sendo eles 1. Eficiência do Estado; 2. Tributação; 3. Relações de Trabalho; 4. Infraestrutura; 5. Financiamento; 6. Comércio Exterior; 7. Segurança Jurídica e Regulação e 8. Inovação. No total o documento apresenta 36 ações divididas nesses oito setores.

O documento foi entregue pessoalmente ao atual presidente brasileiro, Michel Temer, no ano de 2016, como uma sugestão de agenda presidencial, em um momento de transição de governo. Entretanto, essa Agenda não é original em si mesma. Ao retomar outros textos e discursos (Fairclough, 2012), ela representa o esforço da CNI ao longo do tempo em produzir diversos documentos que divulgam e promovem ações que são benéficas aos seus interesses.

Kingdon (2006a) dentro da sua Teoria dos Múltiplos Fluxos, diz que em se tratando da formação da agenda governamental e da consideração de alternativas para resolução de problemas que resultarão em uma política pública, precisa haver uma confluência de três fluxos: o dos problemas, das soluções ou alternativas e o da política (Capella, 2006). Essa confluência pode ser exemplificada, como rios que possuem seus leitos independentes entre si, mas que em um dado momento desembocam em um mesmo canal que os levará para o mar. Esse canal livre de obstáculos (como uma barragem com comportas) seria o que Kingdon chama de janela de oportunidade para que determinado tema entre na agenda governamental.

A Figura 1 apresenta um esquema da Teoria de Kingdon. Nesse processo de formulação da agenda governamental a CNI se apresenta como um Empreendedor Político, aquele que expõe os problemas e suas respectivas soluções, além de perseverar na proposição das ideias mesmo que inicialmente elas não sejam aceitas. Para isso são feitas reuniões, divulgação na mídia, dentre outras estratégias para que as propostas sejam acolhidas por toda

a comunidade envolvida nos processos de influência (Kindong, 2006b).

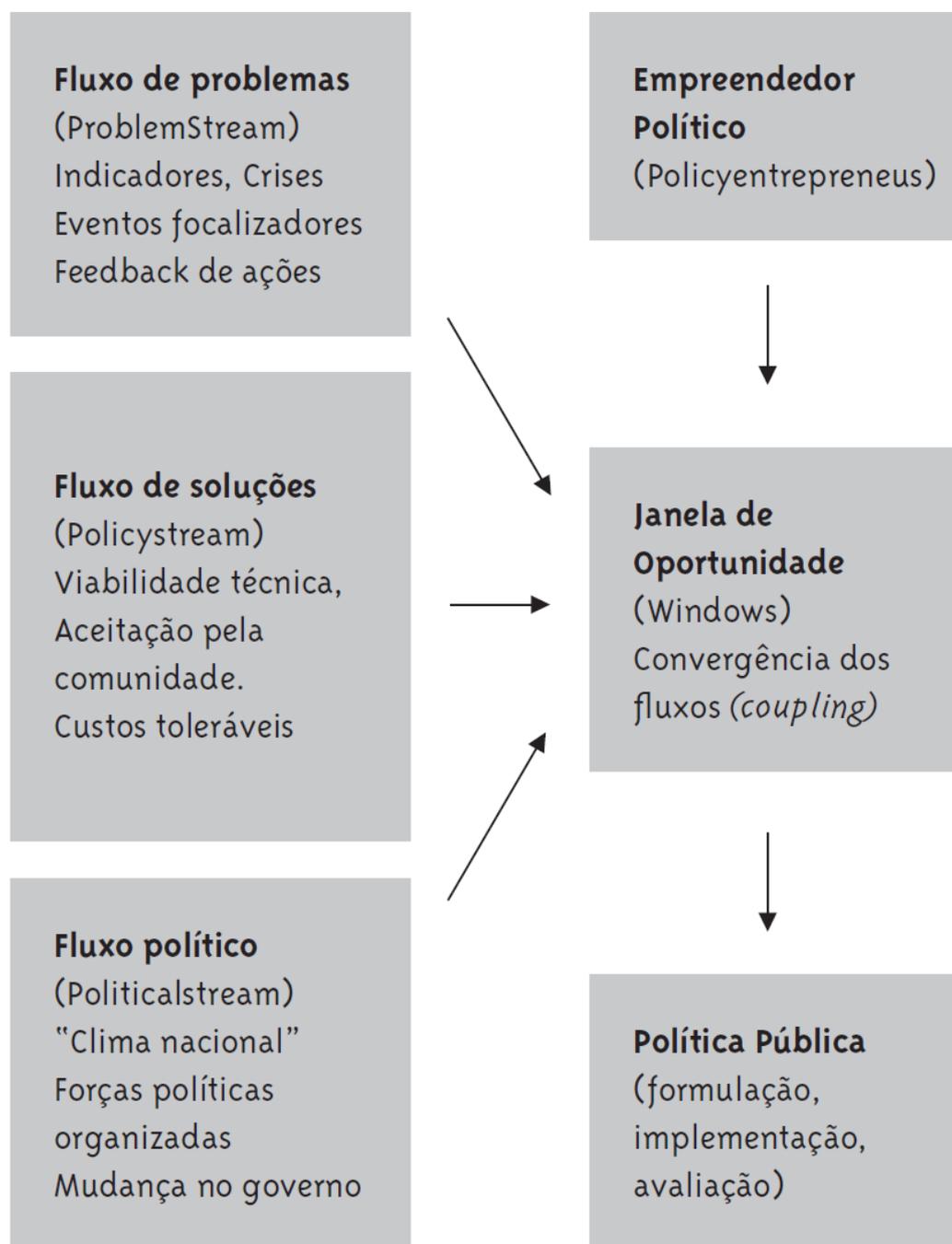


Figura 1. O Modelo de Múltiplos Fluxos. Gottens et al, 2013, p. 513.
Adaptado de Capella, 2007, p. 98 e Zahariadis, 2007, p. 71.

A atuação empreendedora da CNI explica porque a Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 se apresenta tanto como uma plataforma, à semelhança de um livro contendo

calendários no qual é possível anotar compromissos importantes, como reuniões ou aulas, utilizado por muitas pessoas no dia a dia, quanto um conjunto de problemas e suas respectivas soluções para nortear as políticas públicas, ou ainda, um planejamento estratégico para atuação de um determinado agente em um contexto específico, notadamente o Brasil frente aos outros países e também internamente, o plano da indústria frente a outros setores da economia brasileira.

Sendo reconhecida como o gênero discursivo agenda, o documento possui características particulares facilmente reconhecíveis, tais como, uma capa onde a palavra agenda se encontra grafada, um período de abrangência/ou 'validade' do livro (no caso, dois anos, porém quando se trata de uma agenda particular esse período corresponderia à duração do ano civil), gráficos diversos com informações úteis, e folhas ou espaços onde os dias, meses ou semanas são ordenados para o fim de preenchimento dos compromissos. Na Agenda da CNI a divisão temporal não segue o padrão (dia, mês, ano), porém, as 36 propostas podem ser encaradas como tal. Além disso, as informações são dispostas visualmente de maneira a garantir a leitura rápida de seu conteúdo, o que em parte determina se o mesmo será consumido ou deixado de lado.

A Harmonia

A Agenda para o Brasil sair da crise – 2016-2018 é um documento que exprime a relação dos discursos políticos e midiáticos. A mídia e a política são campos que se entrelaçaram nos últimos tempos. Steffen (2010) considera que “o fazer político torna-se, [...] a cada dia mais, um fazer midiático [...] um estar expondo e em exposição nos espaços midiáticos ao alcance e alcançando coletividades, circulando e negociando processos e fazeres com os demais campos.” (Steffen, 2010, p.7). Percebe-se uma relação que denota determinada dependência entre os campos.

O discurso político pode ser entendido como uma forma relevante de fazer política

(Van Dijk, 1999), com isso, a Agenda elaborada pela CNI não é uma mera compilação de ações sugeridas ao Executivo Nacional, e outros tomadores de decisão, mas sim a materialização da ação política da instituição.

Como uma das características do discurso midiático é a porosidade, ou seja, a capacidade de se deixar transpassar por elementos de outros discursos, não é admirável o fato do documento em análise apresentar características midiáticas. (Rodrigues, 2015).

Além da porosidade e permeabilidade já citados acima, de acordo com Rodrigues (2015) são algumas das características do discurso midiático:

- a) se apresentar como um discurso acabado;
- b) fluir de maneira constante e ininterrupta;
- c) ser transparente;
- d) ter função de mediação entre os discursos de outras instituições;
- e) contribuir para a homogeneidade das sociedades modernas;
- f) possuir natureza metafórica;
- g) ser unilateral;
- h) utilizar-se da intertextualidade.

No documento da CNI encontram-se exemplificadas algumas dessas características. Porém, independentemente de haver essa compatibilidade deve-se pensar no porque dessa compatibilização entre os discursos presentes na Agenda.

Nos estudos sobre agendamento, Capella, Brasil e Alves (2016) apresentaram a tendência de pesquisas que relacionam a integração entre os efeitos da agenda midiática, agenda pública e agenda política ou governamental. Segundo os pesquisadores “questões que emergem a partir da atenção e seleção da agenda midiática influenciam diretamente a agenda pública e, a partir disso, podem se consolidar na agenda governamental.” O contrário também é verdadeiro, ou seja, a agenda política ou governamental também tem o poder de influenciar

às outras. (Capella, Brasil & Alves, 2016, s.p.).

Logo se percebe que a intenção em mesclar os discursos midiáticos e político é de ter um maior poder sobre a agenda governamental brasileira.

Para que a influência da Agenda seja completa, colaborando para que a opinião pública considere as propostas do documento importantes, e mais que isso, apóie as mesmas, a CNI passou a editar a Revista Indústria Brasileira. Trata-se de um “novo veículo de comunicação da CNI, dirigido prioritariamente à sua base de representação, às autoridades políticas e aos formadores de opinião [...]” (CNI, 2016d).

O mês de lançamento do primeiro número da revista precede à data de entrega da Agenda ao presidente Michel Temer. Isso se configura em uma clara preparação das esferas interessadas para a abordagem da CNI, como pode ser visto no Anexo A onde se encontra o comunicado editorial da revista. Além disso, o segundo número da revista, publicado no mês de maio de 2016, o mesmo em que a Agenda foi lançada, traz como matéria de capa (Anexo B) a publicação do Documento. A imagem que acompanha a matéria traz a metáfora visual (Bento & Silva, 2016; Gonçalves, 2015; Ambrose & Harris, 2011) da instância de poder Nacional através da foto da Esplanada dos Ministérios. A foto foi tirada da perspectiva de alguém que se encontra acima do Congresso Nacional, possuindo vista aérea do mesmo, denotando o poder que a CNI e também a Agenda possuem ou buscam ter na e sobre a Casa Legislativa Brasileira. O uso das cores nacionais, verde e amarelo, também é presente e colabora para o efeito de sentido.

Com isso, vê-se a integração entre os discursos midiático e político a ponto de uma instituição prioritariamente política proceder à reelaboração de seu discurso para adequá-lo ao discurso midiático (Rodrigues, 2015) de forma completa, na criação de uma revista. Tudo isso se faz no intuito que a Agenda seja cumprida. (Steffen, 2010).

A melodia

Além disso, a Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 é constituída por elementos multimodais, tais como imagens, ícones e cores, tanto a primeira versão, quanto a segunda, que apresenta a atualização e monitoramento das propostas da CNI, como uma forma de demonstrar a relevância da sua atuação frente aos seus representados e sociedade em geral.

Assim como as figuras de linguagem (metáfora, antítese, ironia, pleonasmo, etc.) são usadas com o fim de produzir efeitos de interpretação no leitor, recursos visuais como os expostos anteriormente, produzem efeito similar em conjunto com o texto escrito ou mesmo de forma independente.

Com esse entendimento será apresentada a análise, primeiramente, da capa do Documento. Como as capas das duas versões da Agenda apresentam diferenças sutis, optou-se por analisar somente a última (Figura 2).

A análise se dará em termos da Gramática do Design Visual (GDV) de Kress e Van Leeuwen através do exame da Modalidade e das Metafunções Ideacional e Textual como propôs Haliday em sua Gramática Sistêmico-funcional (GSF) (Brito & Pimenta, 2009). A análise da Metafunção Interpessoal não será realizada nesse trabalho.



Figura 2. Capa Agenda para o Brasil Sair da Crise 2016-2018, CNI, 2017.

Modalidade

Preliminarmente é possível perceber que a capa se utiliza de imagens, ícones e cores em conjunto com texto verbal para construir a mensagem inicial no leitor. As cores escolhidas para compor a capa, são as Cores Nacionais, o verde e o amarelo, associadas com o azul e o branco. Essas cores estão presentes nos símbolos oficiais do Brasil, especialmente na Bandeira Nacional e são comumente usadas para demonstração do nacionalismo. Esse efeito de correspondência entre as cores, mesmo podendo ser classificado como um Processo simbólico dentro da Função de Representação da Metafunção Ideacional (Nascimento, Bezerra & Heberle, 2011) depende e só acontece “em virtude de não poder haver imagens (ou qualquer outro tipo de texto, seja qual for a semiose que o constitui) desprovidas de uma carga simbólico-ideológica.” (Biasi-Rodrigues & Nobre, 2010). A cor entendida como texto, ou seja, exercendo sua função de informação cultural, porta em si um sentido metafórico

(Guimarães, 2000).

Na imagem vemos um mapa físico do Brasil no canto direito, abaixo o slogan da CNI, à esquerda está a inscrição “AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE-2016-2018” e abaixo dela a frase “EVOLUÇÃO APÓS 1 ANO e Brasília, março de 2017”. Essas duas últimas frases não estão presentes na primeira versão da Agenda.

O mapa está representado com nuances das cores verde e amarelo sobre um fundo branco. Embora a teoria defina que o fundo branco ou preto de uma imagem seja equivalente a ausência de fundo (Brito & Pimenta, 2009) no caso acima, ele é essencial para a composição da relação com as cores da bandeira. Além disso, por se tratar de uma imagem na Modalidade Abstrata o branco colabora para o entendimento do Brasil como um todo unificado, já que o mapa, embora apresentando aspectos gráficos que passam a ideia de relevo e profundidade (figuras geométricas com face triangular) não possui divisão político-administrativa demarcando o território de cada estado da federação. Esse entendimento relacionado ao discurso presente na Agenda colabora para a manutenção do caráter hegemônico e abrangente da atuação da CNI. Entretanto, a utilização de nuances da cor verde e amarelo no mapa e a disposição desproporcional das mesmas ao longo da imagem (mapa) transmite a ideia de que os locais (Estados) representados pelo verde seriam possuidores de uma riqueza menos importante do que os representados pela cor amarelo, pois a região em amarelo coincide com a região brasileira que concentra a maior parte das indústrias extrativas e de transformação (IBGE, 2013).

O tamanho da fonte e o uso do negrito utilizado para grafar a palavra Brasil diferenciam-na de todas as outras, mesmo que o tipo seja o mesmo. Esse recurso cumpre o papel de enfatizar que o Brasil como um todo é o receptor das ações da Agenda, ou seja, toda a sociedade brasileira ganhará caso as propostas sejam implementadas e não só os representados da Confederação. Embora o destinatário da Agenda seja o Chefe do Executivo

Nacional, como é papel da Confederação, Empreendedora Política, convencer a sociedade da efetividade das suas propostas para que elas obtenham êxito.

Metafunção Ideacional

Com relação à Representação Narrativa dentro da Metafunção Ideacional, há na imagem o processo de ação realizado pela presença de linhas, chamadas de vetores que, além de demarcar a imagem em quadrantes, direcionam o olhar do leitor para um ponto específico no interior do mapa/Brasil, chamado meta, porém no caso não há um ator explícito envolvido nessa ação. Esse tipo de ação é nomeado de evento. (Brito & Pimenta, 2009).

Na capa da agenda, a ligação entre o vetor e a meta é feita por um ícone conhecido como alvo. O alvo além de ser um vetor é também um atributo simbólico, configurando-se como uma representação discursiva, ou seja, um signo, pois é convencionalmente os usos que se faz de um alvo. (Brito & Pimenta, 2009). Esse ícone corrobora com a ideia de que o foco da Agenda está dirigido para a capital do país e sede do Executivo, Legislativo e Judiciário Nacional, já que ele está posicionado no mapa na posição geográfica representada como sendo a região onde estaria Brasília. Ao mesmo tempo percebe-se a intencionalidade na escolha dos elementos na imagem, já que esse mesmo alvo pode ser a meta, no sentido de um objetivo que alguém deseja alcançar. Esse alguém ou o ator dessa ação demonstrada na figura seria a CNI que ao mesmo tempo apresenta a Agenda cuja meta é proporcionar ações ao Governo para que o Brasil saia da Crise e também tem o foco de ver as propostas cumpridas e seus interesses protegidos.

Metafunção textual

Dentro da Metafunção Textual serão analisados os sistemas valor da informação e moldura na constituição da significação da imagem.

No ocidente a leitura de texto se processa da esquerda para a direita e do topo para a base, logo a interpretação quanto ao valor das informações expressas estão condicionadas a

essa questão cultural (Brito & Pimenta, 2009; Nascimento, Bezerra & Heberle, 2011).

Na imagem a inscrição “AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE” ocupa o plano do ideal, do imaginário. Esse efeito de sentido colabora para a apresentação da Agenda como um plano de salvação para a crise brasileira. As inscrições ‘2016-2018’ e ‘EVOLUÇÃO APÓS 1 ANO e Brasília, março de 2017’ se apresentam como algo no campo do real, concreto. Em um planejamento a função de controle deve ser efetuada periodicamente para que haja a verificação das metas que foram cumpridas e as que precisam ser reavaliadas e isso está expresso na frase que indica a evolução da Agenda. Além disso, os anos de 2016-2018 coincidem com a duração do mandato do Presidente Temer, logo essa seria a possível Janela de Oportunidade aberta para a atuação da CNI quanto às propostas da Agenda.

Um esquema de cores diversificado é utilizado nas duas versões da Agenda. Nas duas versões, cada um dos oito setores que são alvo de propostas está associado a uma cor como é possível visualizar na Figura 3. Além disso, o uso das cores associadas à Bandeira Nacional (como analisado na Figura 2), também está presente nos títulos e conteúdos que antecedem as propostas da Agenda, bem como nos gráficos usados para apresentar informações quantitativas que dizem respeito ao panorama econômico do país, segundo a CNI. Algo que diferencia as duas versões da agenda é que a segunda apresenta menos texto verbal em relação à primeira.

Agenda para o Brasil sair da Crise 2016-2018



Figura 3. Mapa de propostas da Agenda, CNI, 2016a, pp. 3-4.

Seguindo a análise centrada na importância das cores na produção de sentido da Agenda, será analisada a imagem reproduzida na Figura 4 que existe somente na segunda

versão da Agenda. A figura representa graficamente quantas ações das 36 propostas já foram cumpridas, estão em andamento ou ainda não foram iniciadas.

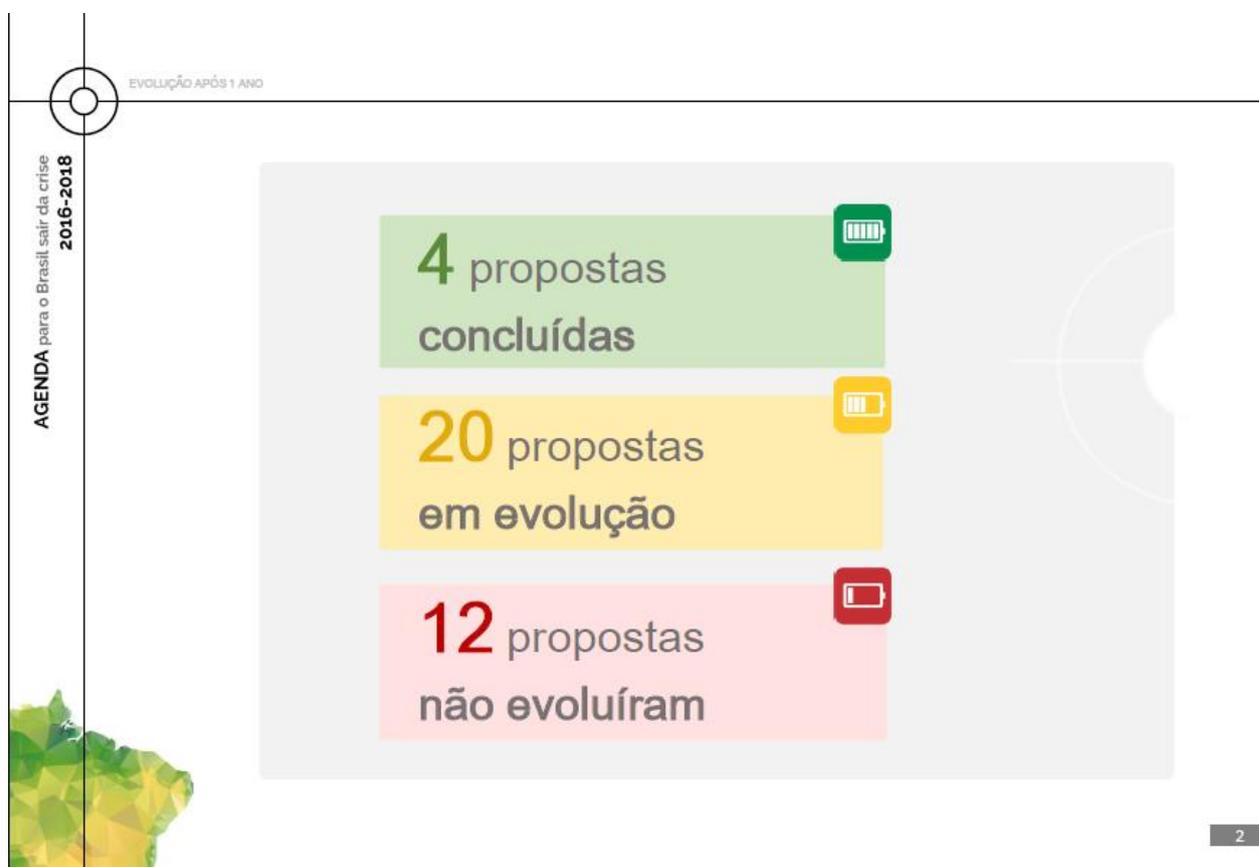


Figura 4. Controle das propostas, CNI, 2017, p.2.

As cores verde, amarelo e vermelho sobre um fundo na cor cinza (neutra) em associação com ícones que representam uma bateria de celular, contribuem para o sentido de evolução das propostas. A cor verde e a bateria completamente carregada se relacionam com as propostas concluídas e que não demandam mais atenção. A cor amarela juntamente com o ícone de bateria com carga parcial se associa às propostas que não foram concluídas e a cor vermelha com a bateria indicando a necessidade de recarga colabora para a atribuição de sentido às propostas que ainda não saíram do papel e logo demandam uma ação efetiva por parte da CNI e dos enunciatórios. Na Figura 3, observamos a relação das cores com as propostas da Agenda. Os setores Relações de trabalho, Financiamento e Inovação estão associados a nuances da cor vermelha, cuja interpretação social remetem à urgência, logo se entende que essas áreas são predominantes. O texto associado às ações propostas continua

sobre fundo cinza, porém os textos descritivos das ações ganharam fundo correspondente à situação em que se encontram no momento da publicação da segunda versão da Agenda. Exceção a isso se encontra exatamente na Figura 6 cujo texto descritivo da ação concluída esta sobre um fundo com nuance da cor amarela, que simboliza ações em andamento. Aqui vemos como texto escrito e imagético precisam transmitir a mesma mensagem para a que a intenção de produção de sentido do enunciador não seja prejudicada.

Sahlins (2003) observa que as cores utilizadas na sinalização semafórica e seu relacionamento se desdobra para outros contextos simbólicos na cultura ocidental. No contexto da Agenda as cores do semáforo, com exceção do vermelho, teriam significados análogos. O verde do semáforo significa que a pista está livre e o amarelo que o condutor do veículo precisa redobrar a atenção, pois logo a luz vermelha se acenderá demonstrando perigo de acidente, já que a via estará livre para a passagem de pedestres.

Um exemplo do uso da simbologia associada à Sinalização Semafórica de Regulamentação (BRASIL, 2013) se encontra na edição de novembro de 2017 da Revista Indústria & Competitividade, (Figura 5) publicação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, uma das 27 federações representadas pela CNI. A revista apresentou uma matéria de capa utilizando a imagem de um semáforo em primeiro plano em associação com a manchete: “Oportunidades abertas” especificada pelo subtítulo logo abaixo.



Figura 5. Semáforo - Capa da Revista Indústria e Competitividade, FIESC, 2017.

Mesmo não sendo o foco direto desse trabalho, a matéria da FIESC poderia ser analisada nos termos da GDV dentro da Metafunção Ideacional. Essa Metafunção se divide em Representação Narrativa (usada na análise da Figura 2) e Representação Conceitual. Representação Conceitual é a aplicável a essa imagem já que o foco dela não é contar uma história e sim “os atributos e as identidades dos participantes” entendidos como um processo analítico (Nascimento, Bezerra & Heberle, 2011).

É possível notar na imagem que o seu produtor escolheu focar a indicação luminosa (BRASIL, 2013) de cor verde. Com isso passa-se a ideia de que até aquele momento a economia estava obrigando as empresas à estagnação, com o sinal verde, o caminho está livre para a retomada da competitividade e produtividade. Essa interpretação é somente uma dentre as várias possibilidades e que nesse caso, ela não poderia ser feita sem levar em conta os

recursos textuais utilizados na produção da capa, que são essenciais para o entendimento completo da metáfora do semáforo.

O ritmo

A CNI ao construir mecanismos para defesa dos interesses das indústrias trabalha politicamente utilizando-se de vários recursos. A Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018 analisada nesse trabalho representa um desses, porém com formato diferente de outros documentos, ao menos em termos de forma, já que os textos estão se tornando cada dia mais multimodais. (Pimenta & Santos, 2011).

Essa diferenciação pode ser encarada como uma opção estratégica, já que as mesmas ações apresentadas em outras oportunidades ganham nova “roupagem” e finalmente como acontece no cenário musical, acabam fazendo mais sucesso do que a versão original.

Fairclough e Fairclough (2012) argumentaram que as estratégias são “parcialmente discursivas, desenvolvidas e formuladas no discurso” e complementam ainda que

O desenvolvimento e a busca de estratégias políticas, com o objetivo final de transformar o mundo de maneiras particulares, é uma característica essencial da ação política. Uma estratégia [...] pode ser entendida como um plano de ação para alcançar um objetivo particular, envolvendo sequências de relações entre meios e metas. Um objetivo [...] é um futuro estado de coisas a ser alcançado por meio de ação, a partir de uma situação real (geralmente percebida como um problema). (Fairclough & Fairclough, 2012, p. 24, tradução nossa)

Com isso, após analisar criticamente a Agenda, entende-se que a sua formulação no formato atual bem como a avaliação da situação das ações propostas expostas na segunda versão do documento é uma estratégia de busca de mudanças (extinção da crise) que favorece as indústrias representadas pela CNI.

A verificação do sucesso das ações da Agenda, não é uma simples lista do que deu

certo, mas um balanço minucioso, do que (ações concluídas total ou parcialmente, ou não concluídas) e de quais agentes (Chefe do Executivo, Membros do Poder Legislativo, por exemplo) tiveram papel importante na concretização das propostas. Ao final, a segunda versão da Agenda, tem a dupla função de ser um mecanismo de acompanhamento dos objetivos propostos pela CNI e também de prestar contas aos interessados, sejam eles os representados da instituição ou os parceiros políticos.

O caráter parcialmente discursivo das estratégias pode ser percebido na análise da Proposta 9 da Agenda (Figura 6).



Figura 6. Proposta 9 – CNI, 2017, p.13.

Ao optar por não somente marcar graficamente a ação como concluída, utilizando ícone e cor correspondente (bateria carregada na cor verde) fez-se a descrição do motivo que levou a ação a ser considerada completada. Fazendo isso surge a oportunidade de descrever a atuação da CNI mesmo que de forma implícita. Além de demonstrar a efetividade da Agenda através do uso de marcadores temporais.

Conclusão

Com esse trabalho pode-se concluir que um texto nunca é composto por um único discurso. Elementos característicos de um determinado campo discursivo podem ser encontrados em outro devido ao que Fairclough (2001) chama de democratização dos discursos. Isso ocorre no ‘Canto’ da CNI já que a Agenda apresenta discursos da política e também da mídia.

Os elementos multimodais presentes no texto contribuem para que o efeito discursivo seja alcançado perante os seus consumidores/público-alvo.

A analogia utilizada para analisar a Agenda favorece o entendimento de que assim como harmonia, melodia e ritmo, são elementos por vezes indissociáveis no entendimento da teoria musical, a análise de determinado documento, seus discursos e gêneros deve ser feita considerando sua complexidade. Percebe-se o uso intencional das cores, ícones e imagens na Agenda colaborando para a argumentação presente no documento. A análise de elementos imagéticos contribui para a ampliação do entendimento de como os discursos são interpretados e como isso contribui para os discursos de manutenção do poder.

Como empreendedora política a CNI mostrou ter habilidade para levar o seu discurso e suas necessidades até àqueles que têm condição de serem apoiadores de suas reivindicações. Utilizando para isso os meios possíveis e mais eficazes como mostrou ser a Agenda.

É do senso comum a proposição de que “uma imagem vale mais que mil palavras”. Em um tempo em que por vezes é possível utilizar apenas alguns poucos caracteres isso tende a sentido. Diante das limitações desse artigo, em termos de tempo e escopo, propõe-se que futuras pesquisas voltem-se a análise de outros documentos da Confederação Nacional das Indústrias com ênfase na multimodalidade. A análise comparativa das capas da referida Revista Indústria Brasileira é um começo para o completo entendimento de como a “voz da Indústria” se comporta junto a outras vozes.

Referências

- Ambrose, G. & Harris, P. (2011). *Design thinking*. (M. Belloli, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Bento, J. D. & Silva, F. C. (2016). Metáforas visuais em textos multimodais: análise de textos de provas do Enem. *Revista Letra Capital*, 1(1), p. 116-140. Recuperado de http://periodicos.unb.br/index.php/lcapital/article/view/18186/pdf_4
- Biasi-Rodrigues, B., & Nobre, K. C. (2010). Sobre a função das representações conceituais simbólicas na gramática do design visual: encaixamento ou subjacência?. *Linguagem em (Dis)curso*, 10(1), 91-109. <https://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322010000100005>
- BRASIL (2013). Código de trânsito brasileiro – 1997. (5ª ed.). Brasília: Edições Câmara.
- Brito, R. C. L. & Pimenta, S. M. O.; Análise crítica do discurso. (2009). Em: C. H. P., Lima; S. M. O., Pimenta; A. M. T., Azevedo (Orgs.). *Incursoes semióticas: teoria e prática de gramática sistêmico-funcional, multimodalidade, semiótica social e análise crítica do discurso*. (1ª ed., pp. 87-116). Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- Capella, A. C. N. (2006). Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 61, pp. 25-52. Recuperado de www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf
- Capella, A. C. N., Brasil, F. G., Alves, R. P. (2016). AGENDA-SETTING: MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA NA DINÂMICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Em *X Encontro Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política. Recuperado de <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/agenda-setting-midia-e-opiniao-publica-dinamica-politicas.pdf>
- CNI (2016a). *Agenda para o Brasil sair da Crise – 2016-2018*. Brasília: CNI. Recuperado em 20 fevereiro, 2017 de, http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/04/29/10989/AgendaparaoBrasilsairdaCrise2016-2018final-28abril.pdf
- CNI (2016b). Indústria Brasileira. *Revista da Confederação Nacional da Indústria* 1(1). Recuperado de <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-1-abril2016>
- CNI (2016c). Indústria Brasileira. *Revista da Confederação Nacional da Indústria* 1(2). Recuperado de <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-2-maio2016>
- CNI (2016d). *Revista Indústria Brasileira*. Brasília: Autor. Recuperado em 10 dezembro, 2017 de, <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-18-dezembro2017>
- CNI (2017) *Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018: evolução após um ano*. Brasília: CNI. Recuperado de: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/3/agenda->

para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/

CNI (s.d.a). *Conheça a CNI: atuação da CNI*. Brasília: Autor. Recuperado em 17 julho, 2017 de, <http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C10944719.htm>

CNI (s.d.b). *Institucional: conheça a CNI*. Brasília: Autor. Recuperado em 30 maio, 2017 de, <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/conheca-cni/>.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Fairclough, I.; Fairclough, N. (2012). *Political Discourse Analysis: a method for advanced students*, London: Routledge.

Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>

FIESC (2017). Capa da Revista Indústria e Competitividade. *Revista Indústria e Competitividade* (14). Recuperado de https://issuu.com/fiescpublicacoes/docs/ic_fiesc14_ok_simples

Gonçalves, A. (2015). A explosão de uma metáfora visual: Joan Miró. *Revista USP*, 0(107), 118-134. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i107p118-134>

Gottens, L. B. Donato; Pires, M. R. G. M.; Calmon, P. C. D. P.; Alves, E. D. (2013). O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 511-520. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000200020>

Guimarães, L. (2000). *A cor com informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume.

IBGE. (2013). *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE.

Kingdon, J. (2006a). Como chega a hora de uma ideia? Em: E., Saravia& E., Ferrarezi (Orgs.). *Políticas Públicas: coletânea* (v. 1., pp. 219-224). Brasília: ENAP.

Kingdon, J. (2006b). Juntando as coisas? Em: E., Saravia& E., Ferrarezi (Orgs.). *Políticas Públicas: coletânea* (v. 1., pp. 225-246). Brasília: ENAP.

Nascimento, R. G., Bezerra, F. A. S.; Heberle, V. M. (2011). Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. *Linguagem & Ensino*, 2 (14), p. 529-552. Recuperado de: <https://tamanini.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Multiletramentos-e-imagens.pdf>

Pimenta, S. M. O. & Santos, Z. B. (2010). A PAISAGEM SEMIÓTICA DE TEXTOS MIDIÁTICOS. *Linguagem, Discurso e Cultura*, 7 (2), p. 2-12. Recuperado de: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/143/pdf>

- Pozo, J. I. (2002). *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Rodrigues, A. D. Delimitações, natureza e funções do discurso mediático. (2015). Em: A. T., Peixinho; C., Camponez; I. N., Vargues; J. J, Figueira. (Orgs.). *20 anos de jornalismo contra a indiferença*. (pp. 33-46). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sahlins, M. (2003). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Steffen, C. (2010). *Midiocracia, uma nova face das democracias contemporâneas*. Tese de Doutorado, Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- van Dijk, T. A. (1999). ¿Que es análisis del discurso político? En T. A. van Dijk & I. R. Mendizábal. (Orgs.). *Analisis del discurso social y político*. (pp.9-102). Ecuador: Ediciones ABYA-YALA.

Anexo A - Editorial da Revista Indústria Brasileira - número 1



CARTA AO LEITOR

A mais grave crise econômica e política da Nova República, inaugurada em 1985, coincide com lançamento da revista Indústria Brasileira. A visão editorial da revista, contudo, está centrada em proposições e exemplos de ações concretas capazes de recuperar o país e construir as bases de uma economia sólida, dinâmica, eficiente e sustentável.

Nossa matéria de capa deslinda os nós da infraestrutura que impõem gargalos logísticos ao setor produtivo e dificultam as exportações brasileiras. Especialistas no assunto e um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam as principais soluções para o problema, que passam, por exemplo, pela imediata retomada das concessões de portos e rodovias.

Outro tema de destaque nesta edição é o Projeto de Lei 4.567, de 2016, que desobriga a Petrobras de ser operador único do pré-sal e pode reativar o setor de óleo e gás. Aprovada no Senado, a proposição está sendo analisada por comissão especial da Câmara dos Deputados. Sobre o assunto, a revista ouviu o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto na Câmara, e o senador José Serra (PSDB-SP), autor da proposta.

Esta edição também mostra, entre outros temas, as vantagens das soluções negociadas entre empregados e empregadores para a preservação de postos de trabalho, registra o lançamento do Fórum de Competitividade das Exportações (FCE) e fala sobre o Edital SESI SENAI de Inovação, que vai apoiar com quase R\$ 24 milhões ideias transformadoras de pequenas, médias e grandes empresas.

Este novo veículo de comunicação da CNI, dirigido prioritariamente à sua base de representação, às autoridades políticas e aos formadores de opinião, pretende oferecer uma referência exhaustiva e atualizada das principais ações em defesa da indústria nacional e do desenvolvimento brasileiro.

Boa leitura!

Anexo B - Capa da Revista Indústria Brasileira - número 2

PIB INDUSTRIAL
Estudo da CNI projeta nova
queda em 2016, de 5%

DESCONSIDERAÇÃO DA PJ
Projeto pode dar mais
segurança aos investidores

PRODUTIVIDADE
Programa ajuda empresas
em tempos difíceis

Indústria BRASILEIRA

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 2 | Maio 2016

NOVO GOVERNO

A AGENDA PARA SAIR DA CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que essa dissertação é uma importante ferramenta para que a sociedade possa entender que os discursos são formas de transformação social. Essa importância tem maior significado àqueles que são interessados diretos dos discursos representativos das indústrias, os trabalhadores e empresas.

Encerro essa conclusão com a fala de Peter Spink² sobre a atuação em Psicologia Social e a relevância da atuação interdisciplinar.

“temos muito ainda para andar e muito para aprender sobre como agir nos espaços e conexões entre disciplinas, de tentar construir pontes para uma certa transdisciplinaridade.[...]É necessário aprender que você pode mergulhar no dia-a-dia, que você pode ir captando aquilo que acontece, anotando de maneiras diferentes, aceitando a aparente bagunça do dia-a-dia e que isso é fazer pesquisa tanto quanto o trabalho de laboratório. O segundo ponto: você também não vai a lugar nenhum se você não consegue pensar amplamente, se você não tem lido sobre a sociedade, se você não acompanha um pouco do que acontece na história, na ciência política, na sociologia, na antropologia social e na filosofia. É preciso, em outras palavras, reconhecer que a psicologia faz parte das ciências sociais e que não precisamos pedir permissão a ninguém para isso e muito menos nos sentir de menor porte; ao contrário, nós temos a nossa contribuição e devemos assumi-la com coragem e convicção.”

²Spink, Peter Kevin. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

4. APÊNDICES

Apêndice A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE - 64491517.0.0000.5149

Interessado(a): Profa. Ariane Agnes Corradi
Departamento de Psicologia
FAFICH- UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 08 de março de 2017, o projeto de pesquisa intitulado “ **Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho: um estudo no segmento de calçados do APL Calçadista de Nova Serrana**” bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vivian Resende'.

Profa. Dra. Vivian Resende
Coordenadora do COEP-UFMG

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE³

APROVADO AD REFERENDUM
EM
[assinatura]
CHEFIA DO DEPT. DE PSICOLOGIA-UFMG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa, “*Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho: um estudo no segmento de calçados do APL Calçadista de Nova Serrana*”, que é coordenada pela Profa. Dra. *Ariane Agnes Corradi* e pela mestranda *Paloma do Rosário Vidal e Silva* da UFMG (Belo Horizonte). Sua participação não é obrigatória e nem trará custo, além disso você poderá desistir a qualquer momento retirando seu consentimento, sem que isso lhe cause prejuízo.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os processos de aprendizagem nas empresas do APL calçadista de Nova Serrana relacionados à implantação da NR nº 12. Especificamente, buscamos entender quais os atores (pessoas, organizações e instituições) envolvidos na implantação da NR nº12, quais são seus papéis, os conteúdos de aprendizagem que esses atores transmitem dentro do APL e o que isso contribui para inovação.

Para que essa pesquisa seja realizada, gostaríamos de contar com sua colaboração em uma ou mais atividades do estudo, conforme seu interesse. Essas atividades incluem entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, questionários fechados e pesquisa em documentos. Essas atividades serão agendadas de acordo com a sua disponibilidade.

Os riscos de sua participação consistem na exposição de suas opiniões. Contudo, você não será identificado (a) em nossos formulários. As respostas serão guardadas em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes da pesquisa. Você poderá não se beneficiar diretamente por participar da pesquisa, mas poderá contribuir para uma melhor compreensão dos processos de aprendizagem referentes à implantação da Norma de Segurança do Trabalho – NR nº 12 que, além de contribuir com um meio ambiente de trabalho digno e seguro para os trabalhadores, pode trazer resultados de inovação às empresas. Logo, seus benefícios serão indiretos, mas de grande importância.

Você ficará com uma cópia deste Termo e poderá manifestar suas dúvidas, a qualquer tempo, às coordenadoras da pesquisa (informações de contato no rodapé). Dúvidas a respeito do cumprimento dos requisitos éticos dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (informações abaixo).

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa “*Aprendizagem, Inovação e Segurança do Trabalho: um estudo no segmento de calçados do APL Calçadista de Nova Serrana*”.

Participante da pesquisa:

Nome:	Assinatura
-------	------------

Pesquisador responsável

<i>Ariane Agnes Corradi (Belo Horizonte)</i>	Assinatura:
<i>Paloma do Rosário Vidal e Silva (Belo Horizonte)</i>	Assinatura:

Endereço: Departamento de Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sala 4100. Campos Pampulha. Av. Antônio Carlos, 6627. CEP 31270-901. (Telefone: 3409-6266).

Comitê de ética e Pesquisa: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG. CEP 31270-901. (telefone 0xx31-3409-4592)

³O TCLE apresentado aqui se refere ao macro projeto de Pesquisa apresentado na Qualificação do Mestrado. O objetivo geral versava sobre os temas Inovação e Segurança do Trabalho, porém o construto crise não estava no escopo do projeto. Todo o processo de evolução que o meu projeto de pesquisa sofreu até chegar a essa dissertação faz parte do caráter reflexivo da pesquisa qualitativa. Nem sempre os documentos são capazes de acompanhar a rapidez dos processos de pesquisa, o que de modo algum invalida os dados ou põe à prova o rigor científico.

5. ANEXOS

Anexo A - Aprovação de Comunicação Breve de Pesquisa



Paloma Vidal <palomarvsilva@gmail.com>

VIII CBPOT Resultado da avaliação.

VIII CBPOT <trabalhos.cbpot2018@sbspot.org.br>
 Responder a: trabalhos.cbpot2018@sbspot.org.br
 Para: palomarvsilva@gmail.com

24 de janeiro de 2018 15:24



Caro(s) Paloma do Rosário Vidal e Silva,

Obrigado pela contribuição para o VIII Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho - VIII CBPOT.

Temos o prazer de informar que o seu trabalho intitulado:
Discurso da Confederação Nacional da Indústria sobre a crise: Uma janela de oportunidade
 foi **ACEITO** para ser apresentado na modalidade: **Comunicação breve de pesquisa**.

As avaliações de seu trabalho estão na parte inferior do presente texto. Sugerimos levar em conta as observações dos avaliadores na preparação da sua apresentação.

O pagamento da inscrição da pessoa que apresentará o trabalho deve ser realizado até 15 de fevereiro de 2018. O não pagamento até esta data implicará na não inclusão do seu trabalho no programa científico do Congresso e na não publicação no livro de resumos.

Incluiremos informações no site do VIII CBPOT, relativas ao programa científico, provavelmente até o final de maio de 2018. Sua apresentação poderá ocorrer entre 8hs de 12 de julho e 18hs de 14 de julho de 2018. Alterações de horário e data de sua apresentação não serão realizadas. Atividades pré-congresso e a Abertura Solene ocorrerão no dia 11 de julho. Dúvidas devem ser resolvidas por meio de contato do Fale Conosco existente no mencionado site.

Aguardamos sua presença em Goiânia na ocasião do Congresso.

Atenciosamente,

Comissão Científica do VIII Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho

Avaliação 1

Descrição dos objetivos (Satisfatório)
 Descrição do método (participantes, equipamentos, procedimentos de coleta e análise de dados) (Satisfatório)
 Descrição dos principais resultados (Satisfatório)
 Discussão dos resultados descritos (Satisfatório)
 Contribuição para o conhecimento na área (Satisfatório)
 Clareza e correção da linguagem (Totalmente satisfatório)

Avaliação 2

Descrição dos objetivos (Satisfatório)
 Descrição do método (participantes, equipamentos, procedimentos de coleta e análise de dados) (Satisfatório)
 Descrição dos principais resultados (Satisfatório)
 Discussão dos resultados descritos (Satisfatório)
 Contribuição para o conhecimento na área (Satisfatório)
 Clareza e correção da linguagem (Totalmente satisfatório)